



RGI

Relatório de Gestão Integrado MPO

2026

Ano-base 2025

ANUAL



SECRETARIA
EXECUTIVA

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO



Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário-Executivo Adjunto

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Secretário de Orçamento Federal

Clayton Luiz Montes

Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Viviane Vecchi Mendes Muller

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Wesley Matheus de Oliveira

Secretário de Articulação Institucional

João Victor Villaverde de Almeida

Secretária Nacional de Planejamento

Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula

Consolidação

SAGE/SE

Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

Lorena Cavalcanti Pompeu

Ricardo de Assis Teixeira

Lilian Chaves Maluf Faúla

Carla Cristina Araújo

Matheus Maurício Rodrigues Pereira

Eduardo Moura da Silva

Revisão

SE

Secretaria-Executiva

Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla

Vinícius Fialho Reis

Arte

SE

Secretaria-Executiva

Projeto Gráfico

Viviane Barros

Diagramação

Douglas Saymom

Emanuele Queiros

Ivan Sasha

Siga nas redes sociais:



@MinPlanejamento



@planejamentoeorcamento

Última alteração: 27 de Janeiro de 2026.

**É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.*

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento
Relatório de Gestão MPO/ Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria
Executiva- Brasília : MPO, 2025.

101 p. : il.

Anual

ISSN 3085-7112

1 Relatório de gestão 2 Prestação de contas 3 Transparência 4 Governança I.
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. II. Título.
CDD – 658.151 2

Sumário

1**Governança MPO**

Visão Geral do MPO	09
Estrutura Organizacional	10
Organograma do MPO	11
Alta Liderança	12
Funções Essenciais	13
Relação do MPO com as partes interessadas	15
Estrutura de Governança do MPO	18
Gestão da Integridade Pública	21
Quem somos?	26
Planejamento Estratégico Institucional	28
Mapa Estratégico	30
Cadeia de Valor	31
Identidade Organizacional	32
Plataforma Veredas	33
PDCA Ágil e Transparente	34
2ª Revisão do PEI	35
Materialidade	36

2**Desempenho da Gestão**

Plano Estratégico Institucional (PEI)	37
Perspectiva de Processos Internos	38
Resultados-chave por Objetivos Estratégicos	39
Apresentação da perspectiva de Processos Internos	41
Desenvolvimento da Perspectiva por Objetivo Estratégico	42
Gráficos por perspectiva	68
Projetos Estratégicos	70
Perspectiva de Capacidades Institucionais	100
Resultados-chave por Objetivos Estratégicos	101
Apresentação da perspectiva de Capacidades Institucionais	102
Desenvolvimento da Perspectiva por Objetivo Estratégico	103
Gráficos por perspectiva	119
Projetos Estratégicos	121
Plano Plurianual (PPA)	131
MPO em Foco: Palavras e Números	133

Sumário

3 Conformidade e Eficiência da Gestão

Declaração da Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica	144
Gestão Orçamentária e Financeira	145
Instâncias de Governança	145
Gestão de Pessoas	145
Gestão de Serviços e Contratações	145
Gestão de Logística	145
Gestão de Tecnologia da Informação	145
Relatório de Gestão Integrado	145
Plano Estratégico Institucional	145
Supervisão, Controle e Correição	145

4 Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	146
--	-----

5 MPO e Sociedade

Contatos e Suporte	153
--------------------	-----

Mensagem da Ministra



A trajetória institucional se constrói de forma contínua, a partir das experiências e aprendizados do dia a dia. Cada novo período representa uma oportunidade de recomeço, ainda que, por vezes, se apresente como continuidade do que já foi realizado.

O que permanece não são as datas ou os prazos, e sim os significados e as entregas que, na condição de servidores públicos, geramos para a sociedade. Aquilo que nos impacta e transforma nossa forma de atuação tende a perdurar, especialmente quando contribui para aprimorar o serviço prestado e produzir mudanças concretas na vida das pessoas.

Olhar para o que foi feito é também um exercício de responsabilidade. Ao revisitar nossas entregas com atenção e espírito crítico, não buscamos apenas registrar o passado, mas compreender melhor nossos acertos e limitações.

Esse olhar, orientado pelo aprimoramento contínuo, permite aprender, ajustar rumos e qualificar o serviço público oferecido à sociedade.

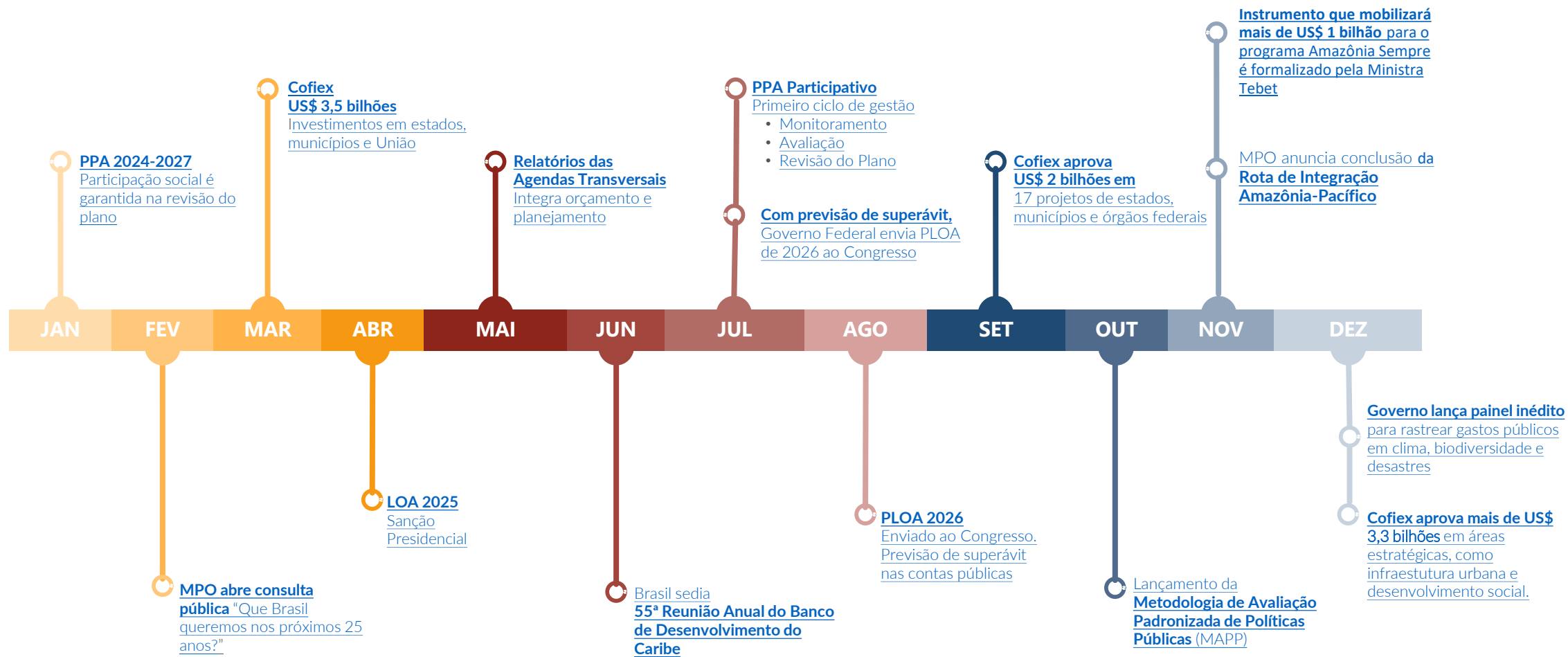
Nesse contexto, convido os servidores e a sociedade a conhecer o **Relatório de Gestão Integrado do MPO**, que reúne os esforços realizados em 2025 e reflete um processo contínuo de construção institucional, voltado à melhoria das entregas e da qualidade de vida da população.

O ano de 2025 se encerra com aprendizados e maior maturidade institucional, que se traduzem em novas iniciativas e no aprimoramento das ações já em curso, a serem implementadas em 2026. Trata-se de um processo contínuo, no qual os resultados são incorporados e transformados em novos avanços.

Boa leitura!

Simone Nassar Tebet
Ministra do Planejamento e Orçamento

MPO 2025 em Perspectiva



Sumário Executivo

Este Relatório de Gestão Integrado (RGI) apresenta os **resultados alcançados pelo MPO no exercício de 2025**, em atendimento à Instrução Normativa nº 84/2020 do Tribunal de Contas da União, consolidando informações de desempenho institucional, governança e execução orçamentária, financeira e contábil. O documento consolida e amplia as análises dos [Relatórios de Gestão Trimestrais \(RGT\)](#), reunindo, de forma concisa e atualizada, os esforços empreendidos ao longo do ano voltados à transparência na gestão dos recursos públicos e à implementação estruturada do Plano Estratégico Institucional (PEI).

O **principal objetivo do RGI** é apresentar a avaliação da execução da estratégia institucional definida no PEI 2024–2027, aprovado pelo Comitê Ministerial de Governança do MPO em 2023. Essa avaliação é apresentada sob duas perspectivas — Processos Internos e Capacidades Institucionais — com detalhamento dos objetivos estratégicos, projetos associados e respectivas métricas de desempenho.

Para avaliar a eficiência na execução da estratégia institucional, são utilizados **indicadores** que mensuram: i) o grau de obtenção dos resultados-chave estabelecidos para cada objetivo estratégico; e ii) o percentual de avanço no cronograma dos projetos em relação ao planejado. Além disso, o Relatório apresenta os principais acontecimentos relacionados ao **Mapa Estratégico**, bem como informações sobre **conformidade, gestão institucional e execução orçamentária**.

No âmbito dos projetos estratégicos, a edição 2025 do PEI registrou crescimento de 34% no número de projetos e de 44% nos resultados-chave. A carteira passou a contar com **39 projetos estratégicos** (dos quais, 19 são novos) e **50 resultados-chave** (dos quais, 43 são novos). Essa evolução reflete o amadurecimento institucional e o alinhamento da alta administração às prioridades estratégicas, ampliando o potencial de geração de valor público.

Quanto à execução, a perspectiva de **Processos Internos** apresentou avanços consistentes no segundo ano de vigência do PEI 2024–2027. Dos resultados-chave previstos para 2025, 79% foram alcançados. Ainda, 89% das atividades planejadas foram concluídas dentro do prazo.

Por outro lado, na perspectiva de **Capacidades Institucionais**, que compreende os recursos, estruturas e sistemas que sustentam a organização, 62% dos resultados-chave foram atingidos, com 83% das atividades concluídas conforme o cronograma.

Os resultados não alcançados, de ambas as perspectivas, foram incorporados ao planejamento de 2026, reforçando o compromisso com a **entrega das metas**.

Cabe destacar que o ano de 2025 foi um **marco no processo de amadurecimento das pautas estratégicas conduzidas pelo Ministério**. Em um cenário de restrições fiscais e desafios macroeconômicos, o MPO aprofundou a articulação entre planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas, com foco em resultados e no crescimento sustentável e inclusivo do País.

Nesse contexto, o MPO avançou de forma significativa na **agenda de revisão e qualificação dos gastos públicos**, conduzida de maneira integrada pela Secretaria de Monitoramento e Avaliação (SMA) e pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF). Essa pauta busca identificar ineficiências, eliminar sobreposições e repriorizar políticas, programas e ações, com base em evidências.

Em 2025, houve ampliação do escopo dessa agenda, com incorporação de novas metodologias e aprimoramento da governança do processo. A integração da revisão de gastos ao ciclo orçamentário foi fortalecida com a **inclusão, a partir do PLDO de 2025, dos resultados da revisão de gastos no Anexo de Metas Fiscais**, incorporando estimativas de economia das medidas pactuadas, com base na Lei Complementar nº 200/2023, e fortalecendo a articulação entre avaliação, revisão de gastos e orçamentação.

Os resultados preliminares indicam economias estimadas de **R\$ 28,6 bilhões em benefícios previdenciários até 2028 e R\$ 8,7 bilhões no PROAGRO (PLDO 2025)**, além de projeções atualizadas no PLDO 2026 que apontam economias adicionais de R\$ 16,4 bilhões em benefícios previdenciários, R\$ 18,9 bilhões no PROAGRO e R\$ 15,4 bilhões no BPC, até 2029. Esses valores tendem a crescer com a implementação de novas medidas, consolidando a revisão de gastos como instrumento estratégico de sustentabilidade fiscal e de melhoria da qualidade do gasto público.

Sumário Executivo

No âmbito do orçamento, o ano foi marcado pela consolidação de instrumentos estruturantes. Destaca-se a implementação do **Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP)**, com aprimoramentos metodológicos, integração ao SIOP e publicação no Anexo VIII do PLOA 2026. Com isso, 100% dos órgãos orçamentários passaram a contar com previsões de médio prazo, ampliando a transparência e a previsibilidade fiscal.

Adicionalmente, foi **concluído o anteprojeto da Nova Lei de Finanças Públicas**, que substituirá a Lei nº 4.320/1964, com o objetivo de modernizar as normas fiscais e integrar de forma mais eficiente planejamento, orçamento e controle.

No horizonte de longo prazo, o MPO buscou suprir a ausência de instrumentos estruturados de planejamento para além dos ciclos eleitorais, por meio da elaboração da **Estratégia Brasil 2050**, primeiro exercício participativo e colaborativo de planejamento de longo prazo do País.

A Estratégia Brasil 2050 está fundamentada em 21 estudos temáticos e quatro estudos estratégicos — clima, demografia, infraestrutura e cenários macroeconômicos — e organiza-se em três eixos: i) desenvolvimento social e garantia de direitos; ii) desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental; e iii) fortalecimento das instituições democráticas e das capacidades estatais. A iniciativa busca promover previsibilidade, continuidade das políticas públicas e inserção internacional do Brasil como destino seguro para investimentos.

No que tange à aproximação com os países vizinhos, o MPO consolidou, em 2025, uma **agenda intensa e estratégica de desenvolvimento regional**.

Nesse enquadramento, o MPO estreitou o seu relacionamento com países sul-americanos e organismos multilaterais. Foram aprovados US\$ 12,8 bilhões em projetos voltados à economia verde, habitação, saneamento e outras áreas prioritárias.

Destacam-se, nesse ponto, a realização da **55ª Reunião Anual do Banco de Desenvolvimento do Caribe**, em Brasília, e o avanço do **Programa Rotas de Integração Sul-Americana**, que poderá contribuir para a redução de custos logísticos, ampliação do comércio intra-regional e acesso a mercados internacionais.

Adicionalmente, foi lançado o **Instrumento do Programa Amazônia Sempre**, reunindo países da região amazônica em uma estratégia conjunta de desenvolvimento sustentável, com mobilização de mais de US\$ 1 bilhão em projetos de infraestrutura resiliente, segurança hídrica, energia limpa e fortalecimento da bioeconomia, com apoio do Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A **quitação de dívidas com organismos multilaterais** continuou sendo respeitada, sustentando as boas relações comerciais e mantendo a credibilidade do Brasil no cenário internacional.

No campo da **avaliação de políticas públicas**, apesar dos avanços, ainda persistem desafios relacionados à institucionalização dessa agenda no ciclo de gestão. Para enfrentar esse cenário, o MPO lançou, em parceria com o Ipea, a **Metodologia de Avaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP)**, ampliando a capacidade de monitoramento, a identificação de gargalos e o apoio à tomada de decisão.

Além disso, o Ministério avançou na implementação do **Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SM&A)**, que busca promover maior integração entre os órgãos governamentais e consolidar a cultura de avaliação no setor público.

Nesse sentido, o MPO desempenhou papel central na coordenação de agendas estratégicas para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País, conciliando restrições fiscais com a necessidade de ampliar a efetividade das políticas públicas e de fortalecer a proteção social.

Em síntese, o ano de 2025 marcou um período de **consolidação institucional do MPO**. As ações desenvolvidas reforçam o compromisso com a eficiência fiscal, o planejamento de longo prazo e a gestão orientada por resultados, pilares fundamentais para um Estado moderno, transparente e capaz de promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo.



1

GOVERNANÇA DO MPO

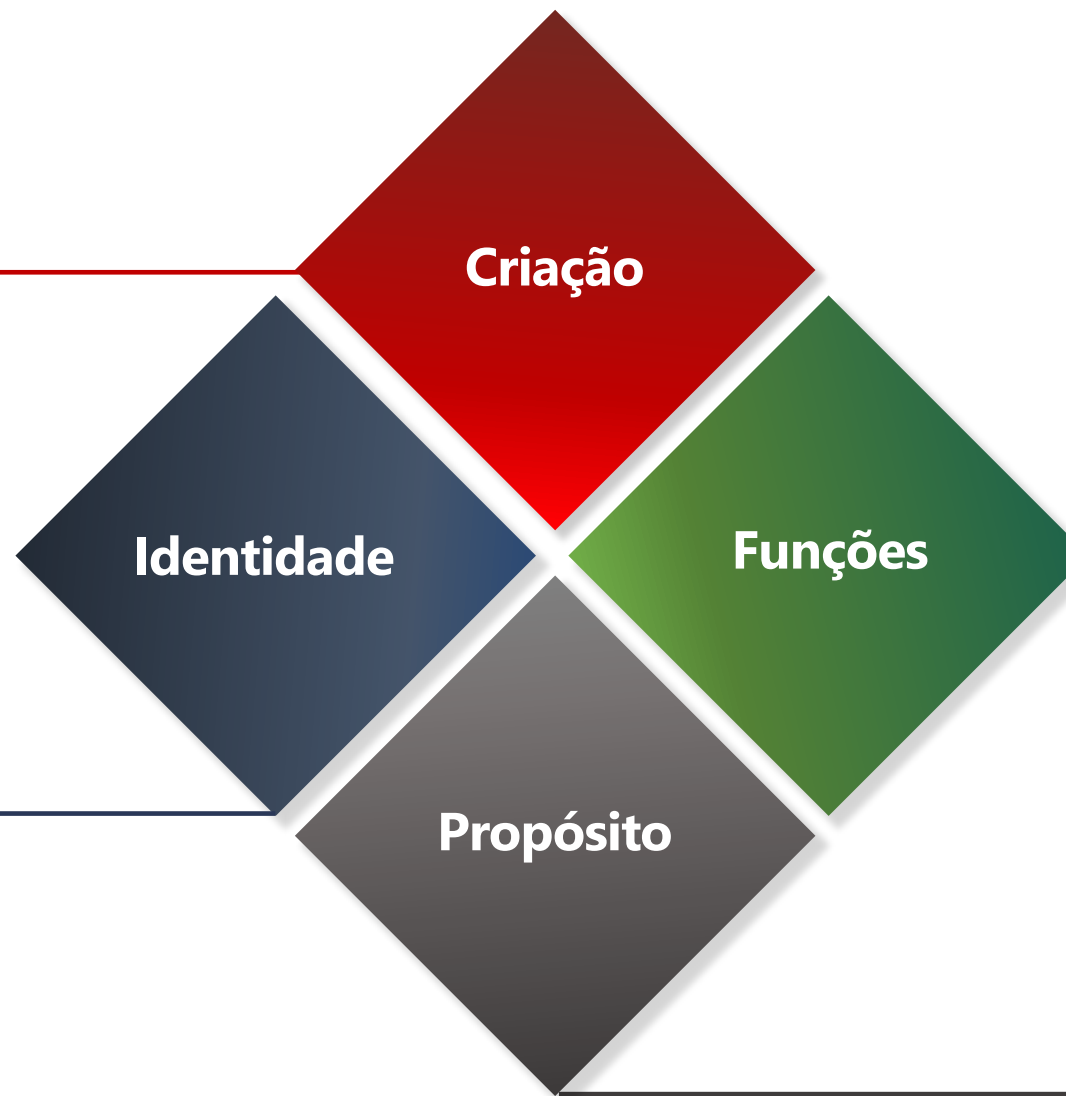


Visão geral do MPO

Com a **extinção do Ministério da Economia**, o MPO viu seu renascimento em 2023, por meio da publicação da **Lei nº 14.600**, de 19 de junho de 2023.

Este marco sinaliza um **compromisso forte com o planejamento do futuro do Brasil** e com a eficiência na alocação de recursos públicos para gerar desenvolvimento social e econômico.

O Ministério do Planejamento e Orçamento é **órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal** (SIPOF), conforme dispõe a **Lei nº 10.180**, de 06 de fevereiro de 2001.



O **Decreto nº 11.353**, de 1º de janeiro de 2023, elencou competências para o MPO, em especial de **coordenar o planejamento nacional, o orçamento público, a avaliação de políticas públicas e a formulação de diretrizes e avaliação de financiamentos externos de projetos públicos** com organismos multilaterais e com agências governamentais.

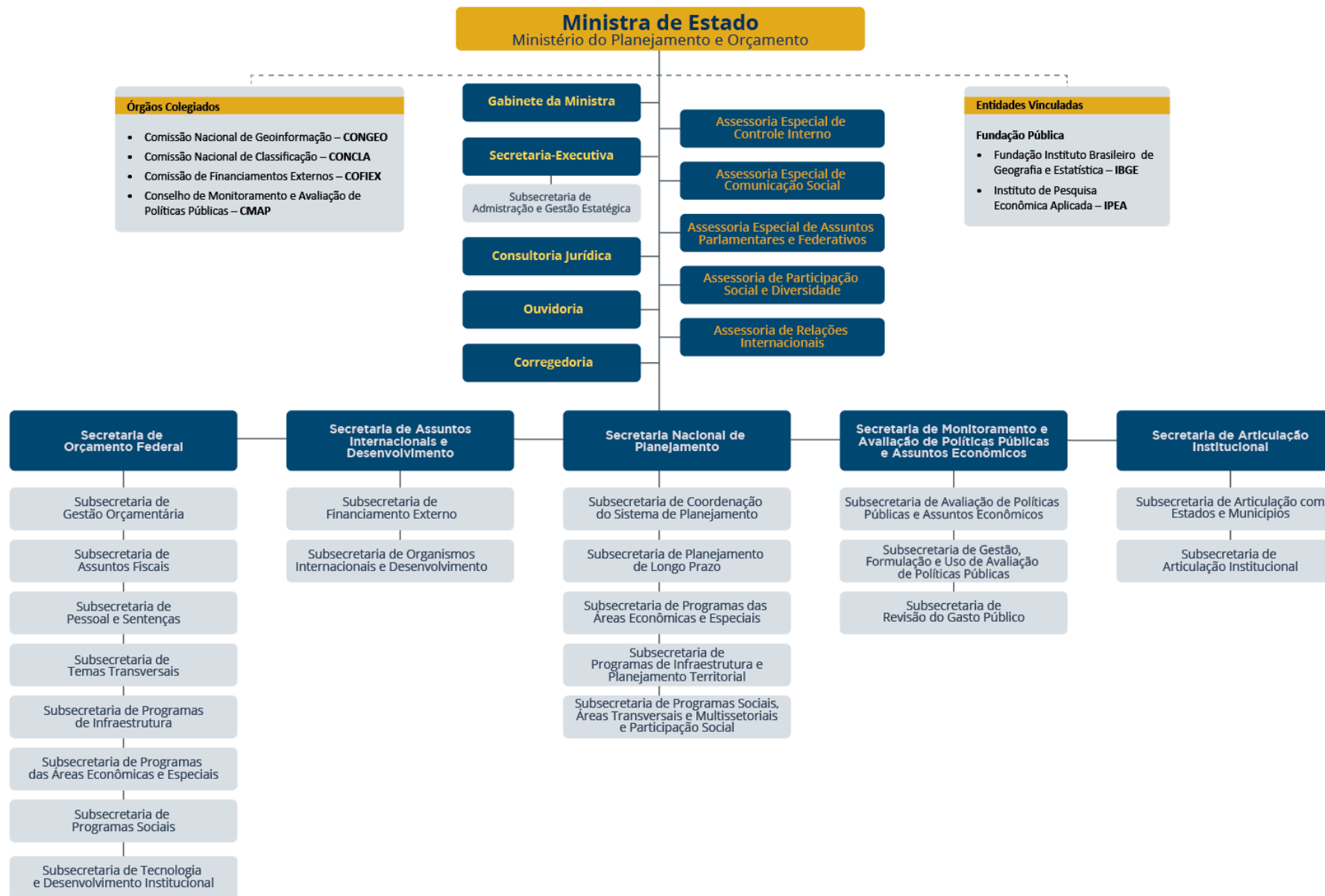
Promover o **planejamento, a avaliação e a alocação de recursos** de forma **eficiente, transparente e participativa**, para o **desenvolvimento e crescimento sustentável** e inclusivo do País.

Estrutura organizacional

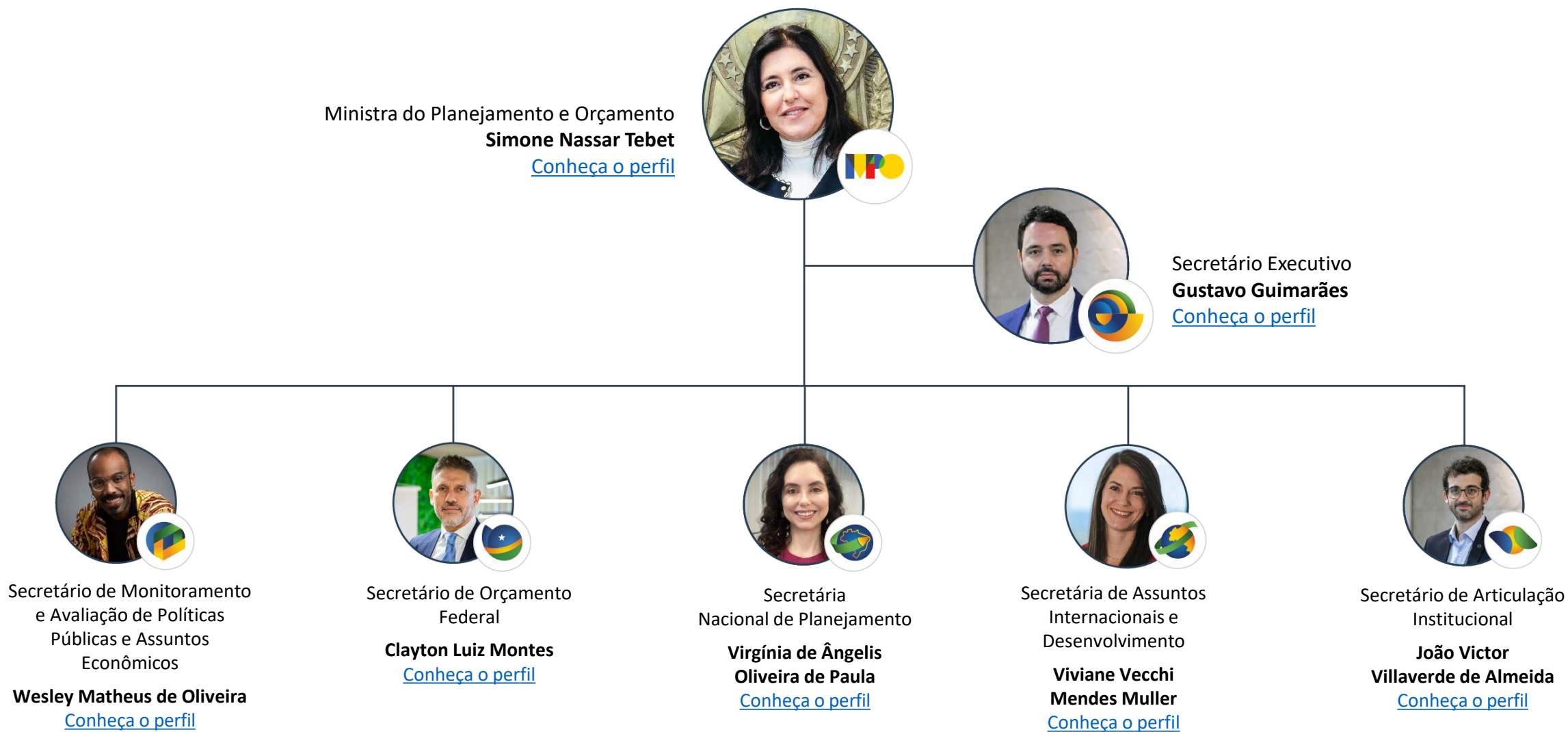
A **Estrutura Organizacional** do MPO, definida pelo [Decreto nº 11.353/2023](#), encontra-se dividida nas seguintes Secretarias:



Organograma do MPO



Alta liderança



Funções essenciais



Planejamento Nacional

O MPO, por meio da Secretaria Nacional de Planejamento, desempenha um papel crucial na condução estratégica e integrada do desenvolvimento do País. As atribuições da SEPLAN abrangem desde a coordenação do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal, até a articulação junto aos entes federados, buscando o alinhamento dos planos locais com o planejamento nacional. Além disso, a articulação entre órgãos governamentais para a formulação e gestão das agendas transversais e multissetoriais é parte essencial do seu escopo de trabalho. Entre as principais responsabilidades da SEPLAN estão a coordenação do planejamento de longo prazo, a elaboração e acompanhamento do plano plurianual e o apoio ao monitoramento e à avaliação das políticas públicas. E esse trabalho não se restringe apenas ao âmbito federal: há ainda uma busca pelo alinhamento desses instrumentos de planejamento com os de outros entes federados, promovendo coesão entre os diferentes níveis de governo.



Orçamento Federal

A gestão do orçamento federal, atribuída à Secretaria de Orçamento Federal (SOF), representa um conjunto robusto de responsabilidades para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da política orçamentária do país. Essa gestão envolve desde a coordenação e supervisão da elaboração da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária da União até a articulação com entidades públicas e privadas para avaliar a qualidade do gasto público, passando pelo estabelecimento de normas, classificações e acompanhamento minucioso da execução orçamentária. A SOF guia tecnicamente órgãos setoriais nas questões orçamentárias, atua na coordenação do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, em conjunto com a Secretaria Nacional de Planejamento, e elabora subsídios para a formulação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento sustentável nacional, por meio do orçamento federal.



Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

O processo de avaliação de políticas públicas assume um papel central e crucial para o desenvolvimento e efetividade das ações governamentais, contando com a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA) como responsável por propor, coordenar e aprimorar métodos de avaliação. A avaliação minuciosa do impacto financeiro, social e econômico das políticas, aliada à constante análise de indicadores, não apenas fundamenta decisões futuras, mas também abre portas para a constante evolução e otimização das políticas vigentes. Mais do que isso, essa abordagem respaldada em evidências e estudos é um alicerce para a promoção de políticas mais eficazes, favorecendo a transparência e a prestação de contas à sociedade.

Funções essenciais



Articulação Institucional

O MPO, por meio da Secretaria de Articulação Institucional (SEAI), atua na coordenação de iniciativas para fortalecimento da integração e do desenvolvimento sul-americano. Contando com uma atuação articulada, a SEAI busca integrar, planejar, coordenar e monitorar iniciativas, estudos e pesquisas, visando aprimorar a compreensão e efetividade das políticas regionais. Isso implica na sistematização de dados sobre integração e desenvolvimento sul-americano, oferecendo subsídios à alta administração ministerial. Além disso, a SEAI desempenha papel crucial na articulação com outros órgãos governamentais, para debater, acompanhar e promover assuntos de interesse do Ministério. Para aprimorar a busca por soluções adequadas aos desafios regionais, a SEAI desempenha o papel de secretaria-executiva da Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul, com a participação de diversos órgãos públicos e a colaboração da sociedade civil, o que permite a adoção de uma abordagem abrangente e eficaz para promover o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.



Revisão de Gastos

A revisão de gastos consiste na análise das despesas públicas para identificar oportunidades de economia por meio de medidas legais ou gerenciais que aprimorem políticas e programas governamentais. Ao realocar recursos para iniciativas mais efetivas e equitativas, contribui-se para a sustentabilidade fiscal e para o financiamento de novas prioridades, reduzindo a “desatenção à base orçamentária” e o viés incrementalista nas decisões de gasto. No Poder Executivo federal, o processo busca enfrentar o crescimento das despesas obrigatórias sobre as discricionárias, ampliar políticas existentes e aumentar a participação de programas efetivos no orçamento. Estrutura-se em três fases: levantamento de informações, elaboração de propostas com estimativas preliminares de economia e detalhamento em planos de ação com medidas exequíveis, monitoramento e mitigação de riscos. É conduzido pela Subsecretaria de Revisão do Gasto Público da SMA, em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal, conforme arts. 24, IX, e 34-A, I, do Decreto nº 11.353/2023.



Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

A atuação do MPO, por meio da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID), se destaca pela sua amplitude e importância estratégica. As responsabilidades da SEAID incluem formular diretrizes para a negociação de programas e projetos, a partir de informações prestadas no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos – Cofix, coordenar a participação do MPO em órgãos colegiados interministeriais e em negociações e foros internacionais nos temas de comércio exterior de bens e serviços e coordenar o processo de pagamento das integralizações de cotas e das contribuições obrigatórias a organismos internacionais. Sua relevância reside na possibilidade de elaborar estratégias, participar ativamente de discussões econômicas e financeiras com outras nações e representar o País em fóruns multilaterais, nos temas de competência do MPO.

Estrutura de Governança¹

Comitê Ministerial de Governança (CMG)

A estrutura de governança do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) foi reforçada pela edição da [Portaria GM/MPO nº 116, de 3 de maio de 2023](#), atualizada pela [Portaria GM/MPO nº 162, de 19 de junho de 2023](#), que cria o Comitê Ministerial de Governança (CMG) e diversos subcomitês internos de apoio.

Conforme previsão normativa, as ações do CMG fundamentam-se em:

- auxiliar a alta administração na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes de governança de que

trata o Decreto nº 9.203, de 2017;

- incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no órgão, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;
- promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidas pelo Comitê Interministerial de Governança - CIG em seus manuais e em suas resoluções; e
- elaborar manifestação técnica relativa aos temas de sua competência.

Atualmente, o MPO conta com os seguintes subcomitês internos de apoio à governança:

- Subcomitê de Governança Digital e Segurança da Informação; e
- Subcomitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade.

Tais subcomitês atuam como instâncias internas de apoio ao CMG no exercício de suas funções e ainda podem ser responsáveis pela elaboração de políticas e diretrizes nas suas áreas de atuação.

Principais deliberações em 2025 do Comitê Ministerial de Governança (CMG) do MPO

No último ciclo, o Comitê Ministerial de Governança do MPO se reuniu em dezembro de 2024 e também em maio de 2025, produzindo as seguintes deliberações:

- Aprovação da Camada Gerencial do Plano Estratégico Institucional do MPO.
- Aprovação do Plano de Evolução de Processos do MPO para o período 2024-2027.
- Aprovação das ações para 2025 do Plano de Integridade do MPO.

[SAIBA MAIS!](#)

¹ Maiores informações sobre o CMG/MPO podem ser visualizadas [aqui](#).

Estrutura de Governança

Subcomitê de Governança Digital e Segurança da Informação – SGD-SI

O Subcomitê de Governança Digital e Segurança da Informação - SGD-SI do Ministério do Planejamento e Orçamento exerce o papel do comitê de que trata o art. 2º do [Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020](#), e do comitê previsto no inciso II do art. 10 do [Decreto nº 12.572, de 04 de Agosto de 2025](#).

O SGD-SI foi criado pela [Portaria GM/MPO nº 116, de 2023](#), posteriormente alterada pela [Portaria GM/MPO nº 162, de 2023](#), para, no âmbito do CMG, definir, aprovar, monitorar e avaliar os planos, políticas, planejamentos e projetos de tecnologia da

informação e de segurança da informação.

São competências do SGD-SI:

- definir princípios e diretrizes e aprovar planos, políticas, planejamentos e projetos de tecnologia da informação e de segurança da informação;
- estabelecer a alocação eficiente dos recursos de tecnologia da informação e segurança da informação;
- monitorar e avaliar os resultados obtidos com a implantação das ações de tecnologia da informação, de Governo Digital e de segurança da informação, promovendo a transparência

ativa, resguardadas as hipóteses legais de sigilo;

- deliberar sobre os assuntos relativos à Política Nacional de Segurança da Informação - PNSI;
- promover cultura de segurança da informação no Ministério; e
- deliberar sobre os assuntos relativos à Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas.

As ações de governança digital e de segurança da informação no MPO são direcionadas pelo [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação](#), válido para o biênio 2024-2025.

Principais deliberações em 2025 do Subcomitê de Governança Digital e Segurança da Informação do MPO

- Aprovação da Política de Governança de Dados no âmbito do MPO;
- Aprovação da Política de Segurança da Informação (POSIN) no âmbito do MPO; e
- Aprovação do Plano de Transformação Digital do MPO.

[SAIBA MAIS!](#)

Estrutura de Governança

Subcomitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade – SRTCI

O Subcomitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade do Ministério do Planejamento e Orçamento (SRTCI) é um órgão colegiado criado para propor medidas para o aprimoramento da gestão de riscos, transparência, controle e integridade do MPO.

O SRTCI foi criado por meio da [Portaria GM/MPO nº 116, de 2023](#), atualizada pela [Portaria GM/MPO nº 162, de 2023](#).

Os principais instrumentos de gestão do SRTCI incluem:

- [Política de Gestão de Riscos, instituída pela Resolução SRTCI/MPO nº 01/2023](#);
- [Diretrizes para a Política de Gestão de Riscos, instituída pela Resolução SRTCI nº 2/2024](#);
- [Fórum das Instâncias com Funções de Integridade](#).

São competências do SRTCI:

- aprovar metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização das políticas e diretrizes emanadas pelo Subcomitê;
- apoiar o estabelecimento, a execução, o monitoramento e a avaliação periódica da Política de Gestão de Riscos do Ministério;
- propor ao CMG o Programa de

Integridade do Ministério e de suas entidades vinculadas;

- propor à Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento o Plano de Integridade do Ministério;
- monitorar e avaliar periodicamente os resultados obtidos com a implementação do Programa de Integridade;
- emitir recomendações para o aprimoramento da gestão de riscos, transparência, controle e integridade no Ministério; e
- promover cultura de gestão de riscos, transparência, controle, integridade e acesso à informação no Ministério.

Principais deliberações em 2025 do Subcomitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade do MPO

- Aprovação da minuta do Plano de Integridade 2025;
- Aprovação do questionário de cultura e relações de trabalho;
- Aprovação da criação de Grupo de Trabalho – Foint.

[SAIBA MAIS!](#)

Gestão de Riscos e Integridade Pública

A Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) é a unidade responsável por apoiar a alta administração do Ministério do Planejamento e Orçamento no fortalecimento da governança, da integridade pública e da gestão de riscos, atuando de forma articulada com as áreas finalísticas e com os órgãos de controle.

No exercício de 2025, sua atuação concentrou-se na coordenação e no fortalecimento do sistema de controle interno do MPO, com ênfase no aprimoramento do ambiente de controle e no acompanhamento das demandas provenientes dos órgãos de controle.

As atividades desenvolvidas priorizaram a elaboração, a consolidação e o acompanhamento de instrumentos técnicos e orientações institucionais de suporte à governança, devidamente formalizados nos processos administrativos, que constituem evidências da atuação institucional da AECI ao longo do período.



Integridade Pública

No campo da integridade pública, destaca-se que o [Plano de Integridade do MPO](#), aprovado no âmbito do Subcomitê de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (SRTCI), passou, em 2025, por sua [primeira revisão](#), consolidando a governança do tema e reforçando o alinhamento às diretrizes aplicáveis à Administração Pública Federal.

Ao longo do exercício, a AECI realizou o acompanhamento institucional da implementação do Plano revisado, com foco no fortalecimento da cultura de integridade e na orientação das unidades do MPO quanto às diretrizes estabelecidas, priorizando ações estruturantes e de caráter transversal, com impacto institucional relevante no aprimoramento dos mecanismos de governança e prevenção.

Nesse sentido, foram realizadas e concluídas 49 ações, conforme o quadro abaixo:

Eixos do Plano de Integridade	N de Ações realizadas
Prevenção e Detecção	10
Transparência e acesso à informação	30
Promoção da democracia e diversidade	5
Parcerias Externas	2
Monitoramento e Avaliação	2

Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno (MPO, 2025)

Os eixos de trabalho, elencados no Plano de Integridade, possuem os seguintes focos:

- As ações de prevenção e detecção** são medidas e mecanismos para evitar e identificar possíveis práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta. As ações preventivas se concretizam através de um conjunto amplo de procedimentos que diversas unidades do MPO buscam patrocinar, tais como treinamentos, criação de normativos, divulgação de boas práticas etc.

Gestão de Riscos e Integridade Pública

- b) **As ações de transparência e acesso à informação** propostas pelo MPO envolvem produtos principalmente relacionados às atividades finalísticas das políticas de planejamento, de elaboração e acompanhamento do orçamento, de avaliação de políticas públicas, assim como de assuntos internacionais e de desenvolvimento. Entende-se que as políticas públicas se beneficiam com a promoção da transparência, tornando-as mais acessíveis ao público, promovendo a participação cidadã e a prestação de contas, além de fortalecer a confiança na administração pública.
- c) **As ações que envolvem a promoção da democracia e diversidade** do Plano de Integridade do MPO buscam fomentar valores essenciais para o serviço público, ampliando a perspectiva e a sensibilidade dos servidores para esses temas, também favorecendo a participação social, a equidade e a cultura nacional.
- d) **As propostas de ações com parceiras externas** no Plano de Integridade do MPO visam propor iniciativas com outras organizações, buscando impulsionar o crescimento, a inovação e o sucesso organizacional, proporcionando uma plataforma para colaboração e sinergia entre diferentes entidades. Trazem ainda a perspectiva de promoção de ações juntamente com suas entidades vinculadas, Ipea e IBGE, fortalecendo o Programa Integridade Planejada na busca de maior integração entre as organizações que compõem o Ministério.
- e) **Ações de monitoramento e avaliação** são as medidas e os mecanismos que visam acompanhar e verificar o funcionamento e os resultados do Plano de Integridade. A realização de um monitoramento contínuo das ações propostas tem o propósito de verificar as correções de rumo necessárias e definir melhorias em busca de constantes avanços.

Foram desenvolvidas, ainda, ações de comunicação, relacionadas à temática de integridade, tais como:



Cine bloco K - Exibição mensal de filmes no auditório do Bloco K promovida pelas Assessorias de Participação Social e Diversidade do MPO e do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com o apoio da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC) do MGI. O projeto faz parte de ações para promoção da democracia e diversidade do Plano de Integridade do MPO, que busca fomentar valores essenciais para o serviço público, ampliando a perspectiva e a sensibilidade dos servidores e demais colaboradores do MPO para esses e outros temas;



Integridade no dia a dia: A iniciativa contempla o envio de cards aos colaboradores com orientações relacionadas a ações rotineiras do cotidiano profissional que possuam vinculações com a integridade;



Liderança Íntegra: Parceria entre o Programa Integridade Planejada, do MPO, e o Programa Integridade em Cena, do Ministério da Cultura. O objetivo é promover um diálogo enriquecedor sobre como fortalecer as instituições públicas e impactar positivamente a sociedade. Nesse sentido, foram realizados, no primeiro semestre de 2025, dois eventos com os temas “Decidir ou Não Decidir: Eis a questão” (Marcus Braga – Auditor Chefe da EBSEPH); e “Como a diversidade fortalece a gestão e as políticas públicas” (Anderson Quack – Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do MPO).

Gestão de Riscos e Integridade Pública

Ademais, também houve, ainda no âmbito do Subcomitê, a aprovação do [Plano de Dados Abertos \(PDA\), referente aos anos de 2026 e 2027](#), do Ministério, em observância aos Decretos nº 8.777/2016 e nº 9.903/2019. A ação, coordenada pela AECI, contou com participação conjunta da Ouvidoria.

Outro aspecto relevante diz respeito à nota de maturidade alcançada no processo de avaliação conduzido pela Controladoria-Geral da União (CGU), no âmbito do Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP). A avaliação enquadrou o MPO no **Nível 3 – Pleno**, o que indica a existência de estruturas e processos de integridade padronizados, representando um marco importante para o Ministério.

Na análise do questionário respondido, o MPO obteve **100% de aderência** nos três elementos avaliados: Governança e Estrutura Organizacional para a Integridade; Capacidade Organizacional para a Integridade; e Gestão e Desempenho da Integridade.

Ressalta-se, contudo, que a nota ainda será ratificada em 2026 pela Secretaria de Integridade da CGU, quando o MPO será incluído no processo formal de revisão, possibilitando a confirmação do resultado e a posterior certificação institucional.

Os resultados alcançados até o momento evidenciam o compromisso contínuo do MPO com a implementação efetiva do Programa Integridade Planejada, reforçando sua atuação proativa na construção de um ambiente institucional mais íntegro, participativo e alinhado aos princípios da boa governança pública.

Para os próximos semestres, espera-se o fortalecimento das ações em andamento e a incorporação das lições aprendidas, com vistas ao aprimoramento contínuo da execução e do impacto do Plano de Integridade.

No exercício, a AECI também contribuiu para as atividades da Comissão de Ética, ao designar um de seus servidores para integrá-la. Nesse contexto, foi elaborado e aprovado o Código de Ética do Ministério, atualmente em análise pela Consultoria Jurídica para posterior encaminhamento à publicação. Além disso, foram promovidas ações educativas e iniciativas de divulgação das atividades da Comissão junto aos servidores do MPO.



Gestão de Riscos

Em relação à gestão de riscos, o exercício de 2025 caracterizou-se como etapa de fortalecimento institucional do tema. No período, foram iniciados estudos e análises preparatórias voltados à estruturação do mapeamento dos riscos estratégicos e dos riscos à integridade, em alinhamento às boas práticas de governança e controle interno.

A atuação da AECI concentrou-se na construção das bases conceituais e metodológicas necessárias ao desenvolvimento gradual da gestão de riscos no MPO, de forma compatível com a maturidade institucional e com o papel orientador do controle interno.

Gestão de Riscos e Integridade Pública



Relação com órgãos de controle

A AECI manteve atuação contínua no acompanhamento das demandas oriundas dos órgãos de controle, em especial do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), promovendo a articulação institucional necessária, o suporte técnico às unidades responsáveis e o registro adequado das providências adotadas.

Neste exercício, foram atendidos **84 processos** encaminhados pelo TCU, que resultou no acompanhamento e monitoramento, junto às Unidades do Ministério, com vistas ao atendimento das demandas encaminhadas pela Egrégia Corte de Contas. Desse total, **41 processos** tinham prazo para atendimento. Nesse sentido, cabe ressaltar que 100%, dessas demandas, foram atendidas. Em vários desses casos, a AECI organizou e coordenou reuniões, tanto com as áreas técnicas, como com outros Ministérios, visando a busca de soluções aos pontos abordados pelo TCU, nos seus encaminhamentos.

Além dessas ações, foram, também, adotadas medidas visando ao atendimento de solicitações do Ministério Público Federal, que, em 2025, totalizaram o montante de 12 (doze) requerimento de informações.



Ações Afirmativas

O MPO publicou, em 28 de novembro de 2025, o [Plano de Ação do Programa Federal de Ações Afirmativas \(PFAA\)](#), consolidando um marco relevante para o fortalecimento das políticas de equidade, diversidade e inclusão no âmbito da Administração Pública Federal.

Coordenado pela Assessoria de Participação Social e Diversidade (Aspad/SEAI) e construído em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, o Plano materializa diretrizes estabelecidas pelo [Decreto nº 11.785/2023](#) e reflete um esforço interministerial que envolveu 16 órgãos do governo federal. Ao reunir oito políticas finalísticas e cinco ações de gestão, o documento reafirma o compromisso institucional do MPO com a ampliação do acesso a oportunidades, a promoção da diversidade e o cumprimento dos objetivos fundamentais da Constituição Federal.

As políticas finalísticas contemplam iniciativas estruturantes voltadas à produção de evidências, ao fortalecimento de capacidades institucionais e à incorporação das agendas transversais de igualdade racial, povos indígenas e mulheres nas avaliações de políticas públicas conduzidas pelo CMAP, além de ações específicas para ampliar a participação feminina e promover o empoderamento de gênero no financiamento internacional.

Destacam-se, ainda, iniciativas como o Programa de Capacitação em Financiamento Externo para Gestoras, a Aliança de Gênero no Financiamento Internacional e a evolução da acessibilidade digital no SIOP, que contribuem para uma atuação estatal mais inclusiva, responsiva e alinhada às necessidades de diferentes públicos.

Gestão de Riscos e Integridade Pública

No campo da gestão, o Plano prevê ações voltadas à promoção de uma cultura organizacional diversa e inclusiva, como a curadoria cultural e o calendário da diversidade, a realização de seminários de participação social, a elaboração de cartilhas temáticas para servidores, iniciativas de sensibilização cultural e a criação de ferramentas de business intelligence para monitorar a ocupação de cargos comissionados.

O PFAA soma-se ao [Plano de Enfrentamento ao Assédio](#), publicado em março de 2025 e ao Plano de Integridade do MPO, compondo, de forma integrada, um portfólio de ações voltado à promoção de um ambiente de trabalho saudável, íntegro e inclusivo.



O Programa Federal de Ações Afirmitivas (PFAA) foi instituído pelo [Decreto nº 11.785/2023](#).

Quem Somos?



O painel *Quem Somos*, apresentado na página seguinte, evidencia o compromisso do MPO com o acompanhamento sistemático da composição e da evolução de sua força de trabalho, em conformidade com o Decreto nº 11.443, de 2023. O painel destaca, em especial, os esforços para promover maior equilíbrio de gênero e de cor nos cargos de liderança da instituição, além de apresentar dados consolidados do Programa de Gestão e Desempenho do MPO.

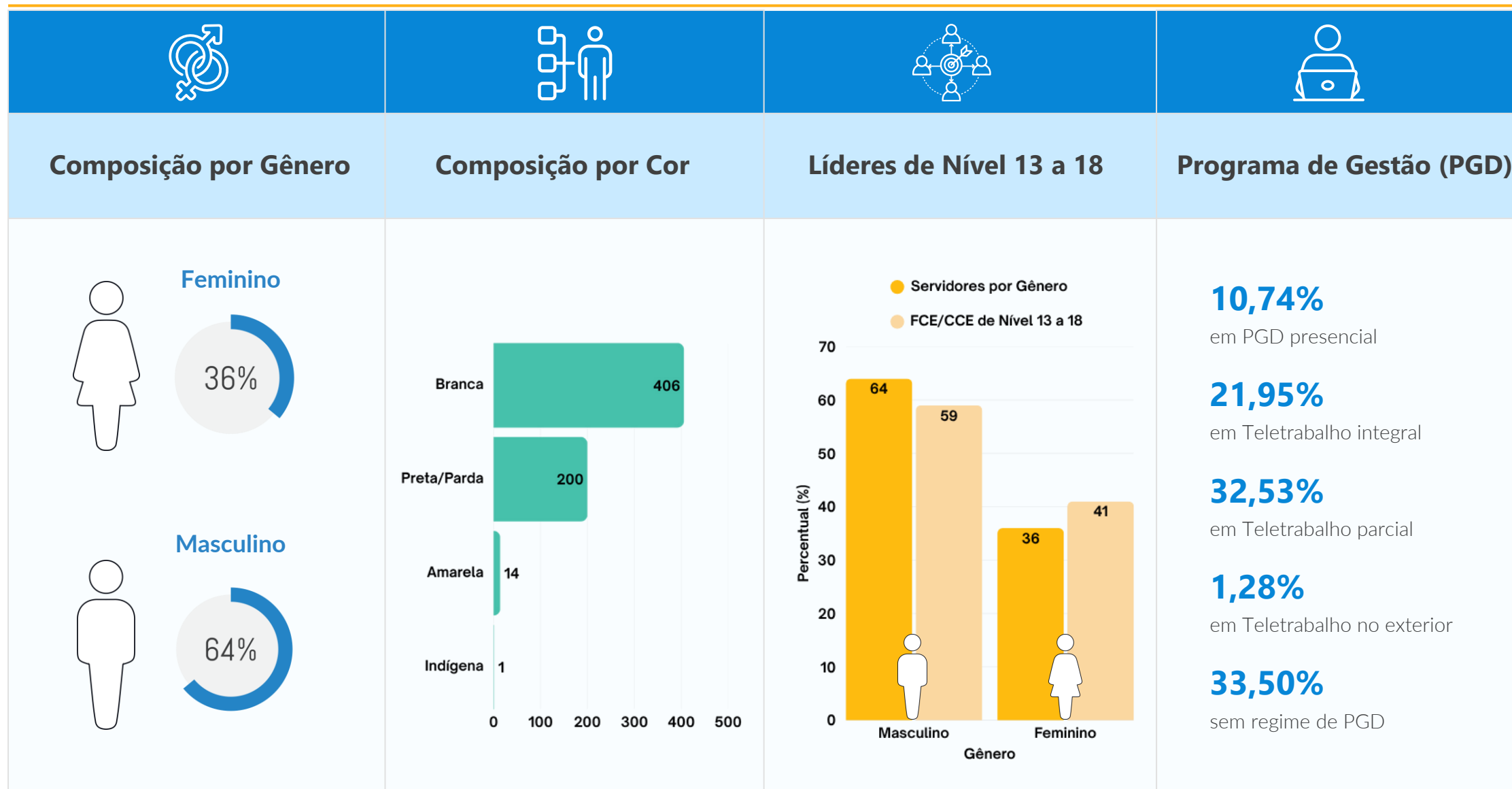


O MPO busca promover maior equilíbrio de gênero nos cargos de liderança. Esse compromisso se reflete especialmente nos níveis mais elevados da estrutura organizacional. Embora os homens representem 64% da força de trabalho, ocupam 59% dos cargos mais altos, enquanto as mulheres, que correspondem a 36% do quadro, respondem por 41% dessas posições, indicando avanço na participação feminina na liderança.



O Programa de Gestão e Desempenho é regulamentado pelas Instruções Normativas nº 24 e 53 de 2023, e, no MPO, é monitorado pelo Sistema Petrvs desde outubro de 2024. O modelo auxilia a substituição do tradicional controle de frequência de agentes públicas/os pelo de entregas de participantes, em vínculo com as entregas das unidades e da organização.

Quem Somos?



Planejamento Estratégico Institucional



O Plano Estratégico Institucional (PEI) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) para o período 2024-2027 é o principal instrumento de planejamento da instituição. Ele contempla:

- a identidade organizacional, expressa pelo propósito, futuro desejado e valores institucionais;
- o diagnóstico estratégico institucional; e
- os objetivos estratégicos, com seus respectivos indicadores e metas.

A identidade organizacional do MPO – formada por seu propósito, futuro desejado e valores institucionais – estabelece os fundamentos que orientam o comportamento organizacional e a formulação das estratégias. Ela expressa a razão de ser do Ministério, a direção para onde a instituição quer avançar e os princípios que devem pautar sua atuação.

O diagnóstico estratégico institucional complementa essa base ao identificar, de forma sistemática, os fatores internos e externos que influenciam a capacidade do Ministério de cumprir sua missão. Essa análise permite reconhecer oportunidades e ameaças no ambiente externo, bem como forças e fragilidades no ambiente interno, servindo de subsídio para decisões mais informadas e alinhadas ao contexto real da administração pública.

A partir dessa combinação entre identidade e diagnóstico, são definidos os **objetivos estratégicos** – que representam os resultados que o MPO busca alcançar para cumprir seu propósito e contribuir de forma efetiva com as prioridades do governo e as necessidades da sociedade. Esses objetivos são desdobrados em resultados-chave e projetos estratégicos, monitorados ao longo do ciclo de gestão para garantir a coerência entre o planejamento e a execução.

Planejamento Estratégico Institucional

Nesse contexto, o Relatório de Gestão Trimestral cumpre papel essencial ao permitir o acompanhamento sistemático da execução da estratégia institucional. Ao apresentar os avanços em relação aos resultados-chave e aos projetos estratégicos, o relatório possibilita verificar se a atuação do Ministério está coerente com as diretrizes estabelecidas pela identidade organizacional, fundamentada no propósito, nos valores e no futuro desejado; se responde aos desafios identificados no diagnóstico estratégico; e se caminha na direção dos objetivos traçados no Plano Estratégico Institucional. Dessa forma, promove a transparência, fortalece a *accountability* e contribui para uma gestão pública mais eficaz, alinhada às prioridades do governo e às demandas da sociedade.

O Mapa Estratégico do MPO, representado na próxima página, é um dos pilares fundamentais do PEI. Na sequência, também é ilustrada a Cadeia de Valor e a Identidade Organizacional do MPO.

“O planejamento estratégico é um processo de análise, criação de alternativas e tomada de decisão sobre o que é a organização, o que ela faz, e porque ela faz. Além de alocar recursos, essas decisões servem para alinhar propósitos, programas e projetos, pessoas, estruturas e suporte político, bem como gerar aprendizagem organizacional. O produto do planejamento estratégico é um plano, que documenta os desafios, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas e as ações necessárias para alcançá-las.”

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)



Mapa Estratégico

2024-2027

Propósito	Promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do país.	Futuro Desejável	Planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas integrados, transparentes e fortalecidos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País.
------------------	---	-------------------------	--

Resultados para Governo e Sociedade

OE 01 - Melhorar a qualidade das políticas públicas por meio de planejamento, avaliação e alocação eficiente de recursos	OE 02 - Promover a distribuição eficiente de recursos públicos, visando a redução das desigualdades sociais e econômicas	OE 03 - Fortalecer a transparência e eficiência na elaboração e execução do ciclo orçamentário, alinhando-se às tendências globais de desenvolvimento sustentável e governança
--	--	--

Processos Internos

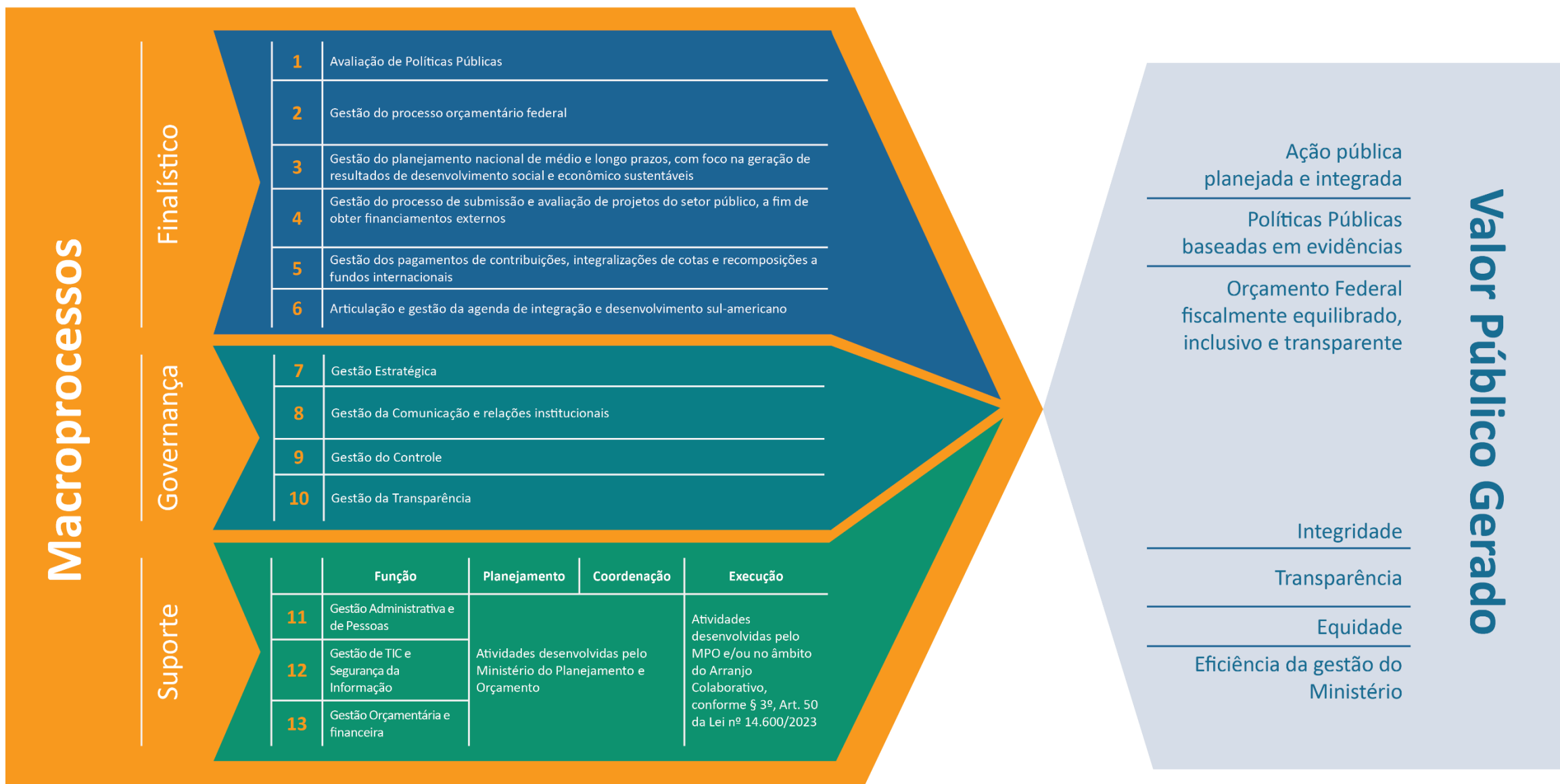
OE 04 - Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A	OE 05 - Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados	OE 06 - Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União	
OE 07 - Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável	OE 08 - Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal	OE 09 - Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais	OE 10 - Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano

Capacidades Institucionais

OE 11 - Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas	OE 12 - Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas	OE 13 - Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital	OE 14 - Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
---	---	--	---

Valores →	Ética e Integridade	Comprometimento	Transparência	Eficiência e Excelência	Sustentabilidade	Democracia	Colaboração e Cooperação	Diversidade
------------------	---------------------	-----------------	---------------	-------------------------	------------------	------------	--------------------------	-------------

Cadeia de Valor



Identidade Organizacional | Como o PEI nos move



Propósito

O que buscamos?

Promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do País.



Futuro Desejável

Onde queremos chegar?

Planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas integrados, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País



Valores

Como faremos?

- Ética e integridade
- Comprometimento
- Transparência
- Eficiência e Excelência
- Sustentabilidade
- Democracia
- Colaboração e Cooperação
- Diversidade



Valor Público

O que vamos gerar?

- Ação pública planejada e integrada
- Políticas Públicas baseadas em evidências
- Orçamento Federal fiscalmente equilibrado, inclusivo e transparente
- Integridade
- Transparência
- Equidade
- Eficiência da gestão do Ministério

Aprovada pelo **Comitê Ministerial de Governança (CMG) do MPO, em 31.05.2023**, a identidade organizacional compreende o estabelecimento da cultura e da razão de ser da instituição, traduzida pelas declarações de propósito, futuro desejável e valores.

Maiores informações sobre o PEI/MPO podem ser visualizadas em <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/ acesso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/comite-ministerial-de-governanca/planejamento-estrategico-e-institucional-pei-1>.

Plataforma Veredas

Para acompanhar e avaliar o alcance dos resultados-chave e dos projetos a eles vinculados, o Ministério do Planejamento e Orçamento desenvolveu a Plataforma Veredas, uma solução tecnológica voltada ao apoio à gestão estratégica institucional. Por meio de módulos integrados, o sistema permite o monitoramento do Plano Estratégico Institucional (PEI), do Plano de Evolução de Processos (PEP), dos Planos de Integridade e dos Planos de Integração Interinstitucional (PIN), possibilitando que as Secretarias responsáveis atualizem mensalmente o andamento de seus projetos, indicadores e marcos de entrega.

O monitoramento proporcionado pelo Veredas oferece às lideranças e às equipes do MPO uma visão consolidada, integrada e em tempo real da execução da estratégia institucional, apoiando a tomada de decisão e permitindo ajustes tempestivos nas ações e nas equipes, de modo a assegurar o alcance dos objetivos estratégicos ao final do ciclo. A plataforma também contribui de forma direta para a elaboração dos Relatórios de Gestão Trimestrais e do Relatório de Gestão Integrado, especialmente no capítulo de Desempenho Institucional, ao facilitar a consolidação de informações, a geração de gráficos e a comunicação dos avanços e desafios à sociedade, em consonância com as orientações do Tribunal de Contas da União e com boas práticas internacionais de governança pública.

Desenvolvida com tecnologias abertas e sem dependência de soluções proprietárias, a Plataforma Veredas gera ganhos relevantes de eficiência administrativa, redução de custos e fortalecimento das capacidades institucionais. Sua relevância foi **reconhecida nacionalmente, com premiação na categoria Ideias Inovadoras da ColaboraGov 2024**. A Plataforma também integra o conjunto de elementos que compõe a lógica de gestão baseada em ciclos curtos — o PDCA Ágil e Transparente — reconhecida na premiação Agilidade Brasil 2025. Em razão de sua aplicabilidade, o MPO recebeu solicitações para **cessão do código-fonte da plataforma, com Acordos de Cooperação Técnica em tramitação junto a órgãos como o Ministério dos Povos Indígenas, CADE, Ministério da Previdência Social, Ministério do Esporte e Previc**, ampliando o impacto da solução e reforçando a cooperação interinstitucional no âmbito da Administração Pública Federal.



PDCA Ágil e Transparente: ciclos curtos para uma gestão responsiva

O PEI/MPO 2024-2027, aprovado pela [Resolução nº 2 CMO/MPO, de 13 de novembro de 2023](#), alinha-se ao [Plano Plurianual](#) (PPA) do mesmo ciclo e está estruturado com base nas metodologias Balanced Scorecard (BSC) e Objectives and Key Results (OKR). Sua elaboração contou com a participação efetiva das unidades do Ministério, fortalecendo o engajamento e a legitimidade das escolhas estratégicas.

No contexto do modelo PDCA Ágil e Transparente, o PEI adota ciclos curtos de avaliação, revisão e definição de resultados, promovendo um planejamento dinâmico, conectado ao presente e com maior capacidade de adaptação institucional. Seus objetivos estratégicos são desdobrados em resultados-chave e projetos, os quais são revisados e atualizados anualmente, de forma estruturada.

Ao institucionalizar o processo anual de avaliação, revisão e definição de resultados, o PEI/MPO vai além da recomendação prevista no art. 5º [da Instrução Normativa nº 24 SEDGG/SEGES/ME/2020](#), segundo o qual o PEI deverá ser revisado pelo menos uma vez por ano e, **se for necessário**, atualizado. Essa prática agrega um componente ágil ao tradicional ciclo “Plan-Do-Check-Act” e é operacionalizada de forma automatizada pela Plataforma Veredas, o que garante maior eficiência, padronização e transparência ativa.

A transparência do processo é garantida por meio da publicação dos [Relatórios de Gestão Trimestrais](#), modelo que espelha as diretrizes emitidas pelo Tribunal de Contas da União para elaboração do Relato Integrado, principal instrumento de prestação de contas do Governo Federal. Os detalhes da execução do plano são evidenciados no

capítulo destinado ao Desempenho da Gestão, que detalha os esforços em prol dos objetivos estratégicos e o desempenho dos projetos elencados no PEI.

A revisão anual considera os resultados obtidos no ciclo anterior, com base no desempenho dos projetos e análise dos resultados-chave definidos para cada ciclo. As alterações propostas para o PEI e os novos projetos e resultados-chave são apresentados ao [Comitê de Governança Ministerial \(CMG\)](#), composto pela Ministra Simone Tebet e pelas lideranças de cada Secretaria.

Na [edição 2025 do PEI/MPO](#), ocorreu um acréscimo de 34% no número de projetos estratégicos e de 44% no número de resultados-chave. A carteira de 2025 está composta por 39 projetos estratégicos, dos quais 19 são novos, e 50 resultados-chave, dos quais 43 são novos. A evolução do número de projetos estratégicos por unidade, em relação ao primeiro ano de exercício da gestão, reflete o amadurecimento das estratégias institucionais de gestão e o encontro dos líderes da alta administração com novas oportunidades de aprofundamento em suas pautas finalísticas, com projeção de entregas de valor ainda mais benéficas para a sociedade.

Ao integrar práticas modernas de gestão, o PEI/MPO 2024-2027 reafirma o compromisso institucional com a melhoria contínua e a transparência. A adoção do modelo PDCA Ágil e Transparente promove ciclos curtos e integrados de planejamento, execução, monitoramento e prestação de contas, alinhando estratégia e operação e fortalecendo a capacidade do Ministério de gerar valor público de forma adaptativa, responsiva e orientada a evidências.



Case PDCA Ágil e Transparente – Premiação Agilidade Brasil 2025



Saiba mais:

[Gestão Estratégica — MPO](#)

2º Revisão do PEI

O PEI/MPO 2024 -2027 foi aprovado pela [Resolução nº 2 CMO/MPO, de 13 de novembro de 2023](#), e alinha-se ao [Plano Plurianual](#) (PPA) do mesmo ciclo. Está baseado nas metodologias *Balanced Scorecard* (BSC) e *Objectives and Key Results* (OKR), em sua elaboração, com a participação efetiva de integrantes de todas as unidades do Ministério.

Seus objetivos estão materializados em projetos estratégicos e em resultados-chave, renovados anualmente. Em cada revisão, esses elementos devem ser avaliados e adaptados para cada exercício, conforme as pautas e estratégias institucionais das unidades do MPO.

A atualização do PEI é uma determinação regulamentar prevista no art. 5º da [Instrução Normativa nº 24 SEDGG/SEGES/ME, de 18 de março de 2020](#), segundo a qual o instrumento deverá ser revisado pelo menos uma vez por ano e, se for necessário, atualizado. A revisão deve considerar os resultados obtidos no ciclo anterior, ao avaliar a evolução dos indicadores estratégicos e sua relação com as metas previamente definidas.

Em observância às determinações do normativo, foram revistos e atualizados os projetos estratégicos e os respectivos resultados-chave associados à camada gerencial vigente desde a [Reunião Extraordinária do CMG/MPO de 6 de novembro de 2023](#).

Na edição de 2024, a camada gerencial do PEI/MPO 2024-2027 foi organizada em 14 objetivos estratégicos, 29 projetos e 34 resultados-chave. No mês de outubro

daquele ano, as unidades do MPO foram recepcionadas em encontros individualizados pela Secretaria-Executiva e, após as rodadas de reuniões, encaminharam suas propostas à SAGE/SE/MPO, nos termos das orientações técnicas recebidas, para a programação referente ao exercício de 2025, conforme rege o art. 4º da Resolução CMO/MPO nº 2, de 13 de novembro de 2023.

Como resultado das deliberações, a [revisão do PEI/MPO 2024-2027](#) culminou na atualização da camada gerencial para 2025, por objetivo estratégico, aprovada na última [reunião do CMG/MPO naquele ano, ocorrida no dia 17/12/2024](#). O encontro contou com a presença da Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e das lideranças das Secretarias.

Após a primeira revisão, a edição do PEI/MPO para vigência em 2025 foi concluída com um acréscimo de 34% no número de projetos estratégicos e de 44% no número de resultados-chave, relativamente ao modelo anterior. A carteira de 2025 está composta por 40 projetos estratégicos, dos quais 20 são novos, e 51 resultados-chave, dos quais 44 são novos.

A evolução do número de projetos estratégicos por unidade, em relação ao primeiro ano de exercício da gestão, reflete o amadurecimento das estratégias institucionais de gestão e o encontro dos líderes da alta administração com novas oportunidades de aprofundamento em suas pautas finalísticas, cujas entregas de valor são apresentadas nas páginas deste relato.

Materialidade

O conteúdo deste Relatório de Gestão Integrado foi elaborado a partir de um processo sistemático de captação, análise e consolidação de informações sobre o desempenho institucional do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Esse processo corresponde à produção dos Relatórios de Gestão Trimestrais, orientados pela execução do Plano Estratégico Institucional (PEI) do ciclo 2024–2027.

Nesse contexto, as informações relativas à execução da estratégia institucional são reportadas mensalmente pelas unidades do MPO e consolidadas trimestralmente pela Secretaria-Executiva, por meio dos Relatórios de Gestão Trimestrais. O processo reúne dados e informações sobre projetos estratégicos, bem como fatos relevantes, notícias e documentos que afetam, ou possam afetar, a capacidade do Ministério de cumprir sua missão institucional e de gerar valor público no curto, médio e longo prazos.

A opção por estruturar o conteúdo do Relatório de Gestão Integrado a partir das informações vinculadas ao PEI fundamenta-se no entendimento de que a estratégia institucional constitui a principal diretriz de atuação do Ministério, refletindo os temas e prioridades com maior relevância e potencial de impacto para a sociedade.

A elaboração do conteúdo ocorreu de forma descentralizada, por meio da captação mensal de informações junto às unidades responsáveis, respeitando suas competências institucionais. Essa abordagem contribuiu para a qualificação das informações apresentadas, bem como para o fortalecimento da responsabilização pelos resultados alcançados e pelos resultados planejados, mas não atingidos, que possam impactar o alcance dos objetivos institucionais.

Ao adotar o formato de Relatório de Gestão Integrado, o MPO busca apresentar à sociedade, de maneira objetiva, transparente e acessível, o desempenho institucional no exercício de 2025, evidenciando a relação entre a atuação do Ministério, a alocação e utilização dos recursos públicos e os resultados obtidos na geração de valor público.

2

Desempenho da **GESTÃO**



2. Desempenho da Gestão

PEI

Plano Estratégico Institucional

Perspectiva de Processos Internos



Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

Processos Internos

OE 04	OE 05	OE 06
<p>Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A</p>	<p>Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados</p>	<p>Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União</p>
<ul style="list-style-type: none"> • R01 - Atualizados 02 Guias Metodológicos (análise Ex-Ante e Ex-Post); • R02 - Totalidade das despesas associadas às políticas públicas de gasto direto e subsídios constantes no catálogo, identificadas; • R03 - Elaborados 02 relatórios técnicos para subsidiar o processo de revisão de gastos públicos; • R04 - 01 documento descritivo e explicativo contendo Metodologia de Autoavaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP) desenvolvida e publicizada; • R05 - Realizado 01 diagnóstico do SM&A; • R06 - Elaborada, ao menos, 01 minuta de norma legal ou infralegal que fortaleça a Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas; e • R07 – Apresentado 01 estudo sobre o aperfeiçoamento do processo de acompanhamento das recomendações do CMAP. 	<ul style="list-style-type: none"> • R08 – Publicadas 02 resoluções aprovadas em plenária da Congeo; • R09 - Incorporada a participação social no processo de revisão ordinária do Plano Plurianual; • R10 - Integrada a autoavaliação dos Programas ao processo de revisão ordinária do Plano Plurianual; • R11 – 05 módulos do PPA Aberto implementados e integrados às redes sociais do MPO; e • R12 - Novo modelo de ação não orçamentária elaborado. 	<ul style="list-style-type: none"> • R13 – Publicados os relatórios de resultados do monitoramento das 05 agendas transversais do PPA 2024/2027; • R14 - Monitoradas as 03 Agendas Transversais Territoriais relativas aos Planos Regionais de Desenvolvimento por meio de relatórios de monitoramento dos atributos pactuados com os ministérios parceiros; • R15 – Aperfeiçoada a identificação dos gastos de 01 Agenda Transversal (ambientais e climáticos) no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União (SOF e SEPLAN); • R16 – Aumentado para 28% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais em 2025; e • R17 – Promovida a transparência ativa do orçamento nas Agendas Transversais e Multissetoriais por meio da publicação de 05 novos relatórios de execução orçamentária (ano base 2024).

Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

Processos Internos

OE 07	OE 08	OE 09	OE 10
<p>Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável</p>	<p>Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal</p>	<p>Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais</p>	<p>Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano</p>
<ul style="list-style-type: none"> • R18 - Projeto de concepção do Observatório do Planejamento de Longo Prazo elaborado; e • R19 - Estratégia Brasil 2050 elaborada. 	<ul style="list-style-type: none"> • R20 – Aprimorados os atributos de 100% das programações orçamentárias com problemas identificados quanto à evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado; • R21 – Exibidas as entregas de bens e serviços previstas nas programações orçamentárias, por meio de ao menos um dos instrumentos de acompanhamento e de publicização do orçamento; • R22 - Proposto anteprojeto de Nova Lei de Finanças Públicas (SOF); • R23 - Proposta minuta de normativo para incorporação da revisão de gastos públicos federais ao processo do ciclo orçamentário anual; e • R24 - Implementadas as previsões de médio prazo nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (SOF) em 100% dos órgãos orçamentários. 	<ul style="list-style-type: none"> • R25 - Concluído processo de suporte técnico aos entes subnacionais, visando adequada preparação para aprovação de 8 projetos brasileiros junto ao FOCEM; R26 – Implementada nova estrutura de governança para elaboração e aprovação de programas ou projetos de interesse de órgãos públicos com financiamentos externos; R27 – Publicada portaria que define o fluxo de negociações contratuais de financiamentos externos a programas ou projetos de interesse de órgãos públicos brasileiros; R28 – Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais elaborado; R29 – Painel de Financiamentos Externos, contendo dados e estatísticas sobre financiamentos externos, elaborado; R30 – Elaborada uma proposta de artigos, para o mecanismo financeiro do acordo, bem como orientações para a negociação de aspectos técnicos e operacionais, visando assegurar aos países em desenvolvimento acesso adequado e efetivo aos recursos necessários para implementar o acordo; R31 – Publicada portaria contendo os princípios e diretrizes que fundamentam a construção das posições brasileiras no âmbito dos BMDs de escopo regional; R32 – Desenvolvido um referencial metodológico para subsidiar as análises sobre o desempenho institucional e o impacto gerado pelos BMDs de escopo regional; R33 – Criada uma base de dados com informações sobre o desempenho institucional dos BMDs de escopo regional; R34 – 55ª Reunião anual do BDC realizada; R35 – Elaborado um relatório preliminar com sugestões de mudança da estrutura administrativa do FONPLATA; e R51 - Fundo Amazônia Sempre criado. 	<ul style="list-style-type: none"> • R36 – Incluídos os estados não fronteiriços e DF no projeto Rotas de Integração Sul-Americana; e • R37 - Resolvidos 30% dos gargalos identificados junto aos Estados, Órgãos Federais, Representantes Internacionais, Bancos de Fomento e Desenvolvimento e Recintos Alfandegados, por meio da formalização de parcerias estratégicas.

Processos Internos

A pauta finalística do MPO, representada na perspectiva de Processos Internos do Mapa Estratégico, avançou de forma consistente no segundo ano de vigência do PEI 2024-2027.

Dos resultados-chave previstos para 2025, trinta foram alcançados, o que corresponde a 79% do total. Além disso, 89% das atividades previstas nos cronogramas dos projetos foram concluídas dentro do prazo. Alguns dos resultados que não haviam sido atingidos em 2025 foram incorporados ao planejamento de 2026, reforçando o compromisso do MPO com a entrega das metas assumidas.

A metodologia de gestão de projetos estratégicos do Ministério estabelece resultados-chave definidos em ciclos anuais e prevê a revisão anual da carteira de projetos, o que garante metas atualizadas e alinhadas aos desafios e prioridades institucionais.

Este Capítulo 2 apresenta a evolução dos projetos estratégicos ao longo de 2025, os resultados-chave alcançados e outros acontecimentos relevantes que contribuíram para o fortalecimento dos objetivos estratégicos do MPO.

Dessa forma, o capítulo evidencia o esforço contínuo do Ministério para consolidar um modelo integrado de planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas, mais transparente, robusto e orientado a resultados, contribuindo para um desenvolvimento nacional cada vez mais sustentável e inclusivo.

“Essa perspectiva [de Processos Internos] identifica os processos internos críticos para criar e entregar a proposta de valor aos clientes, beneficiários e usuários dos produtos e serviços da organização. Esses processos devem ser monitorados continuamente para garantir o alcance dos resultados da organização. A identificação e diagnóstico desses processos é fundamental para definir as competências-chave das pessoas e determinar as necessidades de tecnologia, informação e recursos para executar as atividades da organização.”

Destaques

OE 04

Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de Monitoramento e Avaliação - M&A.

Publicado o Orçamento de Subsídios da União

A nona edição detalhou a evolução dos subsídios federais e reforçou a necessidade de revisão contínua de gastos, transparência e racionalidade fiscal, destacando o volume de R\$ 678 bilhões em 2024.

Seminário de Revisão de Gastos é realizado

O encontro reuniu autoridades nacionais e organismos internacionais para discutir boas práticas e fortalecer a agenda de revisão de gastos, enfatizando eficiência, justiça social e alinhamento a padrões globais.

Relatório do CMAP é entregue ao Congresso

O CMAP concluiu o ciclo 2024–2025 com avaliações de oito políticas do PPA, apresentando 22 recomendações e fortalecendo a governança avaliativa em um processo colaborativo entre MPO, Ipea, MF, STN, CGU e Enap.

Metodologia MAPP é lançada

A MAPP foi apresentada como uma ferramenta inovadora, acessível e automatizada para qualificar decisões públicas, padronizar avaliações e fortalecer capacidades em toda a administração federal, com potencial de expansão para estados e municípios.

Processos Internos

OE 04

Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de Monitoramento e Avaliação - M&A.

Ao longo do período, o Ministério do Planejamento e Orçamento ampliou de forma consistente os esforços voltados ao fortalecimento da cultura de monitoramento e avaliação, com iniciativas que reforçam a qualidade do gasto público e aprimoram a efetividade das políticas governamentais.

Logo no início do ano, o diálogo internacional desempenhou papel central nesse movimento. Em 17 de março de 2025, o MPO e o Banco Mundial reuniram-se para discutir desafios do desenvolvimento brasileiro e caminhos para aprimorar a eficiência do gasto público.

Na ocasião, o economista sênior Cornelius Fleischhaker apresentou o Relatório de Finanças Públicas com um Olhar Verde, estudo que propõe estratégias para ampliar o espaço fiscal, aumentar a arrecadação e adotar políticas fiscais sustentáveis, com impacto potencial estimado em R\$ 464,8 bilhões, o equivalente a 3,9% do PIB. O encontro reforçou a cooperação entre as instituições e fortaleceu as ações do MPO de revisão de gastos públicos, como destacou o Secretário-Executivo Gustavo Guimarães.

O ano de 2025 também foi marcado pelo lançamento oficial da MAPP, a Metodologia de Avaliação Padronizada de Políticas Públicas. A ferramenta, desenvolvida pela SMA em parceria com o Ipea, passou a oferecer uma linguagem comum de avaliação e um instrumento acessível e automatizado para apoiar gestores na identificação de gargalos, boas práticas e na tomada de decisões mais eficazes.

O lançamento contou com a presença da ministra Simone Tebet, que destacou que a MAPP oferece o elo necessário para garantir que o Brasil avance de forma planejada, ao introduzir racionalidade no uso dos recursos públicos e permitir verificar se as políticas estão produzindo o efeito desejado.

O processo de construção da ferramenta envolveu diversos órgãos do governo federal e consolidou mais de um ano de refinamento metodológico. A MAPP foi apresentada como uma ferramenta viva, projetada para evoluir com o uso e o feedback dos usuários. Ela também foi concebida para apoiar não apenas a administração federal, mas estados e municípios, ampliando as capacidades avaliativas em todo o país. Instituições parceiras, como o BID, ressaltaram o caráter inovador da iniciativa e o fato de representar um marco na construção de um processo sistemático de avaliação em larga escala no Brasil.

Diversos esforços de disseminação, capacitação e aplicação da metodologia foram realizados pelo MPO em parceria com o Ipea. As atividades de formação incluíram treinamentos estruturados para oferecer fundamentos teóricos e exercícios práticos, que cobriram dimensões como relevância, efetividade, eficiência e sustentabilidade.

Esse processo permitiu testar e ajustar a ferramenta em situações reais, contribuindo para sua calibração inicial antes da disponibilização aos gestores públicos. Como resultado, a metodologia consolidou-se como um instrumento inovador e plenamente operacional, capaz de ampliar a agilidade, a qualidade e a escalabilidade das avaliações conduzidas no âmbito governamental.

O fortalecimento da cultura avaliativa também se manifestou na apresentação do Relatório Bienal 2023/2024 da SMA, documento que consolida entregas, inovações e lições aprendidas em áreas como meio ambiente, energia, inclusão digital, esporte e acesso à água. O material ganhou destaque na mídia ao apontar efeitos potenciais do Bolsa Família sobre a informalidade, reforçando, segundo a ministra Simone Tebet, a necessidade de aperfeiçoar o programa para ampliar sua efetividade.

Processos Internos

O relatório também ressaltou a importância da integração entre órgãos avaliadores e gestores, reconhecida por instituições como CGU e BID.

Para ampliar a disseminação dos resultados das avaliações, foram produzidos os informativos visuais, chamados “Coloridinhos”, que sintetizam os achados de forma acessível e permitem que gestores identifiquem impactos, problemas e recomendações de maneira rápida. No mesmo sentido, a SMA teve papel de destaque na Semana da Avaliação 2025, realizada na Escola de Governo da Fiocruz, com debates sobre a consolidação da avaliação como política de Estado e oficina coordenada pelo MPO sobre o Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação, o projeto P05.

Outra frente estratégica foi a publicação da nona edição do Orçamento de Subsídios da União, que detalha o comportamento recente dos subsídios federais. Em 2024, o volume total alcançou R\$ 678 bilhões, o equivalente a 5,78% do PIB, com predominância dos gastos tributários. A análise reforça a importância da disciplina fiscal associada à revisão contínua de gastos, destacando a necessidade de aperfeiçoar benefícios e corrigir distorções para promover racionalidade e transparência no uso dos recursos públicos.

A agenda de revisão de gastos ganhou relevância adicional com a realização do Seminário Internacional de Revisão de Gastos, que reuniu autoridades nacionais e organismos internacionais para discutir boas práticas e fortalecer estratégias de gestão fiscal. A ministra Simone Tebet enfatizou que revisão de gastos significa realocação eficiente de recursos com foco em justiça social. A participação de instituições como OCDE, Banco Mundial e BID reforçou o alinhamento do Brasil a padrões internacionais.

Como resultado direto desse esforço, foi alcançado o resultado-chave R03, com a elaboração de dois relatórios centrais para a institucionalização da revisão de gastos. Os documentos reúnem a sistematização dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Revisão de Gastos e a síntese das análises dos PLDO 2025 e 2026, incluindo estimativas de economia de até R\$ 28,6 bilhões em benefícios previdenciários até 2028, além de projeções para o Proagro e o BPC.

No campo da governança avaliativa, o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas concluiu o ciclo 2024–2025 e entregou ao Congresso Nacional o relatório anual com resultados das avaliações de oito políticas finalísticas do Plano Plurianual 2024–2027. Foram produzidas 22 recomendações técnicas com participação de equipes do Ipea, MPO, Ministério da Fazenda, STN e CGU, além do apoio da Enap, em um modelo colaborativo que fortalece a integração e a aprendizagem institucional.

O conjunto dessas iniciativas evidencia o avanço consistente do MPO no fortalecimento da cultura de monitoramento e avaliação, sustentado pela cooperação internacional, pelo lançamento da MAPP, pela revisão sistemática de gastos e pela ampliação das capacidades técnicas do Estado. As entregas realizadas e os instrumentos desenvolvidos ao longo do período consolidaram bases sólidas para uma gestão pública mais estratégica, transparente e orientada a resultados.

O período também foi marcado pela realização do 2º Fórum Nacional de Avaliação, que reforçou a centralidade do diálogo federativo e da atuação integrada para o aprimoramento das políticas públicas. Realizado na Enap, o encontro reuniu gestores dos três Poderes, representantes de estados e municípios, especialistas, academia e organismos internacionais em torno do tema “Construindo um Sistema de Avaliação de Políticas Públicas”. Na abertura, o secretário Wesley Matheus destacou que a consolidação de um sistema nacional de avaliação depende de cooperação contínua entre os agentes, para além dos dias de evento, em um movimento permanente de escuta, aprendizado e coordenação.

As mesas de debate aprofundaram discussões sobre a agenda de avaliações do CMAP, o papel da MAPP como ferramenta de avaliação em escala e os avanços na revisão de gastos, evidenciando o compromisso de ampliar capacidades estatais, difundir evidências e orientar decisões públicas com rigor técnico. Ao reunir uma rede diversificada de instituições, o Fórum consolidou-se como espaço estratégico para fortalecer a cultura

Processos Internos

avaliativa e ampliar a qualidade e a efetividade das políticas públicas no país.

Os esforços para a criação do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação também envolveram a realização de diagnósticos e diálogo contínuo com atores governamentais. Esse trabalho permitiu identificar práticas existentes, capacidades instaladas e as principais demandas relacionadas ao tema. Essas informações formaram a base para a elaboração do relatório de diagnóstico e para a finalização da minuta da normativa que instituirá o sistema, acompanhada de Nota Técnica referente ao PLP nº 64/2022, que regulamenta o §16 do art. 37 da Constituição Federal e propõe ajustes na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O conjunto dessas ações demonstra o compromisso contínuo do MPO em fortalecer a cultura avaliativa e aprimorar a capacidade do Estado de entregar políticas públicas mais eficazes, sustentáveis e orientadas a resultados. O conjunto de esforços resultaram no alcance de importantes resultados-chaves previstos no Plano Estratégico Institucional (PEI) do MPO:

R03 - Elaborados 02 relatórios técnicos para subsidiar o processo de revisão de gastos públicos. ✓

R04 - 01 documento descritivo e explicativo contendo Metodologia de Autoavaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP) desenvolvida e publicizada. ✓

R05 - Realizado 01 diagnóstico do SM&A. ✓

R06 - Elaborada, ao menos, 01 minuta de norma legal ou infralegal que fortaleça a Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. ✓

R07 - Apresentado um estudo sobre o aperfeiçoamento do processo de acompanhamento das recomendações do CMAP. ✓

Informativos do Ciclo de Avaliação do CMAP 2024/2025 (SMA/MPO, 2025)



Painéis e Publicações da SMA/MPO



[Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas Ciclo 2024-2025](#)



[Orçamento de Subsídios da União 2024](#)



[Painel de Gestão do CMAP](#)



[Painel do Orçamento de Subsídios da União 2024](#)

Destaques

OE 05

Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados.

Comissão Nacional de Geoinformação é criada

A criação da Comissão Nacional de Geoinformação fortaleceu a governança dos dados geoespaciais no país. A nova estrutura aprimora a coordenação entre órgãos, atualiza diretrizes e promove maior integração de informações estratégicas para o planejamento governamental.

Participação Social no ciclo do PPA é garantida

A participação social foi ampliada no ciclo de gestão do PPA, permitindo que conselhos e organizações da sociedade civil contribuam para a revisão do plano. A participação reforça a transparência e aproxima o planejamento das demandas reais da população.

Primeiro ciclo de Gestão do PPA é concluído

O primeiro ciclo de gestão do PPA 2024–2027 foi concluído com monitoramento, avaliação e revisão ordinária realizados de forma integrada. O processo fortalece a capacidade do governo de ajustar políticas com base em evidências e necessidades emergentes.

Relatório anual do PPA é entregue ao Congresso

O Relatório Anual de Monitoramento do PPA, ano-base 2024, foi encaminhado ao Congresso com informações consolidadas sobre resultados, execução financeira e perspectivas macroeconômicas. A publicação reforça a transparência e facilita o acompanhamento das metas governamentais.

Processos Internos

OE 05

Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados

O Ministério do Planejamento e Orçamento avançou de maneira consistente na qualificação da governança do sistema de planejamento governamental. Os esforços concentrados ao longo do período fortaleceram os instrumentos normativos, ampliaram a participação social e elevaram a integração entre órgãos e políticas públicas.

A participação social ganhou protagonismo no ciclo de gestão do Plano Plurianual 2024-2027. Em fevereiro, conselhos e colegiados nacionais puderam contribuir para a revisão do plano por meio da plataforma Brasil Participativo. Essa iniciativa ampliou o diálogo com a sociedade e reforçou o compromisso com a transparência. As propostas recebidas auxiliaram na atualização das diretrizes e contribuíram para o resultado-chave de incorporação da participação social no processo de revisão ordinária do PPA.

O processo de autoavaliação, conduzido no primeiro trimestre de 2025, identificou oportunidades de aprimoramento no desenho, na governança e na implementação dos programas. As informações obtidas por meio do monitoramento e da autoavaliação serviram de base para a revisão do plano. A integração dessas etapas fortaleceu o processo decisório e ampliou a qualidade das informações utilizadas para adequar o PPA às demandas reais da sociedade.

Com o propósito de disseminar boas práticas e apoiar a elaboração dos PPAs municipais, o MPO disponibilizou o Guia de Elaboração do PPA para Municípios. O material apresenta conceitos, orientações metodológicas e diretrizes para o ciclo 2026-2029. A Secretaria Nacional de Planejamento promoveu um webinar nacional e

programou mais cinco webinários regionais, reforçando o compromisso com a capacitação de gestores municipais e com o fortalecimento das capacidades de planejamento em todo o país.

O aperfeiçoamento da governança avançou também com a criação da Comissão Nacional de Geoinformação. A Congeo foi instituída pela [Portaria nº 32, de 2025](#), substituindo a antiga Concar e modernizando a coordenação da geoinformação no país. A comissão é presidida pela Seplan e tem sua secretaria executiva no IBGE. Em sua primeira plenária foram aprovados o regimento interno e os três primeiros comitês temáticos, cumprindo o resultado-chave relativo à publicação de resoluções. A nova estrutura fortalece a integração e a padronização de dados geoespaciais, ampliando a base de evidências para o planejamento.

O MPO também concluiu estudos essenciais no âmbito do projeto de elaboração do novo modelo de ações não orçamentárias do PPA 2024-2027. Os trabalhos contemplaram subsídios tributários, subsídios creditícios e créditos de instituições financeiras oficiais de fomento. Ajustes importantes foram realizados no SIOP, permitindo avançar no resultado-chave relacionado ao novo modelo de ação não orçamentária.

Ainda em 2025, foi concluído o primeiro ciclo de gestão do PPA 2024-2027, formalizado pela [Portaria GM/MPO nº 214/2025](#). O processo envolveu monitoramento, avaliação e revisão ordinária. Os resultados do ano-base de 2024 mostraram desempenho elevado, com 74% dos objetivos e mais de 62% das entregas acima de 80% de cumprimento. Nas agendas transversais, o desempenho também foi expressivo. Esses números reforçam a consolidação de uma gestão orientada por resultados e apoiada em evidências.

A revisão ordinária do PPA foi conduzida com base nos insumos gerados pelo monitoramento e pela autoavaliação. O processo resultou em avanços importantes, como a participação inédita de conselhos de políticas públicas, a criação das agendas transversais territoriais e o aprimoramento de indicadores, metas e entregas. Houve também compatibilização com a LOA, atualização de investimentos plurianuais e revisão

Processos Internos

de parâmetros macroeconômicos e fiscais. Esses aprimoramentos tornaram o plano mais aderente à realidade e fortaleceram seu papel como instrumento de gestão.

O [Relatório Anual de Monitoramento do PPA 2024-2027](#), ano-base 2024, foi encaminhado ao Congresso Nacional em agosto de 2025. O documento reúne resultados, análises e perspectivas fiscais e macroeconômicas em sete volumes temáticos e um sumário executivo. Com a atualização do painel PPA Aberto e a divulgação de relatórios setoriais e temáticos, o governo ampliou a transparência, reforçou o controle social e aprimorou a governança do planejamento.

Todos esses esforços evidenciam o compromisso do MPO em aprimorar continuamente o sistema de planejamento governamental. As ações realizadas ampliaram a integração entre órgãos, modernizaram instrumentos e fortaleceram a participação social, consolidando um modelo de gestão mais estratégico, transparente e orientado a resultados.

Durante o período, o MPO alcançou importantes resultados-chaves previstos no Plano Estratégico Institucional (PEI) do MPO:

- R08** - Publicadas 02 resoluções aprovadas em plenária da Congeo. ✓
- R09** - Incorporada a participação social no processo de revisão ordinária do Plano Plurianual. ✓
- R10** - Integrada a autoavaliação dos Programas ao processo de revisão ordinária do Plano Plurianual. ✓
- R11** - 05 módulos do PPA Aberto implementados e integrados às redes sociais do MPO. ✓



Destaques

OE 06

Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União

Relatórios de Resultado das Agendas Transversais é publicado

Pela primeira vez, os resultados e a execução orçamentária das agendas de Mulheres, Igualdade Racial e Povos Indígenas, Crianças e Adolescentes e Meio Ambiente foram consolidados em um único instrumento, fortalecendo a transparência e a governança das políticas públicas.

Guias integram Plano e Orçamento nas Agendas Transversais

Documentos resultam de uma série de seminários realizados com o objetivo de sensibilizar, capacitar e mobilizar gestores e gestoras públicas federais a utilizar a estratégia da transversalidade para o enfrentamento de questões complexas.

Agendas Transversais Territoriais são lançadas

As Agendas Territoriais articulam os planos regionais de desenvolvimento ao planejamento nacional e tem como objetivo aproximar o planejamento público das realidades regionais, como instrumento para enfrentar desigualdades históricas.

MPO publica metodologia para classificação de gastos climáticos

Metodologia permitirá, pela primeira vez, uma radiografia completa, sistemática e comparável do gasto público relacionado à mudança climática, biodiversidade e gerenciamento de riscos e desastres nos níveis federal e estadual.

Processos Internos

OE 06

Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União

Ao longo do período, a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais avançou em transparência e fortaleceu a integração entre planejamento e orçamento. Em abril de 2025, foram publicados os Relatórios das Agendas Transversais referentes ao exercício de 2024, consolidando dados de execução orçamentária e de resultados do PPA para os cinco eixos temáticos. Pela primeira vez, o monitoramento das agendas de Mulheres, Igualdade Racial e Povos Indígenas, Crianças e Adolescentes e Meio Ambiente integrou implementação dos compromissos governamentais e alocação orçamentária.

Os relatórios evidenciam avanços expressivos. A Agenda Mulheres registrou R\$ 185,4 bilhões empenhados em 121 ações, com destaque para proteção social e saúde. Nesta temática, quase 70% das metas superaram 100% de execução. Na Agenda Crianças e Adolescentes, três em cada quatro metas superaram 80% de execução, com matrículas de estudantes com deficiência acima de 115% da meta prevista.

No caso da Agenda Povos Indígenas, mais de 65% das metas ultrapassaram 100% de execução, com avanços na demarcação territorial e na saúde indígena. Também houve queda da mortalidade infantil indígena por causas evitáveis. Na educação, a taxa de cobertura escolar obrigatória chegou a 93% e 1.149 escolas quilombolas foram beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola, reforçando o compromisso com equidade.

Na Agenda Meio Ambiente, 70% dos objetivos específicos e 66% das entregas ultrapassaram 80% de execução, incluindo a antecipação da meta de cobertura nacional de previsões de deslizamentos pelo Cemaden. A Agenda Igualdade Racial também apresentou desempenho significativo, com mais de 70% das metas superando 80% de execução.

A publicação dos relatórios foi precedida por um esforço estruturado de qualificação técnica, que incluiu o desenvolvimento dos [Guias sobre Transversalidade nas Políticas Públicas, no Plano e no Orçamento](#). Os materiais apresentam fundamentos conceituais, marcos normativos e recomendações práticas para a adoção de uma abordagem transversal na gestão federal. A iniciativa contou com apoio do BID, parceria técnica da Fundação Tide Setubal e participação da ONU Mulheres e do Unicef.

Esses resultados demonstram a crescente integração entre planejamento, orçamento e monitoramento. A transversalidade fortalece a governança das políticas públicas, amplia a capacidade de resposta do Estado e gera impactos sociais concretos em todo o país. As informações completas estão disponíveis no [Portal PPA Aberto](#) e refletem uma gestão orientada por evidências e por compromissos pactuados com a sociedade.

Além disso, houve avanços na formulação das [Agendas Transversais Territoriais](#). Uma série de esforços conjuntos entre MPO, MIDR e superintendências regionais (Sudam, Sudene e Sudeco) permitiu consolidar o documento “Agendas Transversais Territoriais do PPA 2024-2027”, que articula os planos regionais de desenvolvimento à estratégia nacional. A publicação integra a Série Planejamento Nacional e contribui para que o planejamento federal reflita as especificidades regionais e promova maior coerência na alocação de recursos e nas entregas governamentais.

Em 2025, a formalização das Agendas Transversais Territoriais na revisão do PPA, por meio da [Portaria GM/MPO nº 214/2025](#), representou um marco institucional. As agendas da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste articulam mais de 1.200 entregas distribuídas em 68 programas e fortalecem o alinhamento entre União, estados, municípios e consórcios interfederativos. O lançamento oficial, realizado em agosto, consolidou um modelo de planejamento baseado em resultados, participação social e articulação federativa, contribuindo para reduzir desigualdades históricas.

Processos Internos

Outro destaque no período foi a elaboração da metodologia de classificação de gastos públicos relacionados a Mudança Climática, Biodiversidade e Gerenciamento de Riscos e Desastres, resultado previsto para o projeto. Em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, foi concluída uma proposta metodológica para identificar e classificar despesas federais ligadas ao clima, biodiversidade e gestão de riscos e desastres. Esse trabalho resultou na publicação do Relatório Final do Projeto de Classificadores do Gasto Público, que apresenta, pela primeira vez, uma radiografia nacional abrangendo os gastos da União, entre 2010 e 2023, e dos governos estaduais, em 2022.

O relatório aponta que, entre 2010 e 2023, o Governo Central destinou R\$ 421,32 bilhões ao enfrentamento da mudança climática, R\$ 250,02 bilhões à proteção da biodiversidade e R\$ 111,20 bilhões ao gerenciamento de riscos e desastres. O estudo também analisou as despesas estaduais de 2022 e apontou diferenças relevantes no padrão de gastos.

Além disso, o material revela uma mudança estrutural na participação das despesas voltadas à adaptação climática no orçamento federal e destaca que os investimentos em proteção ambiental e redução de riscos têm ganhado centralidade. Um painel interativo está em desenvolvimento pelo MPO para ampliar o acesso público às informações.

Esses avanços fortalecem a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais e ampliam a capacidade do planejamento governamental de promover equidade, inclusão e desenvolvimento sustentável. Os esforços resultaram no alcance dos seguintes resultados previstos no Plano Estratégico Institucional (PEI):

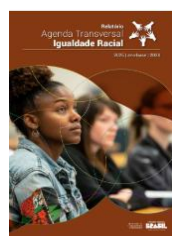
R13 - Publicados os relatórios de resultados do monitoramento das 05 Agendas Transversais do PPA 2024-2027. ✓

R14 - Monitoradas as 03 Agendas Transversais Territoriais relativas aos Planos Regionais de Desenvolvimento, por meio de relatórios de monitoramento dos atributos pactuados com os ministérios parceiros. ✓

R15 - Aperfeiçoada a identificação dos gastos de 01 Agenda Transversal (ambientais e climáticos) no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União (SOF e SEPLAN) ✓

R16 - Aumentado para 28% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais em 2025 ✓

R17 - Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de 05 novos relatórios de execução orçamentária (ano-base 2024) ✓



Séries de Publicações: Agendas Transversais do PPA 2024-2027 e Transversalidade no Plano e no Orçamento (MPO, 2025)

Destaques

OE 07

Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável

Fóruns Estaduais para Construção da Estratégia Brasil 2050 realizados

Denominados “Diálogos para a Construção da Estratégia Brasil 2050, os fóruns foram o principal processo de escuta federativa e social. Reuniu 16 encontros em todas as macrorregiões, garantindo diversidade territorial e legitimidade na formulação do plano.

Consulta Pública sobre a Estratégia Brasil 2050 realizada

A consulta propiciou a participação cidadã na elaboração do plano. A iniciativa gerou mais de 4,4 mil propostas e permitiu contribuições sobre temas estruturantes (educação, inovação, clima, infraestrutura).

Base de estudos técnicos da Estratégia Brasil 2050 finalizada

A série de estudos é composta por 21 estudos temáticos, quatro estudos estratégicos e análises regionais baseadas em 41 indicadores socioeconômicos e ambientais. Esse conjunto consolidou o diagnóstico nacional e orientou a definição da estratégia.

Minuta da Estratégia Brasil 2050 entregue para avaliação da Casa Civil

Consolida todo o processo e representa o primeiro instrumento nacional de planejamento de longo prazo com forte participação social e interfederativa, coroando o ciclo de escuta, oficinas, análises e validações.

Processos Internos

OE 07

Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável

Ao longo do período, avançaram as ações voltadas à construção do planejamento estratégico de longo prazo do país, com forte ênfase na participação social e na articulação federativa. Em março, tiveram início os eventos estaduais “Diálogos para a Construção da Estratégia Brasil 2025-2050”, concebidos para ampliar a escuta social e reunir subsídios para o plano.

Durante a abertura do ciclo de fóruns estaduais, em São Paulo, a ministra Simone Tebet reforçou a importância de reduzir desigualdades e promover um desenvolvimento sustentável. Ela destacou três elementos essenciais para fortalecer o planejamento de longo prazo: participação social ampla, definição de indicadores e metas claras que orientem o crescimento nacional pelos próximos 25 anos e o fortalecimento das parcerias público-privadas.

Além do encontro em São Paulo, a formulação da Estratégia envolveu a realização de mais 15 fóruns estaduais em todas as cinco macrorregiões do país. Os encontros reuniram subsídios técnicos e políticos e reforçaram o compromisso com a participação qualificada. Além disso, contribuíram para orientar a elaboração de um documento nacional robusto, com capacidade de guiar decisões do Estado brasileiro até 2050.

O período marcou a realização da primeira etapa da Oficina de Estudo Estratégico sobre Infraestrutura, sediada no Banco Interamericano de Desenvolvimento. O encontro reforçou a importância de integrar diferentes setores para assegurar um

planejamento mais coeso, transparente e eficiente. A atividade reuniu especialistas, ministérios e institutos e promoveu alinhamento técnico sobre temas estruturantes para o futuro da infraestrutura brasileira.

A oficina incluiu dinâmicas interativas e a análise de tendências e desafios em áreas como transportes, energia e telecomunicações. No setor de transportes, discutiram-se soluções para expansão e modernização de rodovias, ferrovias e aeroportos. No campo energético, a Empresa de Pesquisa Energética apresentou cenários que incorporam variáveis climáticas e geopolíticas.

Em telecomunicações, as discussões ressaltaram a importância da conectividade, da inovação e da segurança digital. A iniciativa reforça o compromisso com a formulação de políticas públicas eficientes e preparadas para as exigências das próximas décadas.

Outro eixo central da Estratégia Brasil 2050 é a resiliência econômica diante das mudanças climáticas. Uma oficina específica reuniu especialistas para analisar impactos econômicos e propor caminhos de mitigação e adaptação. O debate destacou desafios para setores produtivos, riscos associados a eventos climáticos extremos e a importância de incorporar soluções sustentáveis nos planos nacionais.

O debate evidenciou que a adaptação climática é também uma oportunidade para estimular novos modelos econômicos, com investimentos em tecnologia limpa, infraestrutura sustentável e políticas capazes de reduzir vulnerabilidades.

A Estratégia também foi debatida no seminário “Diálogo UE-Brasil Planejamento de Cenários/Foresight – Moldando a Agenda Global do Futuro”, promovido pelo MPO e pela Delegação da União Europeia. O encontro abordou o uso de métodos de prospectiva estratégica na elaboração de políticas públicas e a importância de antecipar tendências globais. O ministro substituto Gustavo Guimarães ressaltou que o futuro depende de escolhas políticas fundamentadas e de instituições fortes.

Processos Internos

Entre os temas discutidos estiveram o Relatório de Tendências Globais 2040 da União Europeia e as experiências brasileiras de planejamento de longo prazo. O debate reforçou a necessidade de integrar responsabilidade fiscal, inovação, justiça social e visão de futuro na formulação de políticas estratégicas. A Estratégia Brasil 2050 busca harmonizar planos setoriais e regionais, aumentando previsibilidade, transparência e qualidade do ambiente de negócios.

O Encontro Nacional de Novos Prefeitos e Prefeitas também foi palco para debater a Estratégia Brasil 2050. A oficina conduzida pela Seplan enfatizou a necessidade de alinhamento entre União, estados e municípios para antecipar desafios como a transição demográfica, as mudanças climáticas e as desigualdades regionais. O diálogo reafirmou a importância de um planejamento integrado e orientado às necessidades da população.

Além de todos os subsídios colhidos por meio dos fóruns para embasar a elaboração da estratégia, o governo federal lançou consulta pública na Plataforma Brasil Participativo para ampliar a participação social. A iniciativa buscou coletar contribuições sobre temas estruturantes do desenvolvimento nacional, como educação, saúde, inovação, infraestrutura sustentável e adaptação climática. O processo contribuiu para a construção de um planejamento equilibrado, participativo e atento às transformações econômicas, sociais e ambientais.

Após todo esse percurso, a Secretaria Nacional de Planejamento entregou à ministra Simone Tebet o documento consolidado da Estratégia Brasil 2050. O plano representa o primeiro instrumento nacional de planejamento de longo prazo elaborado com forte participação social e interfederativa. Ao todo, 130 entidades e mais de 5 mil pessoas contribuíram por meio de consultas públicas, oficinas, diálogos estaduais, reuniões técnicas e entrevistas. A consulta nacional reuniu mais de 154 mil acessos e 4,4 mil propostas.



Processos Internos



Estudos produzidos para subsidiar a elaboração da Estratégia Brasil 2050

A base técnica da Estratégia inclui 21 estudos temáticos, quatro estudos estratégicos e análises regionais com 41 indicadores socioeconômicos e ambientais. O plano se organiza em três grandes eixos: desenvolvimento social e garantia de direitos; desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; e fortalecimento institucional e soberania nacional.

Define, ainda, 18 objetivos nacionais de longo prazo e metas mobilizadoras, como dobrar o PIB per capita, reduzir o índice de Gini, erradicar a pobreza, universalizar a educação de qualidade, alcançar a neutralidade climática e modernizar as instituições públicas. O processo de validação envolveu plenárias com ministérios, reuniões bilaterais de ajuste e apresentações ao CDESS, ao Conseplan e ao Conselho da Federação.

Paralelamente, o MPO dedicou-se à institucionalização da governança da Estratégia, passo essencial para garantir sua continuidade. O Grupo de Trabalho criado no âmbito do Conseplan apresentou orientações para um normativo de institucionalização por resolução ou lei específica. O objetivo é assegurar um pacto interfederativo que fortaleça a articulação entre União, estados e municípios e reduza riscos de descontinuidade das políticas.

A institucionalização busca consolidar a Estratégia como referência obrigatória para políticas públicas, fortalecendo a capacidade do Estado de promover transformações estruturais de longo prazo. A visão de futuro que orienta o documento afirma o compromisso do país com desenvolvimento inovador, justiça social e sustentabilidade ambiental.

O documento final da Estratégia foi encaminhado à Casa Civil para validação e institucionalização. Todos os estudos e materiais de apoio permanecem disponíveis no site oficial da iniciativa. Os esforços resultaram no alcance do resultado-chave “R19 - Estratégia Brasil 2050 elaborada”, previsto no Plano Estratégico (PEI) do MPO.

Processos Internos

Adicionalmente, o Brasil assumiu a presidência do Conselho Regional de Planejamento do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social – Ilpes, organismo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL para o biênio 2026-2027, reforçando a liderança regional em planejamento de longo prazo. A agenda brasileira no CRP se orienta por três pilares — futuro, colaboração e integração — e busca consolidar a cooperação entre os países da América Latina e do Caribe, promovendo governança regional, antecipação de desafios estruturais e fortalecimento das capacidades institucionais para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O CRP atua como fórum para construção coletiva de soluções, compartilhamento de experiências e fortalecimento das capacidades técnicas, operativas, políticas e prospectivas dos países da região. Essa liderança permitirá ao Brasil consolidar iniciativas de governança regional, promovendo alinhamento entre planejamento estratégico e gestão pública inovadora, com foco na antecipação de desafios estruturais, redução de desigualdades e fortalecimento da identidade territorial.

As iniciativas desenvolvidas reforçam o planejamento governamental, ampliando a previsibilidade, estimulando investimentos privados e orientando a gestão para resultados. Esses esforços contribuíram para o alcance dos resultados previstos no Plano Estratégico Institucional (PEI):

R18 - Projeto de concepção do Observatório do Planejamento de Longo Prazo elaborado ✓

R19 – Estratégia Brasil 2050 elaborada ✓



Destaques

OE 08

Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal

Equilíbrio Fiscal é perseguido com as medidas de revisão de gastos

Dois relatórios, produzidos pela SOF e pela SMA, permitiram identificar despesas com baixo desempenho, indicando oportunidades de redesenho e realocação de recursos. As análises subsidiaram o PLDO 2026, fortalecendo a eficiência e a governança fiscal do orçamento público.

MPO avança na institucionalização da Revisão de Gastos no Ciclo Orçamentário

A SOF e a SMA concluíram minuta de texto que institucionaliza a Revisão de Gastos no Ciclo Orçamentário, permitindo a execução permanente de processos de análise, racionalização e realocação de recursos.

Previsões de médio prazo implementadas nos orçamentos fiscal e da seguridade em 100% dos órgãos

A medida amplia a previsibilidade, a transparência e a capacidade de tomada de decisão baseada em informações consistentes sobre a evolução das despesas públicas, alinhando planejamento e execução orçamentária.

SOF conclui anteprojeto de Nova Lei de Finanças Públicas

A agenda normativa avançou com a consolidação da minuta da nova Lei de Finanças Públicas, que substituirá a Lei nº 4.320/1964. A proposta incorporou contribuições dos órgãos públicos e os elementos centrais do Projeto ROMANO, promovendo maior integração entre planejamento, orçamento e controle.

Processos Internos

OE 08

Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal

Os esforços associados ao Objetivo Estratégico 08 avançaram com consistência ao longo de 2025. As iniciativas em curso buscam modernizar a gestão orçamentária, mitigar ineficiências e fortalecer o alinhamento entre o orçamento federal e as prioridades nacionais. A carteira do OE 08 reúne os projetos Metas Físicas, Revisão de Gastos, Marco Orçamentário de Médio Prazo e Nova Lei de Finanças Públicas. Em conjunto, esses projetos reforçam práticas que ampliam a transparência, a previsibilidade e a responsabilidade fiscal.

O projeto do Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP) registrou avanços importantes, com aperfeiçoamentos no desenho e na metodologia da iniciativa, além de melhorias no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). A atualização da interface, agora adaptada para a captação de propostas em três exercícios, somada ao aprimoramento metodológico, aumentou a padronização e a eficiência na captação das informações, reduzindo assimetrias entre os órgãos e elevando a precisão das análises.

O MOMP foi publicado no Anexo VIII do PLOA 2026 e também disponibilizado no [Painel do Orçamento Federal](#), ampliando o acesso às informações e fortalecendo a transparência. A coordenação do projeto junto aos demais ministérios permitiu alcançar 100% dos órgãos com previsões de médio prazo nos orçamentos fiscal e da seguridade. Com isso, o MOMP se consolida como um instrumento estratégico que qualifica as decisões orçamentárias, reforça a governança fiscal e promove um ambiente mais transparente, previsível e alinhado às boas práticas internacionais.

Paralelamente, o projeto Metas Físicas avançou na atualização metodológica que orientará a elaboração do orçamento de 2026. Os novos parâmetros foram

incorporados ao Manual Técnico de Orçamento 2026 e servirão de referência para a revisão do cadastro de ações do PLOA 2026. O objetivo é qualificar a evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado, conferindo maior clareza à descrição dos resultados financiados pelo orçamento.

Em exercício prático de aplicação da metodologia atualizada, o MPO analisou as propostas qualitativas apresentadas pelos órgãos setoriais para compor o PLOA 2026. Esse trabalho considerou as novas diretrizes para revisão do cadastro de ações e permitiu mapear ações do tipo projeto com indícios de inconsistências na evidenciação das entregas. As propostas de ajuste resultantes foram incorporadas ao PLOA 2026 submetido ao Congresso Nacional.

Como desdobramento desse esforço, o projeto avança na direção de um processo orçamentário mais alinhado ao modelo de orçamentação por desempenho. A revisão metodológica das programações com problemas de evidenciação das entregas contribui para reforçar a transparência, fortalecer o foco finalístico do gasto público e apoiar decisões de alocação de recursos baseadas em evidências.

No campo da Revisão de Gastos, o trabalho foi realizado em articulação com a Secretaria de Monitoramento e Avaliação e com os órgãos responsáveis por políticas definidas pela Junta de Execução Orçamentária. Os esforços concentraram-se na revisão das metodologias, na validação das hipóteses adotadas e na consolidação das estimativas de impacto fiscal das medidas identificadas.

Como resultado do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria GM/MPO nº 253/2023, dois importantes relatórios foram concluídos. O primeiro consolida análises internas do MPO e identifica oportunidades de racionalização e redesenho de despesas. O segundo reúne as estimativas e memórias de cálculo preparadas para subsidiar o PLDO 2026.

Todas essas análises fundamentaram a elaboração da seção de Revisão de Gastos do Anexo de Metas Fiscais do PLDO 2026, fortalecendo o processo de realocação de recursos para ações mais eficazes. Também foi concluída a minuta de normativo que propõe a institucionalização

Processos Internos

da revisão de gastos como etapa permanente do ciclo orçamentário, resultado construído em parceria com a Secretaria de Monitoramento e Avaliação.

Os resultados reforçam a importância da revisão de gastos como instrumento para qualificar a alocação de recursos públicos. Ao identificar despesas de baixa prioridade ou com desempenho insatisfatório, o processo amplia o espaço fiscal para políticas mais eficazes e alinhadas às necessidades da sociedade.

A agenda de modernização normativa também avançou de maneira significativa. A minuta da nova Lei de Finanças Públicas, que substituirá a [Lei nº 4.320/1964](#), incorporou as contribuições dos órgãos públicos e os elementos centrais do [Projeto ROMANO](#). A proposta moderniza normas fiscais e reforça a integração entre planejamento, orçamento e controle. Após a consolidação técnica, o texto seguiu para análise final das lideranças do MPO.

Esses avanços revelam uma trajetória consistente de modernização orçamentária. Os esforços resultaram no alcance de importantes resultados-chaves previstos no Plano Estratégico Institucional (PEI) do MPO:

R20 – Aprimorados os atributos de 100% das programações orçamentárias com problemas identificados quanto à evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado ✓

R22 – Proposto anteprojeto de Nova Lei de Finanças Públicas (SOF) ✓

R23 – Proposta minuta de normativo para incorporação da revisão de gastos públicos federais ao processo do ciclo orçamentário anual ✓

R24 - Implementadas as previsões de médio prazo nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (SOF) em 100% dos órgãos orçamentários ✓



[Painel do Orçamento Federal](#)



[Orçamento Cidadão](#)



[Lei Orçamentária Anual \(LOA\) - 2025](#)



[Projeções do Cenário Fiscal](#)



[Despesas financeira e primária](#)



[Dados Abertos do SIOP](#)



[Orçamento 2025](#)



[Precatórios 2026](#)



[MTO 2025](#)



[MTO 2026](#)

Destaques

OE 09

Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais

Parcerias Internacionais garantem US\$ 10,9525 bilhões em projetos

As operações de financiamento externo ampliaram investimentos em áreas estratégicas, fortalecendo a capacidade de execução de políticas públicas em estados e municípios.

Pagamentos a Agências Internacionais somam US\$ 2,2 bilhões

O pagamento das contribuições assegurou a adimplência do Brasil junto a organismos internacionais e manteve ativa a participação do país em instâncias multilaterais.

Brasil sedia 55ª Reunião Anual do Banco de Desenv. do Caribe (BDC)

O encontro em Brasília reforçou a cooperação regional, aproximou agendas de desenvolvimento e consolidou o protagonismo brasileiro em discussões internacionais.

MPO premiará iniciativas de excelência em financiamento externo

A criação do prêmio incentivou práticas inovadoras e resultados efetivos em projetos financiados com recursos externos, valorizando a qualidade da gestão pública.

Processos Internos

OE 09

Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais

O MPO registrou avanços importantes em 2025 na agenda de cooperação internacional e na governança do financiamento externo com a organização da 55ª Reunião Anual do Banco de Desenvolvimento do Caribe, realizada em Brasília. O encontro reuniu autoridades brasileiras e caribenhas para discutir temas como mudanças climáticas, redução da pobreza, inclusão social e fortalecimento institucional. A presença do Brasil como anfitrião reforçou o compromisso com a integração regional, a cooperação Sul-Sul e a participação ativa em fóruns multilaterais.

Durante o evento, o governo brasileiro reafirmou seu papel estratégico no debate global sobre desenvolvimento sustentável, alinhando as discussões do Caribe ao ciclo de preparação para a COP30. O encontro também funcionou como espaço de articulação entre governos, setor privado e instituições multilaterais, com seminários temáticos e reuniões técnicas que aprofundaram a troca de experiências em áreas como competitividade econômica, segurança alimentar e resiliência climática.

Ao final do encontro, o Brasil ainda anunciou aporte de US\$ 5 milhões ao Fundo de Desenvolvimento Especial do Banco de Desenvolvimento do Caribe, reforçando o apoio aos países mais vulneráveis da região.

A cooperação internacional também refletiu em aprovações relevantes de financiamentos externos. O Fonplata destinou US\$ 62,5 milhões para ações de proteção de microbacias urbanas e áreas de recarga de mananciais no Pará, ampliando a capacidade de gestão hídrica e saneamento no estado. O banco também autorizou novos projetos de impacto, como o programa “Arapiraca para Todos”, que investirá US\$ 40 milhões em habitação social, energia limpa, ciclovias e espaços públicos acessíveis

no município alagoano. A iniciativa fortalece práticas sustentáveis e inclusivas e contribui para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Já o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) aprovou US\$ 150 milhões para o Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza, com foco na melhoria da infraestrutura urbana, drenagem, iluminação pública e mobilidade. As operações reforçam o papel dos financiamentos externos como instrumento para ampliar investimentos socioambientais estratégicos.

A Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) aprovou US\$ 3,5 bilhões em investimentos voltados para estados, municípios e empresas públicas federais. Entre os destaques estão o projeto educacional de Joinville, a segunda fase do Paraíba Rural Sustentável, o refinanciamento da dívida do Estado de São Paulo e investimentos para empresas federais, incluindo recursos destinados ao Parque Tecnológico do Serpro.

Na 180ª reunião da Cofix, foram discutidos 22 projetos, totalizando US\$ 3,7 bilhões. Os investimentos contemplam áreas essenciais como saúde, educação, habitação, meio ambiente, agricultura familiar, gestão fiscal e modernização estatal, com presença significativa de projetos nas regiões Norte e Nordeste. As operações serão financiadas por instituições como AFD, CAF, BID, Banco Mundial e Banco do BRICS.

Já na 184ª reunião do colegiado, foram analisados 32 pleitos e aprovada a preparação de 26 programas e projetos financiados com recursos externos e garantia da União, sendo 23 de entes subnacionais e 03 da União, totalizando mais de US\$ 3,5 bilhões em investimentos. As aprovações priorizaram infraestrutura urbana e desenvolvimento social, em um contexto de elevada concorrência pelos limites de garantia da União, além de contemplarem sublimites específicos para projetos fiscais, ambientais e climáticos, parcerias público-privadas e reestruturação de dívidas.

Os projetos aprovados apresentam ampla distribuição regional, abrangendo quatro das cinco regiões do país, refletindo o aperfeiçoamento recente dos critérios de seleção e a diretriz de maior regionalização do financiamento externo, reforçada pela Portaria nº 1, de 22 de novembro de 2024.

Processos Internos

Também foram aprovadas iniciativas no âmbito da União, com destaque para programas dos Ministérios das Cidades e das Comunicações, voltados à mobilidade urbana sustentável e à inclusão digital, bem como para o Programa PRÓ-BIOMAS, do BNDES, evidenciando a diversidade temática e institucional das operações apoiadas por financiadores como BIRD, BID, CAF, Fonplata, KfW e BEI.

A Comissão também aprovou seu novo regimento interno, estabelecendo reuniões trimestrais e regulamentações mais claras para ajustes em projetos. A medida cumpre o resultado-chave associado à implementação de uma nova estrutura de governança para autorizações e aprovações de projetos com financiamento externo.

O acompanhamento da carteira de projetos financiados por instituições internacionais também registrou avanços. O MPO coordenou a primeira revisão oficial da carteira de projetos apoiados pela Agência Francesa de Desenvolvimento, fortalecendo a governança e o monitoramento das operações.

Revisões similares foram conduzidas com o Banco Mundial e o KfW Banco de Desenvolvimento, com análises presenciais em diferentes regiões do país e envolvimento de órgãos federais, governos subnacionais e entidades executoras. Esses encontros contribuíram para identificar gargalos operacionais, aprimorar a articulação interinstitucional e promover maior aderência das operações às prioridades nacionais.

Ainda no campo das parcerias internacionais, a ministra Simone Tebet lançou o Instrumento do Programa Amazônia Sempre, em sua atuação como presidente da Rede Amazônia. A iniciativa, apresentada em Belém durante a COP30, é voltada para cidades e infraestrutura resiliente. Ela reúne Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname em uma estratégia regional para mobilizar mais de US\$ 1 bilhão em projetos de segurança hídrica, energia limpa e melhoria da infraestrutura urbana, com foco nas áreas que concentram a maior parte da população amazônica.

Com apoio técnico e financeiro do Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo BID) e de parceiros multilaterais, o instrumento empregará soluções financeiras inovadoras para viabilizar investimentos capazes de fortalecer a resiliência climática e a

inclusão socioambiental nos municípios da região. Entre os compromissos já anunciados, destacam-se a ampliação da capacidade de empréstimos para energia limpa, o financiamento não reembolsável para projetos de segurança hídrica e gestão de resíduos e o apoio à expansão do acesso universal à energia.

Durante o evento, a ministra Simone Tebet explicou que os recursos destinados ao programa referem-se a subsídios, doações, financiamento, em maior parte, para que governadores e prefeitos possam receber doação ou financiar a bioeconomia, a economia verde, mobilidade urbana com transição energética, resolver o problema de saneamento, qualificar e fortalecer as cooperativas de economia verde.

A medida, formalizada por meio de uma [declaração conjunta assinada pelos países-membros](#), intensifica a integração regional e contribui para o desenvolvimento sustentável do bioma, promovendo melhores condições de vida nas cidades amazônicas e a preservação da floresta.

A agenda de financiamento de políticas brasileiras por meio de parcerias internacionais também avançou com a criação do Prêmio Antônio Sabino, iniciativa da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (Seaid) destinada a reconhecer ações de excelência em projetos de políticas públicas financiados com recursos externos. Instituída pelo Edital nº 2/2025, a premiação destaca iniciativas com resultados comprovados e que incorporem dimensões ambientais e climáticas, estimulando a disseminação de práticas inovadoras e replicáveis.

A primeira edição do prêmio será entregue em fevereiro de 2026 e contará com a participação de equipes de estados, municípios, entidades federais e instituições financeiras parceiras. Ao valorizar a eficácia, o impacto e o potencial de replicabilidade das ações, o prêmio reforça a cultura de resultados na gestão do financiamento externo e contribui para a consolidação de uma rede de boas práticas no setor público.

A governança da Cooperação Técnica também foi fortalecida com a assinatura do aditivo ao Acordo de Cooperação com o Fonplata, que passou a incluir apoio à implementação de projetos financiados com recursos do Focem. A medida amplia a capacidade dos

Processos Internos

governos subnacionais de executar iniciativas complexas e aumenta a efetividade do uso de recursos destinados ao desenvolvimento regional, especialmente em municípios de fronteira. Os primeiros projetos brasileiros aprovados desde 2023, localizados em Corumbá e Ponta Porã, representam o início de um novo ciclo de investimentos com foco em sustentabilidade hídrica, mobilidade e integração regional.

No âmbito das contribuições internacionais, o governo brasileiro assegurou o pagamento de R\$ 2,2 bilhões referente às integralizações e contribuições a 120 organismos internacionais. A medida garante a adimplência e preserva a participação do país em instâncias multilaterais relevantes. Também foram introduzidos aperfeiçoamentos na gestão orçamentária dessas contribuições na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ampliando o limite para pagamentos sem ação orçamentária específica. A mudança traz maior flexibilidade administrativa, reduz custos e permite uma execução mais eficiente dos compromissos multilaterais.

Nesse contexto de modernização da gestão, foi concluído em 2025 o desenvolvimento do Ybi — Portal de Pagamentos do Governo Federal a Organismos Internacionais, com lançamento previsto para o primeiro bimestre de 2026. A plataforma foi concebida para centralizar o envio, a análise, o planejamento e o acompanhamento dos pagamentos, promovendo maior eficiência administrativa, segurança da informação e redução de erros operacionais. Como entrega adicional à sociedade, o Ybi contará com um painel de consulta pública, ampliando a transparência e o acesso às informações sobre os compromissos internacionais do Brasil.

Por fim, o MPO publicou norma que estabelece o procedimento oficial para a análise técnica de propostas de adesão, associação ou aumento de contribuição a organismos internacionais. A medida aprimora a governança interna, padroniza processos e garante maior rigor técnico nas decisões que envolvem compromissos internacionais do país.

Os avanços demonstram o compromisso do Brasil com o multilateralismo, além de evidenciar o esforço coordenado entre o MPO e o Ministério das Relações Exteriores para assegurar a continuidade e o protagonismo da participação brasileira no sistema

internacional. Os esforços resultaram no alcance de importantes resultados-chave previstos no Plano Estratégico Institucional (PEI) do MPO:

R26 – Implementada nova estrutura de governança para elaboração e aprovação de programas ou projetos de interesse de órgãos públicos com financiamentos externos ✓

R28 - Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais elaborado ✓

R30 – Elaborada uma proposta de artigos, para o mecanismo financeiro do acordo, bem como orientações para a negociação de aspectos técnicos e operacionais, visando assegurar aos países em desenvolvimento acesso adequado e efetivo aos recursos necessários para implementar o acordo ✓

R31 – Publicada portaria contendo os princípios e diretrizes que fundamentam a construção das posições brasileiras no âmbito dos BMD de escopo regional ✓

R32 - Desenvolvido um referencial metodológico para subsidiar as análises sobre o desempenho institucional e o impacto gerado pelos BMDs de escopo regional ✓

R34 – 55ª Reunião anual do BDC realizada ✓

R51 – Fundo Amazônia Sempre criado ✓



“Celebrar ações transformadoras que geraram impacto real na vida das pessoas. Mais que competição: reconhecimento e inspiração para todo o setor público”.

Destaques

OE 10

Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano

Brasil firma cooperação com a China para fortalecer a integração Sul-Americana

As tratativas visam viabilizar a Ferrovia Bioceânica. O projeto deverá conectar Ilhéus ao Pacífico peruano por uma malha superior a 3 mil quilômetros, interligando as ferrovias Fico e Fiol e beneficiando áreas estratégicas do agronegócio, como o Matopiba.

Brasil destina R\$ 1,2 bilhão para a Rota do Quadrante Rondon

O investimento tem foco na recuperação da BR-364 no Acre e na construção da ponte sobre o Rio Mamoré, entre Rondônia e Bolívia.

190 iniciativas do novo PAC que impactam na integração regional são mapeadas

O levantamento identificou empreendimentos nas áreas de transportes, portos, ferrovias, energia e logística, demonstrando a contribuição do programa para a consolidação de corredores bioceânicos, a redução de custos logísticos e a integração do Brasil com a Ásia e países vizinhos.

Processos Internos

OE 10

Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano

A integração regional sul-americana avançou com a atuação do MPO na articulação política e no apoio ao desenvolvimento de infraestrutura logística estratégica. Durante o 14º Encontro de Líderes do Sistema Confea/Crea e Mútua, a ministra Simone Tebet reforçou que o Projeto das Rotas de Integração Sul-Americana tem papel central na ampliação da competitividade econômica dos países do continente.

A iniciativa busca modernizar redes de transporte, energia e telecomunicações para conectar o Brasil de maneira mais eficiente aos países vizinhos e aos portos do Pacífico, reduzindo custos logísticos e fortalecendo a inserção comercial na Ásia. Esse esforço está alinhado à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, que promove a conexão física e o aprofundamento das relações econômicas e socioculturais entre os doze países da região.

Desde o início, foram promovidas reuniões com autoridades estaduais para aprofundamento do planejamento e impulsionamento de iniciativas prioritárias, esforço que resultou na inclusão dos estados não fronteiriços e do Distrito Federal no Projeto Rotas de Integração Sul-Americana, dando cumprimento a um dos resultados-chave previstos para o período. A iniciativa faz parte do processo de interiorização do projeto e da construção de diagnóstico abrangente sobre logística e desenvolvimento no país.

No eixo internacional, destacaram-se tratativas com as embaixadas da Argentina, do Peru, do Equador e do Chile, bem como a participação em debates da Rede de Infraestrutura e Transportes do Consenso de Brasília e do Corredor Rodoviário Bioceânico. Em fóruns internacionais, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) reforçou o alinhamento das ações às agendas globais, a exemplo da 18ª

Reunião de Autoridades de Aviação Civil e da COP 30. Nesse contexto, o projeto avançou nas tratativas para a consolidação da Rota Bioceânica de Capricórnio, corredor logístico que conectará os oceanos Atlântico e Pacífico através do Brasil, Paraguai, Argentina e Chile.

As obras brasileiras previstas no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), incluindo a ponte binacional entre Porto Murinho e Carmelo Peralta, encontram-se asseguradas, com entregas realizadas em 2025 e previstas para 2026. A rota permitirá a ligação dos portos brasileiros de Santos, Paranaguá e Itajaí aos portos chilenos de Iquique, Mejillones e Antofagasta, com potencial de reduzir em até doze dias o tempo de trânsito de mercadorias destinadas à Ásia em comparação a rotas tradicionais, como o Canal do Panamá.

Ainda no âmbito das rotas, foi concluída a entrega da Rota 2 (Amazônica) para a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30): em 6 de novembro, a Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, oficializou a conclusão da Rota 2 (Amazônica), em preparação para a COP, cuja abertura ocorreu em 10 de novembro.

O Programa também evoluiu para uma fase de ampliação de parcerias e de diversificação da infraestrutura de transporte. No eixo ferroviário, o desenho do trajeto brasileiro da Ferrovia Bioceânica está sendo desenvolvido pela Infra S.A., vinculada ao Ministério dos Transportes, em colaboração com a Casa Civil, o Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ministério de Portos e Aeroportos e o próprio Ministério dos Transportes. A iniciativa busca conectar a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), atualmente em execução, à Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), integrando esse corredor ao Peru, até o porto de Chancay.

Nesse contexto, em julho de 2025, os governos do Brasil e da China, por meio, respectivamente, da Infra S.A. e do China Railway Economic and Planning Research Institute, firmaram memorando de entendimentos para a realização de estudos sobre a

Processos Internos

malha ferroviária brasileira e sobre um sistema de transporte integrado no país, com foco na multimodalidade e no aproveitamento de obras e projetos já existentes, em especial a FIOL (do Porto Sul, em Ilhéus/BA, até Mara Rosa/GO) e a FICO (de Mara Rosa/GO até Lucas do Rio Verde/MT), cujos trechos em execução no Brasil são coordenados pela Secretaria Nacional de Ferrovias do Ministério dos Transportes.

Em paralelo, foram formalizadas cooperações com outros órgãos e entidades por meio de instrumentos de parceria, com destaque para: Protocolo de Intenções com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 24 de junho; Acordo de Cooperação Técnica com a Infra S.A., em 18 de julho; Memorando de Entendimento com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em 11 de novembro; Protocolo de Intenções com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), em 18 de novembro; e Memorando de Entendimento com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 12 de dezembro.

No campo da articulação com o setor privado, a Secretaria de Articulação Institucional (SEAI) organizou dois eventos empresariais relevantes: o Fórum Empresarial Brasil–Chile, realizado em 23 de abril, em Brasília, Distrito Federal, reunindo autoridades públicas e empresários para fortalecer a integração econômica bilateral e promover parcerias estratégicas; e a Roda de Negócios Brasil–Chile 2025, realizada em 3 de setembro, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, voltada ao fomento da cooperação produtiva, comercial e logística entre empresas brasileiras e chilenas.

A agenda institucional e legislativa também avançou, com a divulgação do Projeto Rotas em comissões do Congresso Nacional. Em 9 de julho, as Comissões de Fiscalização Financeira e Controle; de Viação e Transportes; e de Integração Nacional e

Desenvolvimento Regional, da Câmara dos Deputados, promoveram audiência pública conjunta para ouvir a Ministra Simone Tebet sobre o Projeto Rotas e outras prioridades da pasta.

Em 12 de agosto, a Ministra participou de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal para apresentar o Projeto Rotas e debater sua implementação. No mesmo eixo, registrou-se a instalação da Frente Parlamentar Mista pela Integração Sul-Americana, em 10 de dezembro, por iniciativa da Deputada Federal Socorro Neri, com amplo apoio e colaboração da SEAI, e a ratificação da Convenção TIR em 31 de dezembro, pelo Presidente da República, após aprovação pelo Congresso Nacional em novembro.

Os próximos passos do projeto concentram-se no fortalecimento de sua institucionalização, com a inserção do Projeto Rotas nas estratégias de médio prazo do MPO, como o Plano Plurianual 2024–2027 (PPA 2024–2027), e nas estratégias de longo prazo, a Estratégia Brasil 2050 (EB 2050).

Paralelamente, está em andamento a qualificação da iniciativa como Programa Federal. A minuta de portaria que formaliza essa etapa já foi elaborada, recebeu contribuições das demais secretarias do MPO e aguarda apenas ajustes finais para publicação. Esses esforços visam consolidar o caráter transversal do Projeto Rotas e orientar a articulação intersetorial das ações.

Em relação a instrumentos e entregas de governança e monitoramento, merece destaque o avanço do Observatório Regional de Infraestrutura, proposto pela Rede de Infraestrutura e Transportes do Consenso de Brasília: embora seu lançamento oficial esteja previsto para evento na segunda metade de março de 2026, o Observatório foi

Processos Internos

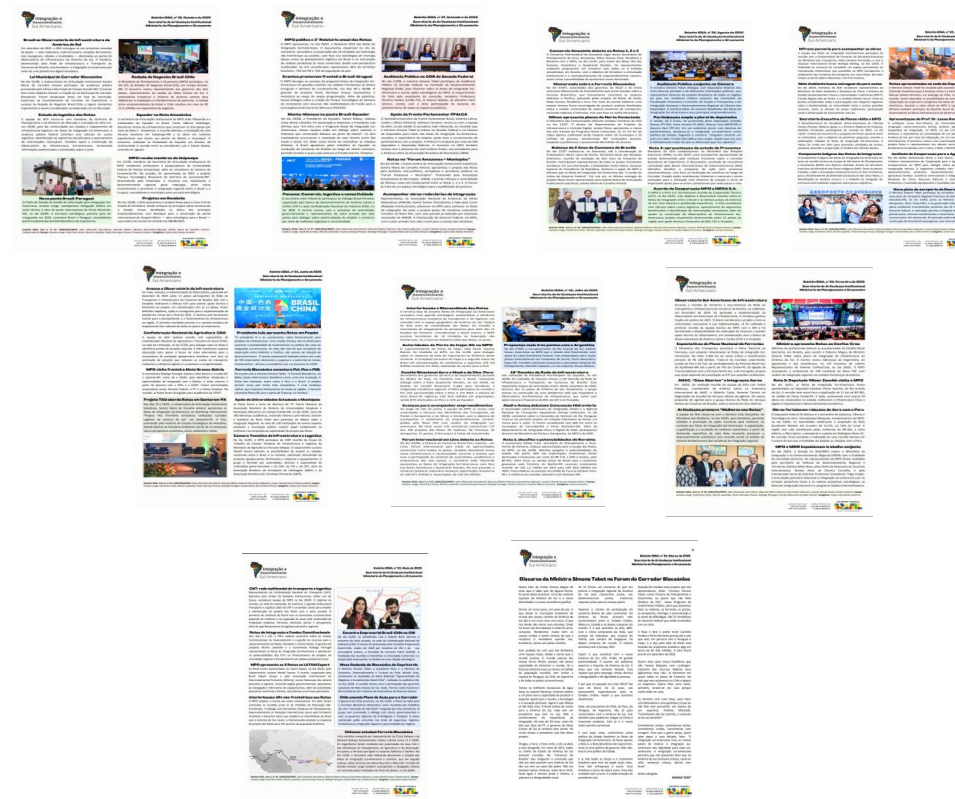
lançado internamente em dezembro de 2025 para que os países pudessem consultar, avaliar e interagir com seus dados e informações. O nome escolhido pelos países foi Observatório de Infraestrutura da América do Sul (OIAS).

O segundo resultado-chave previsto para o projeto “**R37** - Resolvidos 30% dos gargalos identificados junto aos Estados, Órgãos Federais, Representantes Internacionais, Bancos de Fomento e Desenvolvimento e Recintos Alfandegados, por meio da formalização de parcerias estratégicas” foi alcançado com a resolução de 11 gargalos, dos 18 identificados, representando 61,11% do índice de resolutividade.

Os esforços empreendidos resultaram no alcance dos dois resultados-chave previstos para o período:

R36 – Incluídos os estados não fronteiriços e DF no projeto Rotas de Integração Sul-Americana ✓

R37 - Resolvidos 30% dos gargalos identificados junto aos Estados, Órgãos Federais, Representantes Internacionais, Bancos de Fomento e Desenvolvimento e Recintos Alfandegados, por meio da formalização de parcerias estratégicas ✓

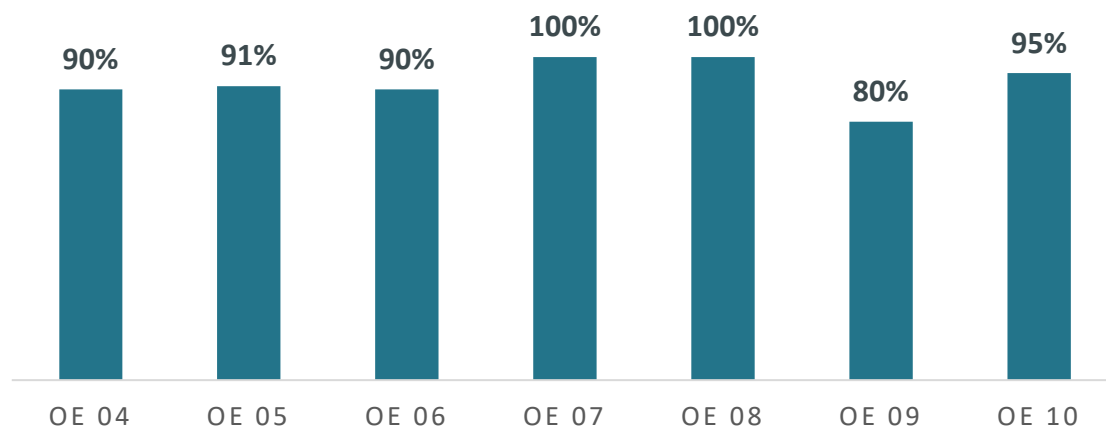


Série de Boletins IDSA (SEAI/MPO, 2025)

Processos Internos

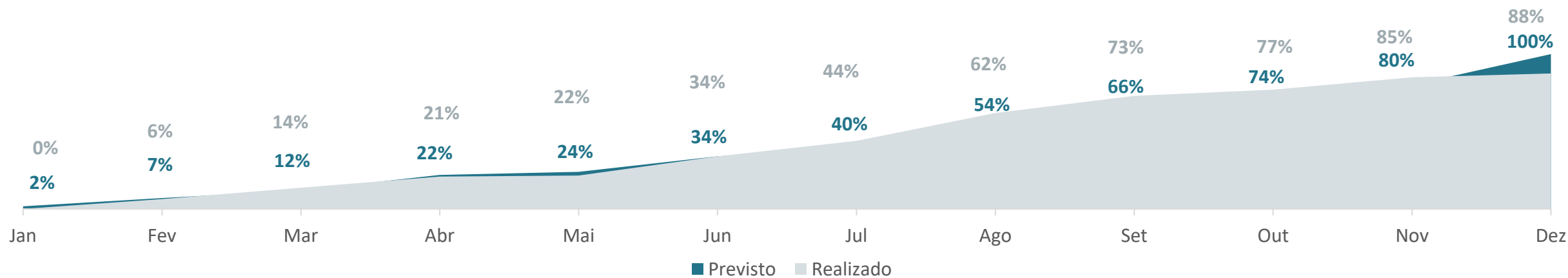
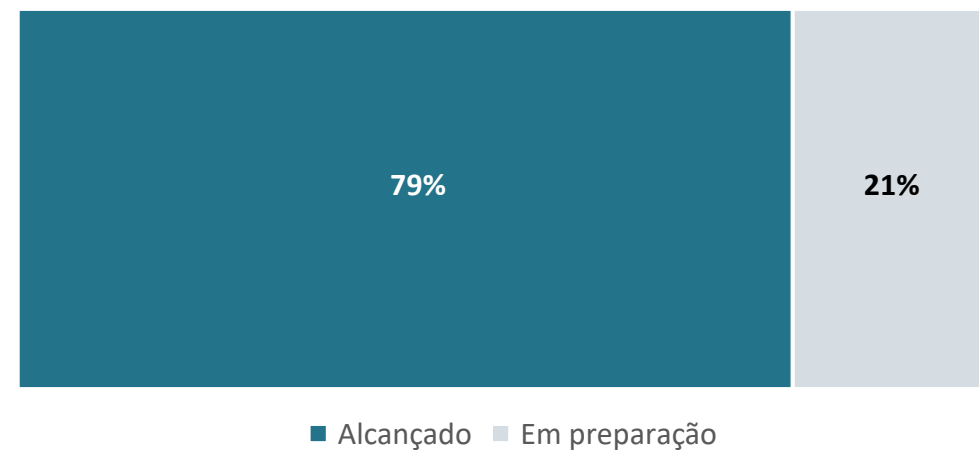
Desempenho por Objetivo Estratégico

% de tarefa concluída



Resultados-chave

% alcançado



Processos Internos

Evolução dos Projetos Estratégicos – Ano Base 2025

Projeto	Evolução	Detalhes
— P01	75%	Pág. 70
P02	75%	Pág. 71
— P03	100%	Pág. 72
— P04	100%	Pág. 73
P05	100%	Pág. 74
P06	100%	Pág. 75
— P07	100%	Pág. 76
— P08	85%	Pág. 77
P09	80%	Pág. 78
— P10	80%	Pág. 79
— P11	80%	Pág. 80
— P12	100%	Pág. 81
— P13	100%	Pág. 82
— P14	100%	Pág. 83
— P15	100%	Pág. 84

Projeto	Evolução	Detalhes
— P16	100%	Pág. 85
— P17	100%	Pág. 86
— P18	100%	Pág. 87
— P19	100%	Pág. 88
P20	38%	Pág. 89
P21	100%	Pág. 90
P22	50%	Pág. 91
— P23	100%	Pág. 92
— P24	34%	Pág. 93
P25	100%	Pág. 94
P26	80%	Pág. 95
P27	100%	Pág. 96
P28	100%	Pág. 97
— P29	95%	Pág. 98
P40	100%	Pág. 99

M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P01 Atualização dos Guias de Análise Ex-Ante e de Avaliação Ex-Post

Objetivo: atualizar os guias metodológicos de análise Ex-Ante e Ex-Post, incorporando metodologias e tecnologias modernas, adicionando novos capítulos, seções e exemplos práticos, além de promover consulta pública, workshops e seminários com os interessados.



R01 - Atualizados 02 Guias Metodológicos (análise Ex-Ante e Ex-Post).

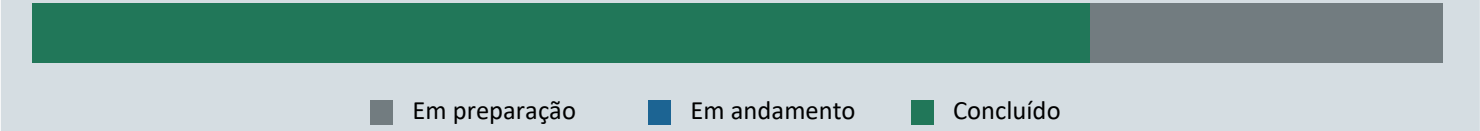
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [MPO lança “coloridinhos” do ciclo 2024/2025 de avaliação de políticas públicas do CMAP](#)
- >> [CMAP conclui ciclo avaliativo 2024-2025 e encaminha relatório final ao Congresso Nacional](#)
- >> [Subsídios da União totalizaram R\\$ 678 bilhões em 2024](#)
- >> [Avaliação como política de Estado pauta participação da SMA na Semana da Avaliação 2025](#)
- >> [MPO divulga relatório de avaliação de desempenho de políticas públicas](#)
- >> [Ministério relança relatório com balanço de seis políticas públicas](#)

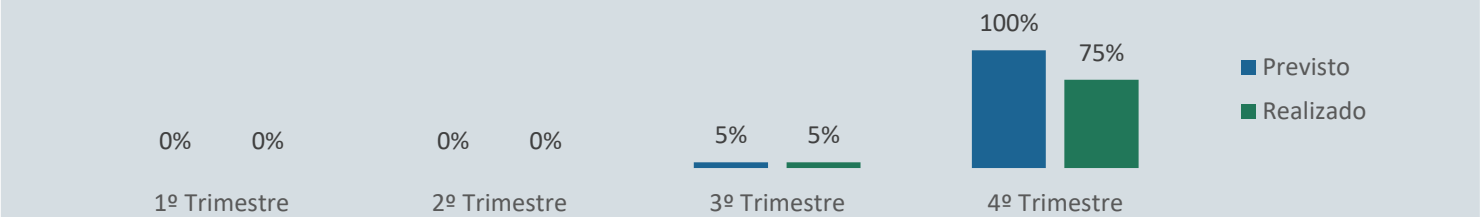
Avaliação do Projeto

O projeto de atualização dos guias metodológicos de análise Ex-Ante e Ex-Post avançou ao longo do ano, com a conclusão do plano de trabalho detalhado e a definição das estratégias de operacionalização e dos principais atores envolvidos. Após ajustes no cronograma, foi incluída uma etapa de diagnóstico prévia à atualização dos guias, medida que amplia a assertividade do processo ao assegurar que a revisão esteja alinhada às necessidades reais dos usuários e às diretrizes federais para avaliação de políticas públicas. Assim, foram levantadas e consolidadas contribuições de especialistas e convidados, por meio de ações participativas, como entrevistas e oficinas. Também foram mapeadas práticas junto aos gestores, visando compor um banco de boas práticas em avaliação de políticas públicas. Para conclusão integral do projeto, resta a elaboração da matriz de lacunas e oportunidades de melhoria, a priorização das mudanças (curto, médio e longo prazo) e o relatório técnico final, que consolidará todas as recomendações. Essas entregas, ainda pendentes, serão executadas no ano de 2026. Assim, o MPO segue com a perspectiva de modernizar os guias de avaliação ex-ante e ex-post em 2026, de modo que esses instrumentos atendam às expectativas e desafios contemporâneos da gestão pública.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P02 Catálogo de Políticas Públicas

Objetivo: integrar informações de políticas públicas aos dados de planejamento e orçamento, facilitando o monitoramento e a avaliação dessas políticas. Com isso, busca-se aumentar a transparência, melhorar o acesso público a informações governamentais e otimizar a eficiência na tomada de decisões pelo CMAP.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	---------------------	-----------

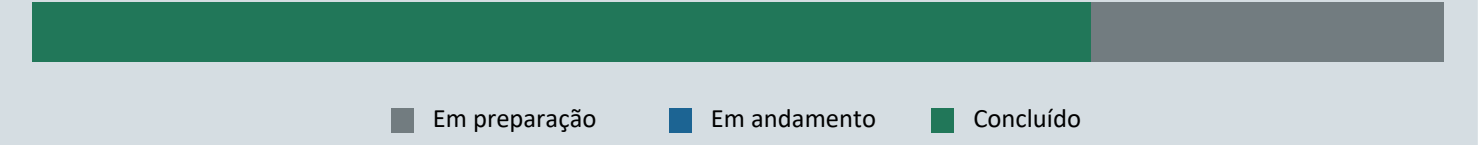
R02 - Totalidade das despesas associadas às políticas públicas de gasto direto e subsídios constantes no catálogo identificadas.

Notícias relacionadas ao Projeto

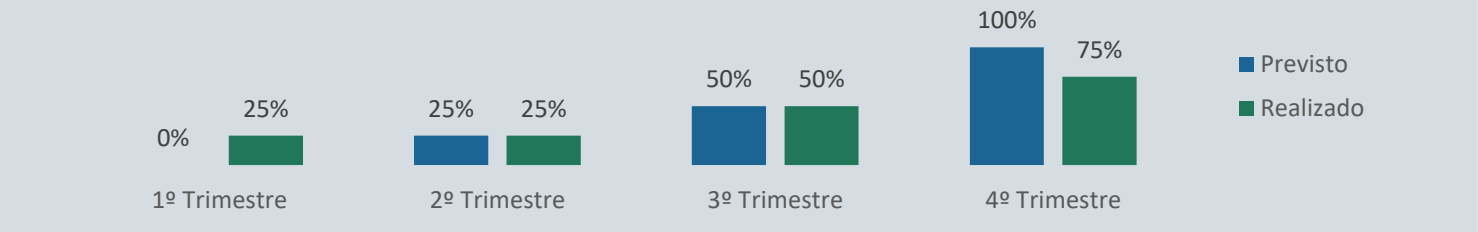
Avaliação do Projeto

O projeto de aprimoramento do Catálogo de Políticas Públicas avançou ao longo do ano, com articulação contínua entre as equipes da Secretaria de Monitoramento e Avaliação e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (IPEA), principal parceiro do projeto. O IPEA iniciou a análise exploratória necessária para compatibilizar as categorias de variáveis do Catálogo com aquelas utilizadas no Sistema de Planejamento e Orçamento (SIOP), etapa fundamental para fortalecer a integração entre informações de políticas públicas, planejamento e orçamento federal. Como resultado dessa análise, foi elaborado um diagnóstico técnico que identificou as bases de dados necessárias para aprimorar a vinculação das políticas ao orçamento. A partir desse diagnóstico, foram iniciadas tratativas para coleta de informações e desenvolvido um Plano de Ação que orientará a atualização contínua das bases, assegurando maior precisão e consistência das informações disponibilizadas. Em seguida, foi realizado estudo para definir as unidades de análise a serem consideradas para as avaliações de políticas públicas, resultando em um relatório com esse conjunto de proposições. O relatório comparativo entre políticas identificadas no Catálogo e no SIOP, que daria cumprimento ao resultado-chave, ainda está em elaboração e será concluído no ano de 2026. O projeto tem como objetivo ampliar a capacidade de monitoramento e avaliação de políticas públicas, aumentar a transparência e facilitar o acesso público às informações governamentais. Busca também aprimorar o suporte ao processo decisório do CMAP, garantindo um catálogo atualizado, confiável e mais responsivo às necessidades dos gestores e da sociedade.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P03 Avaliação e Melhoria do Gasto Público

Objetivo: sistematizar resultados das avaliações e auditorias de políticas públicas relevantes para a temática da qualidade do gasto público e propor melhorias em políticas públicas.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
<p>R03 – Elaborados 2 relatórios técnicos para subsidiar o processo de revisão de gastos públicos.</p>		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> MPO promove seminário internacional sobre revisão de gastos públicos e gestão fiscal](#)

[>> Tebet defende a responsabilidade fiscal como fundamento da democracia e da cidadania em seminário](#)

[>> Aprimorando a gestão fiscal para economias mais resilientes” é o tema do Seminário sobre Revisão de Gastos Públicos](#)

[>> Revisar gastos e subsídios exige “coragem devida”, diz Tebet no Senado Federal](#)

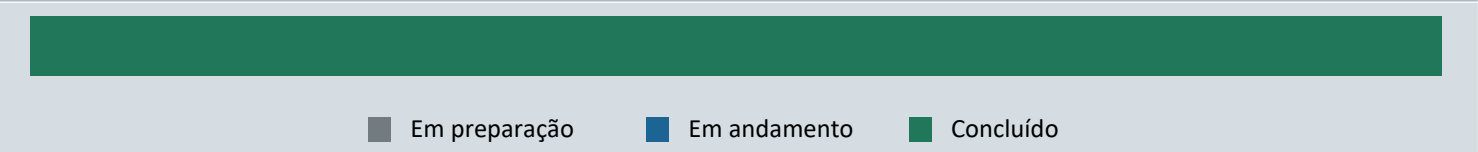
[>> Ministério relança relatório com balanço de seis políticas públicas](#)

[>> Ministério do Planejamento aponta falhas de transparência em projetos de Lei de Incentivo ao Esporte](#)

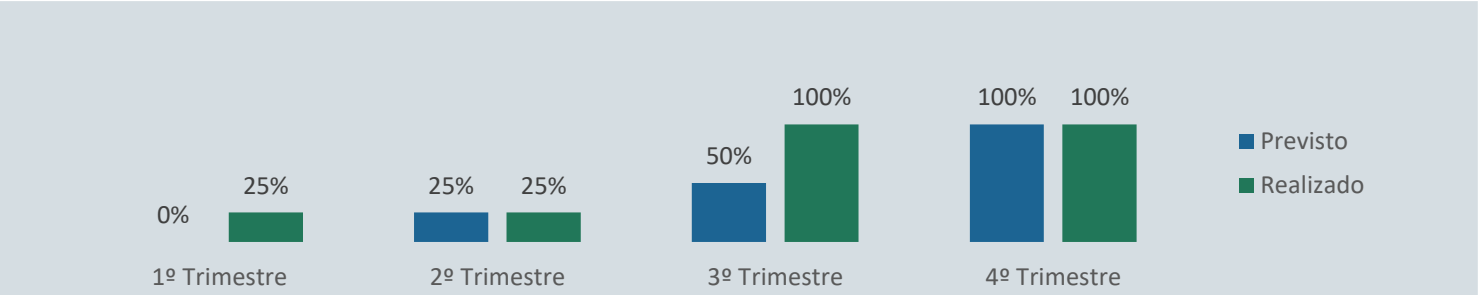
Avaliação do Projeto

Os esforços ao longo do ano concentraram-se na organização e sistematização de avaliações de políticas públicas voltadas à qualidade do gasto. O projeto teve como objetivo propor melhorias que resultem em maior eficiência na alocação de recursos públicos, ampliando o uso de evidências na gestão governamental e fortalecendo a tomada de decisão. No início dos trabalhos, foi realizado o levantamento de dados e informações que subsidiaram a elaboração das primeiras versões dos relatórios de revisão do gasto público. Paralelamente, foi produzido o Anexo IV do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, documento que apresenta o impacto fiscal das recomendações resultantes das avaliações das políticas analisadas no processo de revisão de gastos. Nesse contexto, foram atualizadas as estimativas de economia para o período de 2025 a 2029, alcançando R\$ 18,9 bilhões no PROAGRO, R\$ 16,4 bilhões em benefícios previdenciários e R\$ 15,4 bilhões no BPC. No segundo trimestre do ano, o primeiro relatório de revisão do gasto público foi concluído, apresentando propostas de revisão e estimativas de impacto das medidas, tanto sobre as contas públicas quanto sobre a sociedade. A partir dele, deu-se início ao planejamento da segunda etapa da iniciativa, incluindo a construção de uma matriz de sistematização das medidas de revisão e a elaboração de materiais informativos com linguagem acessível para disseminação dos principais resultados. Já o segundo relatório aprofundou informações sobre possíveis medidas de aprimoramento das políticas em curso e suas respectivas estimativas de economia. Conforme o Anexo IV.5 do PLDO 2025, os benefícios previdenciários poderiam alcançar até R\$ 28,6 bilhões de economia até 2028, além de R\$ 8,7 bilhões no PROAGRO no mesmo período. No PLDO 2026, as projeções foram revisadas com estimativas de até R\$ 16,4 bilhões em benefícios previdenciários, R\$ 18,9 bilhões no PROAGRO e R\$ 15,4 bilhões no BPC até 2029. Com as entregas consolidadas, espera-se que o processo de Revisão do Gasto Público seja progressivamente institucionalizado, contribuindo para a melhoria contínua das políticas analisadas, o fortalecimento da cultura de avaliação e o aprimoramento da gestão pública em benefício da sociedade.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P04 Metodologia de Autoavaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP)

Objetivo: fortalecer a capacidade institucional para avaliar políticas públicas de forma eficiente e padronizada, promovendo escalabilidade no processo de avaliação sem perda de qualidade, otimizando o uso da equipe (menos esforço e mais resultados), e gerando conhecimento estratégico para gestores sobre a eficácia das políticas públicas, contribuindo para uma gestão pública mais informada e efetiva.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R04 – 01 documento descritivo e explicativo contendo Metodologia de Autoavaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP) desenvolvida e publicizada.		

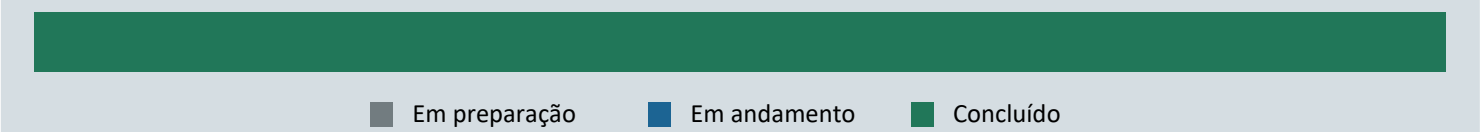
Notícias relacionadas ao Projeto

- [>> Nova Ferramenta de avaliação de políticas públicas vai ajudar o grande transatlântico que é o Brasil a seguir curso planejado, diz Tebet.](#)
- [>> Planejamento lança ferramenta para auxiliar gestores na execução de políticas públicas](#)
- [>> MPO leva soluções de planejamento, financiamento e avaliação de políticas públicas a gestores municipais](#)
- [>> SMA realiza Treinamento de Bolsistas para Aplicação da Ferramenta MAPP em Avaliação de Políticas Públicas](#)

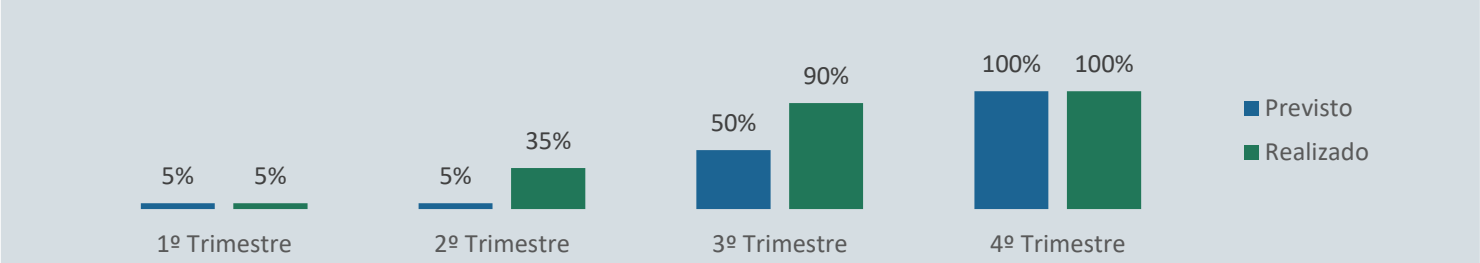
Avaliação do Projeto

Ao longo do ano, avançaram os esforços para fortalecer a aplicação da MAPP como ferramenta estruturada de apoio à avaliação de políticas públicas no Governo Federal. A iniciativa promove a padronização de critérios, a geração de evidências e o aprimoramento das capacidades institucionais voltadas à avaliação. Para ampliar o alcance da metodologia, foi realizada a capacitação de bolsistas que apoiaram a aplicação da MAPP junto aos órgãos. O treinamento, promovido pela SMA em parceria com o Ipea, ocorreu ao longo de 15 dias, em formato remoto, abordando fundamentos teóricos e exercícios práticos sobre as quatro dimensões da metodologia: relevância, efetividade, eficiência e sustentabilidade. Essa etapa inicial teve como objetivo assegurar consistência e qualidade das análises, além de gerar uma base de dados de referência para contínua calibragem da ferramenta. Os resultados demonstram crescente adesão dos órgãos à iniciativa, refletida no avanço progressivo da quantidade de avaliações realizadas. O projeto alcançou primeiro 211 e, posteriormente, 248 avaliações concluídas ao longo do ano, o que evidencia o sucesso das ações de disseminação da metodologia e a articulação com ministérios e entidades apoiadoras. A iniciativa também envolveu o desenvolvimento de um ambiente digital que automatiza toda a aplicação da MAPP, desde o preenchimento do questionário até a geração dos relatórios de diagnóstico. Essa solução incorpora fluxos de validação, modelos de relatório e materiais orientativos para gestores, permitindo maior eficiência operacional, redução do esforço das equipes e escalabilidade sem comprometer a qualidade das análises. O lançamento oficial da plataforma ocorreu em outubro de 2025 e representa um marco para a avaliação de políticas públicas no país. A MAPP possibilita aos gestores identificarem pontos fortes, gargalos e oportunidades de melhoria de forma objetiva e comparável, apoiando decisões mais informadas e a implementação de práticas de gestão baseadas em evidências.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P05 Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SM&A)

Objetivo: promover a cooperação e a articulação entre os diferentes entes governamentais para a realização de avaliações de políticas públicas, com o propósito de gerar informações e conhecimento que contribuam para o seu aprimoramento contínuo.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R05 – Realizado 01 diagnóstico do SM&A		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R06 – Elaborada, ao menos, 01 minuta de norma legal ou infralegal que fortaleça a Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R07 – Apresentado 01 estudo sobre o aperfeiçoamento do processo de acompanhamento das recomendações do CMAP		

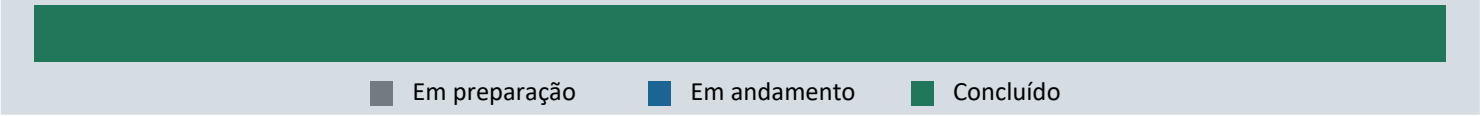
Notícias relacionadas ao Projeto

- [>> MPO realiza 2º Fórum Nacional de Avaliação e avança na construção do Sistema Nacional de Avaliação de Políticas Públicas](#)
- [>> SMA apresenta modelo de monitoramento para a Política Nacional Integrada para a Primeira infância](#)

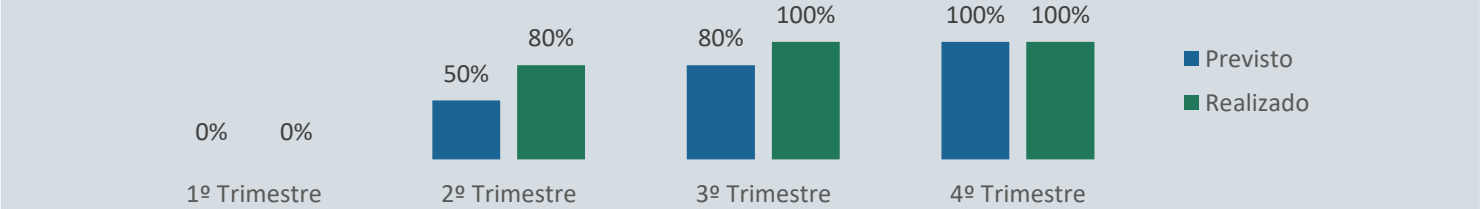
Avaliação do Projeto

A SMA progrediu de modo significativo para a implementação do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação (SFM&A). O esforço envolveu diagnósticos, elaboração normativa, diálogo contínuo com atores governamentais e participação ativa em espaços estratégicos de debate sobre avaliação de políticas públicas, como a Semana de Avaliação 2025 e o 2º Fórum Nacional de Avaliação. As atividades tiveram início com a análise das informações coletadas junto aos ministérios no segundo semestre de 2023. Esse levantamento mapeou práticas, capacidades instaladas e demandas relacionadas ao M&A, constituindo insumo fundamental para a construção do diagnóstico do sistema. Complementarmente, foram solicitados os relatórios de monitoramento e avaliação dos planos nacionais e regionais do Plano Plurianual, nos termos da Lei nº 14.802/2024, reforçando a compreensão das dinâmicas existentes e dos desafios para a consolidação do sistema. Com base nesse conjunto de evidências, foi finalizado o relatório de diagnóstico do M&A no Executivo Federal. O documento resultou de censo desenvolvido pela SMA/MPO em parceria com o IPEA, associado às contribuições dos gestores de políticas públicas dos ministérios finalísticos. O material identifica problemas estruturais e estabelece a fundamentação para o SFM&A, incluindo contexto, justificativa, objetivos e diretrizes para implementação. Outra entrega relevante foi a conclusão da minuta da normativa que instituirá o SFM&A, acompanhada de Nota Técnica referente ao PLP nº 64/2022, que trata da regulamentação do §16 do art. 37 da Constituição Federal e de alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal. A instrução normativa do SFM&A tem entre seus objetivos promover maior integração entre os órgãos federais, fornecendo instrumentos para que a avaliação e o monitoramento sejam efetivamente incorporados à gestão das políticas públicas, assegurando melhor alocação de recursos, maior eficiência e entregas mais efetivas à sociedade. Paralelamente, a SMA tem aperfeiçoado o processo de acompanhamento das recomendações oriundas das avaliações do CMAP, com a consolidação de informações provenientes da CGU e de gestores responsáveis pela implementação das políticas. A partir do ciclo 2023/2024, foi adotado novo padrão para as recomendações, fortalecendo sua vinculação a atributos específicos das políticas avaliadas e assegurando maior fundamentação em evidências. A participação dos gestores na elaboração dos Planos de Ação tornou o processo mais colaborativo e orientado a resultados. Com esses esforços, o projeto foi concluído com o alcance de todos os resultados-chave previstos para o período.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação de Políticas Públicas
M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P06 Reestruturação da Comissão Nacional de Cartografia, transformando-a em Comissão Nacional de Geoinformação

Objetivo: reestruturar a Comissão Nacional de Cartografia, transformando-a em Comissão Nacional de Geoinformação.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R08 – Publicadas 02 Resoluções aprovadas em plenária do Congresso.		

Notícias relacionadas ao Projeto

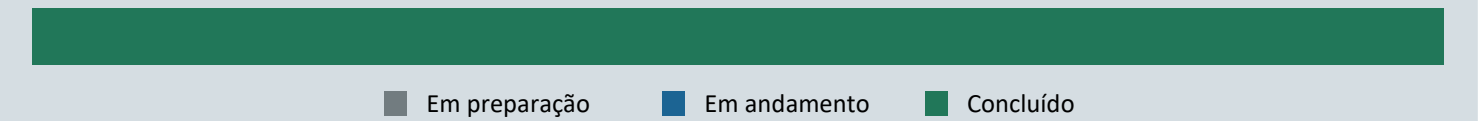
[>> MPO realiza primeira plenária da Comissão Nacional de Geoinformação \(Congeo\) e aprova comitês temáticos estratégicos](#)

[>> MPO cria a Comissão Nacional de Geoinformação – CONGEO](#)

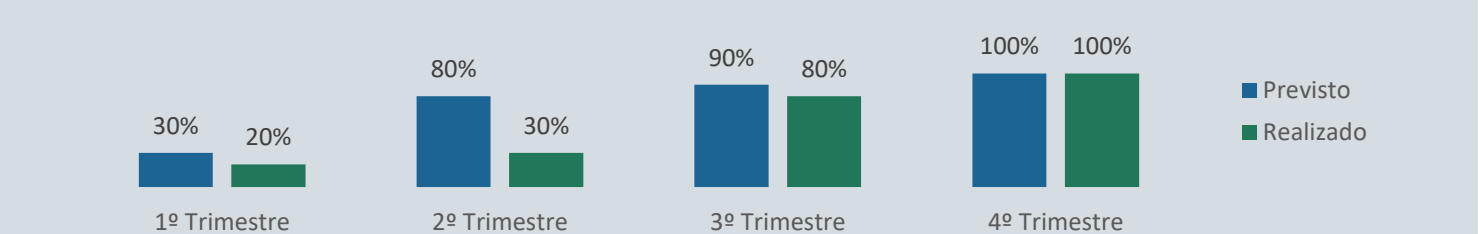
Avaliação do Projeto

Ao longo do ano, avançaram de forma significativa as ações voltadas ao fortalecimento da governança da geoinformação no Brasil. Em março de 2025, foi instituída a Comissão Nacional de Geoinformação (CONGEO), por meio da [Portaria GM/MPO nº 32/2025](#), em substituição à Comissão Nacional de Cartografia. A criação da nova comissão resultou de um amplo processo de articulação institucional, envolvendo anuências dos órgãos membros, preparação de documentos técnicos e tratativas com a Casa Civil. O novo colegiado conta com representantes de 18 órgãos, além da previsão de comitês temáticos para aprofundar discussões especializadas. A presidência é exercida pela Seplan e a secretaria executiva está sob responsabilidade do IBGE. A criação da CONGEO foi acompanhada da publicação do [Decreto nº 12.402/2025](#), que aprimorou a governança da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais e promoveu maior integração entre as políticas de geoinformação e as ações desenvolvidas pela comissão. Também foi publicada a [Portaria SEPLAN/MPO nº 146/2025](#), que designou os representantes titulares e suplentes dos órgãos que compõem o colegiado, permitindo sua efetiva instalação. A primeira reunião plenária ocorreu em 12 de agosto de 2025. Na ocasião, foram aprovados o Regimento Interno e instituídos três Comitês Temáticos: Política e Estratégia Nacional de Geoinformação, Cadastro Territorial e Mapeamento Costeiro de Alta Precisão. As decisões foram formalizadas por meio das [Resolução nº 1](#) e [Resolução nº 2](#), de 5 de setembro de 2025, atendendo ao resultado-chave relacionado à publicação de resoluções aprovadas em plenária. O processo de implementação dos comitês avançou ao longo do segundo semestre, com a indicação de integrantes, realização de reuniões técnicas e alinhamento dos procedimentos necessários à consolidação dos respectivos planos de trabalho. Em outubro, foi publicada a [Resolução CONGEO/MPO nº 3/2025](#), que dispõe sobre a composição e o funcionamento dos comitês temáticos. Nos dias 22, 23 e 24 do mesmo mês ocorreram as primeiras reuniões de cada comitê, permitindo o início da atuação coordenada e o detalhamento das agendas prioritárias. Os resultados alcançados evidenciam o fortalecimento da capacidade do governo federal de gerenciar dados geoespaciais essenciais ao planejamento e ao desenvolvimento nacional.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P07 Gestão do PPA 2024-2027

Objetivo: fortalecer o monitoramento das prioridades governamentais e a gestão das agendas transversais, promovendo a integração com os Planos Regionais de Desenvolvimento, o aprimoramento dos atributos do PPA, o ajuste das metas ao novo cenário fiscal e orçamentário, e o fortalecimento do vínculo do PPA com as prioridades do governo e dos órgãos setoriais. Além disso, incentivar a participação social no acompanhamento do PPA, garantindo maior alinhamento às demandas da sociedade.

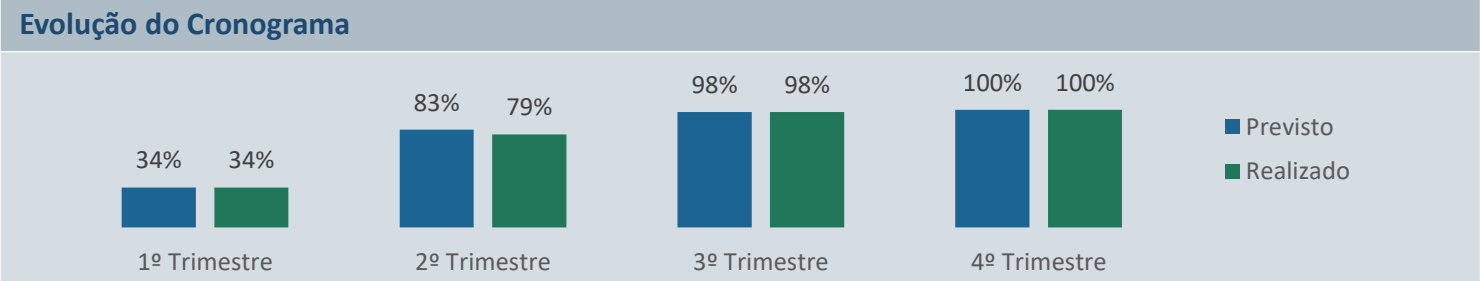
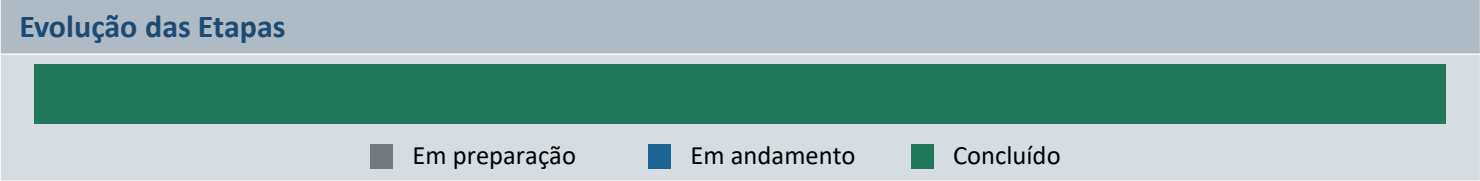
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R09 – Incorporada a participação social no processo de revisão ordinária do Plano Plurianual.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R10 – Integrada a autoavaliação dos Programas ao processo de revisão ordinária do Plano Plurianual.		

Notícias relacionadas ao Projeto

- [>> Secretaria Nacional de Planejamento lança novo Guia de Monitoramento do PPA 2024-2027](#)
- [>> Governo Federal divulga o monitoramento de 2024 e a primeira revisão ordinária do PPA Participativo](#)
- [>> Relatório de Monitoramento do PPA 2024-2027 detalha os avanços do Governo Federal no primeiro ano de execução do plano](#)
- [>> Seplan-MPO ouve a sociedade civil no Fórum Interconselhos](#)
- [>> MPO apoia municípios na elaboração dos PPAs 2026–2029 e reforça compromisso com o pacto federativo](#)

Avaliação do Projeto

O primeiro ciclo de gestão do Plano Plurianual 2024-2027 avançou de forma consistente ao longo do ano, integrando monitoramento, avaliação e revisão ordinária. A coleta de dados do ano-base 2024 foi concluída ainda no primeiro trimestre, permitindo a elaboração do Relatório da Atuação Governamental que compõe a Prestação de Contas do Presidente da República. As informações recebidas qualificaram a análise da execução dos programas e contribuíram para a reavaliação dos cenários macroeconômicos e fiscais, com efeitos diretos sobre o planejamento e a gestão dos recursos públicos. O processo de autoavaliação dos Programas Finalísticos contou com participação ativa dos órgãos setoriais. A integração entre autoavaliação e revisão ordinária assegurou o cumprimento do resultado-chave vinculado à qualificação do PPA, R10, fortalecendo a coerência entre seus objetivos, indicadores e entregas. A revisão ordinária, prevista no marco legal, foi iniciada em maio e concluída no prazo estabelecido. A revisão foi formalizada pela [Portaria GM/MPO nº 214/2025](#), que consolidou as principais atualizações do plano. Houve avanços relevantes na melhoria da governança e da transparência do planejamento federal. A revisão do PPA incorporou, de forma inédita, contribuições provenientes de conselhos e colegiados nacionais que utilizaram a plataforma Brasil Participativo. Esse processo estimulou o diálogo entre governo e sociedade e garantiu a inclusão da participação social entre os resultados essenciais desse ciclo. A atuação da SEPLAN no Fórum Interconselhos reforçou o compromisso com uma comunicação simples e acessível, aproximando o planejamento das demandas da população. O Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento passou por adequações para suportar o novo modelo de gestão do plano, com desenvolvimento de módulos específicos para monitoramento e avaliação e aprimoramento dos mecanismos de controle de qualidade das informações. No campo das entregas e instrumentos de gestão, o ciclo foi marcado pela criação das Agendas Transversais Territoriais para Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste, ampliando o olhar regional e reconhecendo assimetrias históricas no desenvolvimento nacional. Os resultados do primeiro ciclo de gestão foram consolidados no [Relatório Anual de Monitoramento](#), composto por oito volumes enviados ao Congresso Nacional, que também subsidiaram a atualização do painel PPA Aberto e de relatórios transversais. Essas entregas reforçam a centralidade do PPA na gestão pública federal ao oferecer monitoramento contínuo, maior transparência e bases mais sólidas para decisões estratégicas.



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P08 Painel PPA Aberto

Objetivo: evoluir o Painel PPA Aberto para incluir monitoramento do plano, consultas, geração de relatórios com cruzamento de dados e integração com redes sociais. A evolução ainda contemplará um repositório de indicadores e metas da dimensão estratégica, a “etiquetagem” das agendas transversais e das prioridades e a base gerencial do PPA (entregas e medidas institucionais).

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R11 – 05 módulos do PPA Aberto implementados e integrados às redes sociais do MPO.		

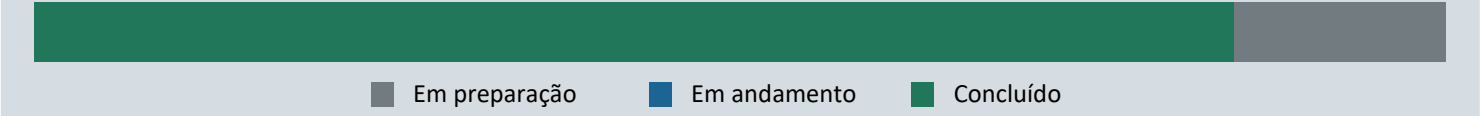
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [Painel PPA Aberto é atualizado com dados da Dimensão Estratégica do Plano Plurianual 2024–2027](#)
- >> [MPO disponibiliza o PPA Aberto, ferramenta que mostra as entregas previstas no Plano Plurianual](#)

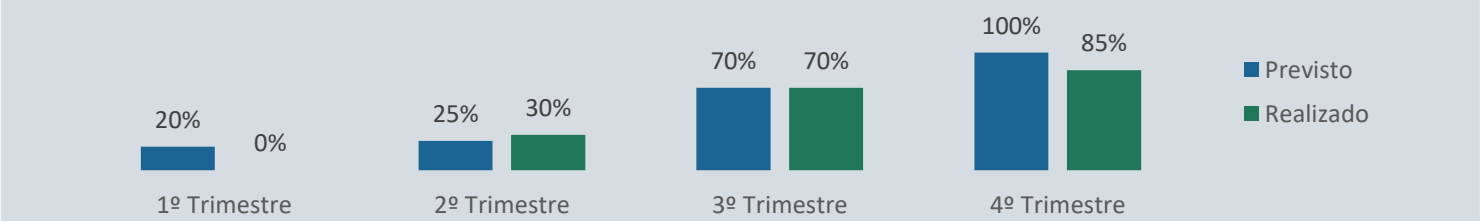
Avaliação do Projeto

O PPA Aberto tem como objetivo ampliar o acesso da sociedade às informações do Plano Plurianual 2024-2027 e fortalecer a participação social. A iniciativa promove a evolução do painel já existente, permitindo acompanhar o monitoramento do plano, consultar dados detalhados sobre programas, regionalização de atributos e metas estratégicas, além de apresentar agendas transversais e prioridades do planejamento governamental. Ao longo do ano, os esforços concentraram-se na preparação da estrutura tecnológica e no desenvolvimento das funcionalidades necessárias para a disponibilização pública da ferramenta. A equipe responsável mapeou requisitos, reuniu os recursos necessários e redesenhou a página para integrar dados de monitoramento aos módulos já existentes. Nesse processo, foram entregues novos recursos que ampliaram a transparência das informações. Inicialmente, o módulo de exibição das informações regionalizadas de metas e entregas foi concluído e disponibilizado ao público geral. Em paralelo, avançou-se no módulo de informações quantitativas do PPA, que incorporou dados orçamentários e não orçamentários, como créditos bancários, subsídios e investimentos de estatais. O painel recebeu ainda uma atualização importante com a inclusão dos dados da Dimensão Estratégica do Plano Plurianual 2024-2027, acompanhada de melhorias de layout e de organização das informações. A dimensão estratégica traduz as principais linhas de ação definidas pelo Governo Federal para o período do plano e passou a ser apresentada de forma estruturada em quatro partes: visão de futuro para 2027, com indicadores-chave nacionais e metas; valores e diretrizes; eixos; e objetivos estratégicos com seus respectivos indicadores e metas. As melhorias contemplaram também o recurso de desagregação de públicos, entregue em etapas, que facilita a compreensão dos impactos das políticas voltadas a diferentes segmentos sociais e, ainda, o módulo de monitoramento do PPA. Lançado oficialmente em agosto, as novas funcionalidades permitiram cumprir o resultado-chave previsto para o período, resultando em um ambiente digital com navegação interativa e linguagem acessível. Com o objetivo de orientar os usuários quanto ao uso da ferramenta, foi elaborado o [Guia do Painel PPA Aberto](#), que apresenta informações sobre a navegação e as principais funcionalidades do sistema. O módulo de consulta e extração de relatórios ainda está em elaboração, etapa que será concluída em 2026.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P09 Novo Modelo de Ações não Orçamentárias do PPA 2024-2027

Objetivo: aperfeiçoar o registro de informações e a gestão das ações não orçamentárias no âmbito do Plano Plurianual, fortalecendo a integração entre os gastos não orçamentários e os respectivos resultados de governo.

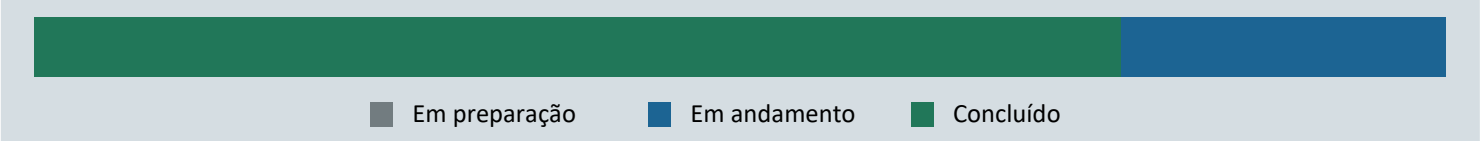
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R12 – Novo modelo de ação não orçamentária elaborado.		

Notícias relacionadas ao Projeto

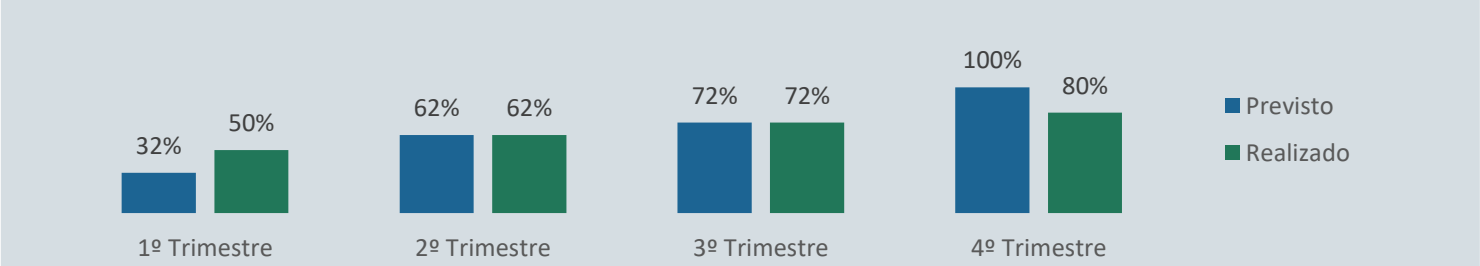
Avaliação do Projeto

O projeto tem como objetivo aprimorar o registro de informações e a gestão das ações não orçamentárias no âmbito do Plano Plurianual, fortalecendo a integração entre gastos não orçamentários e os respectivos resultados de governo. Ao longo do ano, o projeto avançou na estruturação de uma base de informações mais qualificada, que permite evidenciar os impactos de subsídios, créditos governamentais e demais instrumentos de financiamento utilizados pelo Estado. Nesse sentido, foram realizados estudos sobre subsídios tributários e creditícios, bem como sobre o financiamento por instituições financeiras oficiais de fomento. Também foi concluído o estudo referente a projetos apoiados com recursos provenientes de organismos internacionais e do setor privado, o que consolida uma perspectiva mais abrangente das fontes de apoio às ações governamentais. Com base nesse diagnóstico, foram identificadas necessidades de aprimoramento no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Os ajustes no SIOP foram implementados, com o objetivo de permitir o registro adequado das ações não orçamentárias e ampliar a precisão do monitoramento anual do PPA. A revisão das ações não orçamentárias também registrou avanços importantes com a publicação da Portaria GM/MPO nº 214, de 23 de julho de 2025, que formalizou ajustes na estrutura das ações integrantes do Plano. A revisão ordinária do PPA passou a incluir o valor global de recursos não orçamentários associados a cada Programa, reforçando a transparência e o alinhamento com os resultados esperados. O relatório final do projeto encontra-se em elaboração e dará cumprimento ao resultado-chave, com previsão de conclusão no início de 2026. O documento apresentará as diretrizes do novo modelo de ações não orçamentárias do PPA 2024–2027. Esse modelo ampliará a capacidade de controle e de tomada de decisão estratégica, contribuindo para uma gestão mais integrada dos instrumentos financeiros e das entregas à sociedade. A iniciativa fortalece a transparência e a eficiência no acompanhamento do Plano Plurianual 2024-2027, reduzindo riscos de inconsistências no monitoramento e ampliando a visibilidade sobre políticas públicas implementadas sem alocação direta de recursos orçamentários.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P10 Agendas Transversais no PPA

Objetivo: permitir a integração e a harmonização de diferentes políticas públicas no PPA 2024-2027, visando garantir que as ações e as iniciativas em diferentes setores e áreas sejam complementares e reforcem umas às outras. A abordagem transversal facilita o alcance de metas comuns, fortalece a eficiência do plano e promove um impacto mais amplo e sustentável.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R13 – Publicados os relatórios de resultados do monitoramento das 5 agendas transversais do PPA 2024-2027.

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Sete em cada dez metas da Agenda Mulheres do PPA 2024-2027 superam 100% de execução](#)

[>> Agenda de Meio Ambiente entrega metas e mobiliza R\\$ 92,9 bilhões no primeiro ano do Plano Plurianual 2024-2027](#)

[>> Políticas para infância e adolescência superam metas no primeiro ano do PPA Participativo](#)

[>> Agenda de Igualdade Racial avança no PPA com destaque para ações afirmativas e combate ao racismo](#)

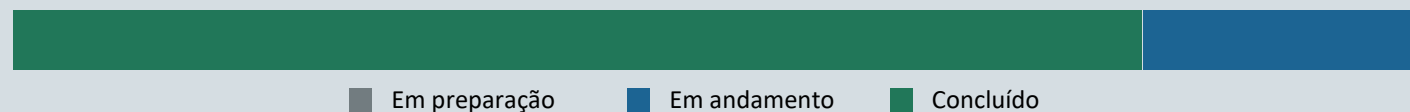
[>> Agenda indígena supera metas no PPA, com destaque para demarcação e gestão territorial](#)

[>> Relatórios mostram os recursos e o impacto da atuação do governo nas cinco agendas transversais em 2024](#)

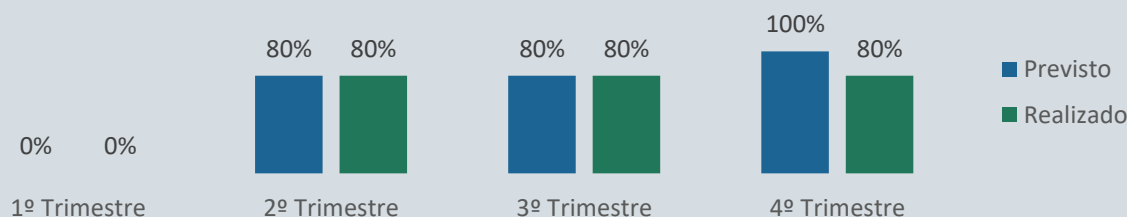
Avaliação do Projeto

O projeto tem como propósito fortalecer a integração e acompanhamento das políticas públicas, contribuindo para uma atuação governamental mais eficiente, coordenada e orientada a garantir direitos e oportunidades em pautas transversais e prioritárias de governo. Em janeiro de 2025, a SEPLAN e o Fundo das Nações Unidas para a Infância pactuaram a programação de trabalho para o ano, em conformidade com o Memorando de Entendimentos firmado entre o MPO e o Unicef. A programação organiza ações em três eixos principais: aperfeiçoamento da Agenda Transversal Crianças e Adolescentes no PPA, disseminação do conceito nos estados e municípios com realização de seminário online para gestores locais, e compartilhamento da experiência brasileira como referência internacional. O reconhecimento do Unicef reforça a inovação do modelo adotado e o potencial de fortalecimento das políticas públicas voltadas a esse público. A publicação dos [relatórios de monitoramento das Agendas Transversais](#) marcou o cumprimento do resultado-chave previsto para o período e abrangeu as agendas de crianças e adolescentes, meio ambiente, povos indígenas, mulheres e igualdade racial. Os documentos consolidam os resultados pactuados no PPA e os dados de execução orçamentária de 2024, proporcionando visão integrada das políticas e permitindo identificar sinergias e lacunas existentes na atuação governamental. O primeiro ciclo de monitoramento do PPA 2024-2027 gerou evidências relevantes sobre o desempenho das políticas públicas associadas às agendas, com destaque para metas e entregas alcançadas em áreas estratégicas. Entre os avanços, sobressaem os resultados na educação inclusiva para crianças e adolescentes, a expansão das ações afirmativas na promoção da igualdade racial, os progressos na demarcação territorial e na saúde indígena, ganhos na bioeconomia e na gestão de riscos climáticos no âmbito ambiental, além de expressiva alocação de recursos na Agenda Mulheres, cujas metas superaram amplamente o previsto e totalizaram R\$ 185,4 bilhões em empenhos. Outro marco importante foi o avanço na etiquetagem das ações do PPA, que atingiu 84% de cobertura. Para a execução integral do projeto, resta ainda a conclusão do relatório de monitoramento das agendas transversais de 2025, prevista para o primeiro semestre de 2026.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P11 Integração do PPA com os Planos Regionais de Desenvolvimento (PRD)

Objetivo: aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R14 – Monitoradas as três Agendas Transversais Territoriais relativas aos Planos Regionais de Desenvolvimento por meio de relatórios de monitoramento dos atributos pactuados com os ministérios parceiros.

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Governo Federal lança Agendas Transversais Territoriais do PPA 2024-2027 em articulação com Planos Regionais de Desenvolvimento](#)

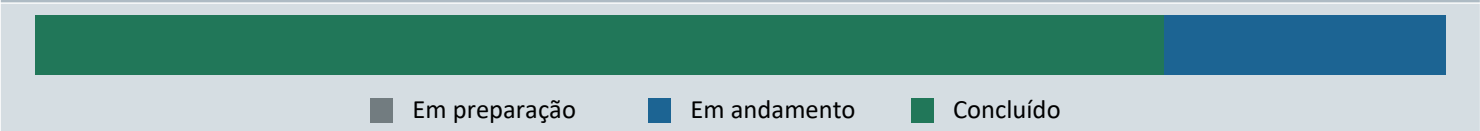
[>> Vale do Jequitinhonha ganha agenda integrada para promover desenvolvimento](#)

[>> Encontro promove a consolidação da versão final da Agenda Transversal Territorial no âmbito do PPA 2024-2027](#)

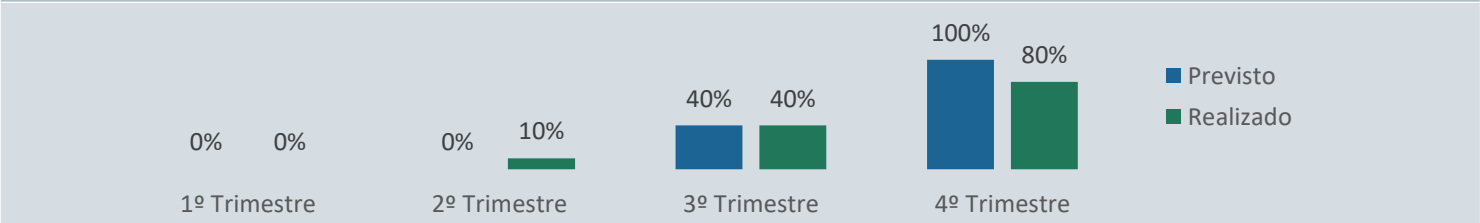
Avaliação do Projeto

O projeto de fortalecimento das [Agendas Transversais Territoriais no PPA 2024–2027](#) tem como objetivo aprimorar a integração das prioridades regionais no planejamento governamental, alinhando os Planos Regionais de Desenvolvimento às diretrizes do PPA e fortalecendo a coordenação entre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional. Entre as principais entregas, destaca-se a realização da oficina de validação do documento preliminar das agendas territoriais, em fevereiro de 2025, com a participação da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e das superintendências Sudam, Sudene e Sudeco. O trabalho resultou na consolidação da versão final do documento, alinhado aos Planos Regionais de Desenvolvimento, e na preparação para sua publicação. O lançamento ocorreu em agosto, em evento no Salão Nobre do MPO com ampla participação de autoridades e representantes regionais, reforçando a articulação federativa e o compromisso com o desenvolvimento equilibrado do território nacional. O primeiro ciclo de monitoramento das agendas territoriais foi concluído de forma bem-sucedida, marcando o alcance do resultado-chave vinculado ao projeto. Cada ministério setorial registrou o avanço das metas e objetivos relacionados às respectivas agendas, permitindo a consolidação das informações e contribuindo para a elaboração do Relatório de Monitoramento das Agendas Transversais Territoriais. Em paralelo, foram realizados ajustes nos instrumentos de planejamento, com a marcação de atributos no SIOP e a incorporação de funcionalidades específicas para os planos regionais no [Painel Aberto do PPA](#), atualmente em fase de refinamento. No âmbito da Agenda de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, avançou-se na articulação com órgãos federais e parceiros regionais. A primeira reunião ordinária do Grupo de Trabalho Interministerial ocorreu em julho, estruturando a governança, os temas prioritários e o plano de trabalho. Em dezembro, o grupo encerrou o ciclo inicial de 120 dias com a aprovação do relatório final, contendo 62 projetos voltados à promoção do desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades na região. O esforço envolveu 20 ministérios e oito entidades vinculadas e deverá orientar a formulação do Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, além de subsidiar o acompanhamento da implementação das ações previstas. Para a conclusão integral do projeto, resta apenas a implementação de ajustes no SIOP que permitirão a regionalização das Agendas Transversais Territoriais e a consequente emissão de seus relatórios.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SOF e SEPLAN	Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria Nacional de Planejamento

P12 Elaboração de referencial metodológico das agendas transversais e multissetoriais

Objetivo: desenvolver referencial metodológico que permita identificar agendas transversais e multissetoriais no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R15 - Aperfeiçoada a identificação dos gastos de 01 Agenda Transversal (ambientais e climáticos) no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União.

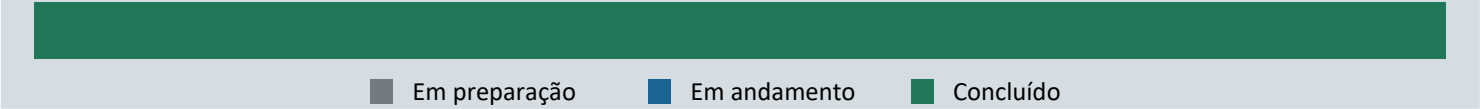
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [Governo lança painel inédito para rastrear gastos públicos em clima, biodiversidade e desastres](#)
- >> [MPO publica o último dos seis Guias Práticos de Transversalidade nas Políticas Públicas, no Plano e no Orçamento](#)
- >> [SOF apresenta classificação de gasto público em mudança do clima, biodiversidade e gestão de riscos de desastres](#)

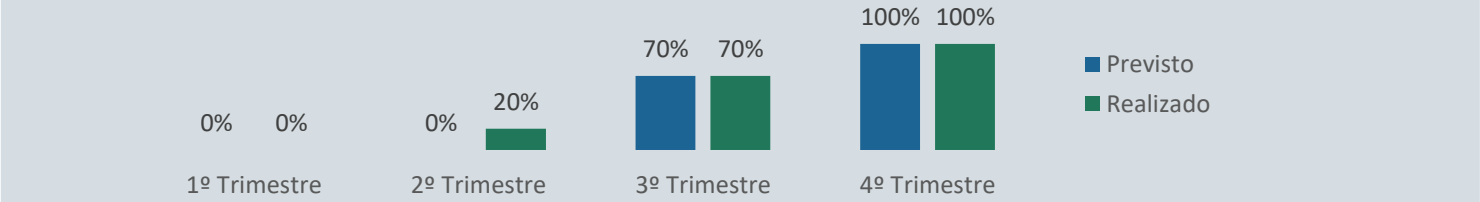
Avaliação do Projeto

O projeto progrediu para a estruturação de um referencial metodológico para a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais, contribuindo para qualificar a integração entre planejamento, orçamento e políticas públicas voltadas à redução de desigualdades, proteção socioambiental e promoção do desenvolvimento sustentável. Ao longo do ano, uma das principais entregas foi a conclusão da [série de seis guias metodológicos sobre transversalidade nas políticas públicas](#), no plano e no orçamento, sendo um guia geral e outros cinco com enfoque nas agendas de mulheres, igualdade racial, crianças e adolescentes, meio ambiente e povos indígenas. O processo de elaboração desses materiais contou com a realização de seis seminários, que mobilizaram e capacitaram gestores federais sobre a importância e a aplicação da transversalidade, reunindo experiências, boas práticas e evidências que fundamentaram a produção dos conteúdos. As publicações sistematizam conceitos, apresentam o histórico da transversalidade no Brasil e orientam sobre mecanismos de incorporação dessas abordagens ao longo do ciclo de gestão das políticas públicas. Também oferecem referências práticas alinhadas ao PPA e à LOA, fortalecendo a coordenação interministerial, a equidade e a sensibilidade às diversidades sociais, culturais e ambientais do país. Outro avanço estruturante foi o desenvolvimento, em parceria com o BID, de uma metodologia para identificar e classificar despesas federais ligadas ao clima, biodiversidade e gestão de riscos e desastres, resultado previsto para o projeto no período. Esse trabalho resultou na publicação do [Relatório Final do Projeto de Classificadores do Gasto Público](#), que apresenta pela primeira vez uma radiografia nacional abrangendo os gastos da União entre 2010 e 2023 e dos governos estaduais em 2022. O estudo ilumina a evolução da alocação de recursos públicos nessas agendas e oferece subsídios para o Plano de Transformação Ecológica e para a gestão orçamentária orientada à mitigação e adaptação climática. Complementarmente, foi desenvolvido o [Painel Gastos Climáticos](#), versão 1.0, e disponibilizado na Plataforma MPO Transparente. Em 2026 o Painel será aprimorado e disponibilizará em sua versão 2.0 também os dados abertos resultantes do Projeto. A inclusão da Agenda Transversal de Meio Ambiente na proposta orçamentária para 2024 representou outro marco relevante, reunindo programações que contribuem para o enfrentamento da degradação ambiental e das mudanças climáticas. A partir desse processo, espera-se ampliar a transparência, a priorização e a governança das políticas ambientais em âmbito federal. Além dessas entregas, foram conduzidas ações de aprimoramento das capacidades dos órgãos envolvidos, com iniciativas que fortalecem a aderência dos instrumentos de planejamento à abordagem transversal e aumentam a qualidade das informações disponibilizadas para análise e monitoramento.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P13 Agendas Transversais e Multissetoriais no Orçamento

Objetivo: elaborar e publicar relatórios anuais de execução orçamentária e físico-financeira das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA 2024-2027; publicar lista de ações orçamentárias relacionadas às Agendas Transversais e Multissetoriais, no PLOA 2026; e elaborar Resumo e Demonstrativo Orçamentário e Relatório das Agendas Transversais e Multissetoriais, no PLOA 2026.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R16 - Aumentado para 28% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais em 2025.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R17 - Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de 05 novos relatórios de execução orçamentária (ano base 2024).

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> MPO explica como monitora gastos com infância e adolescência em audiência na Câmara](#)

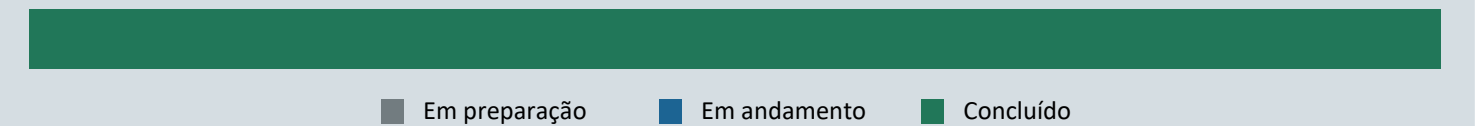
[>> Secretaria de Orçamento Federal do MPO apresenta gastos climáticos para Ministérios do Plano Clima](#)

[>> Relatórios mostram os recursos e o impacto da atuação do governo nas cinco agendas transversais em 2024](#)

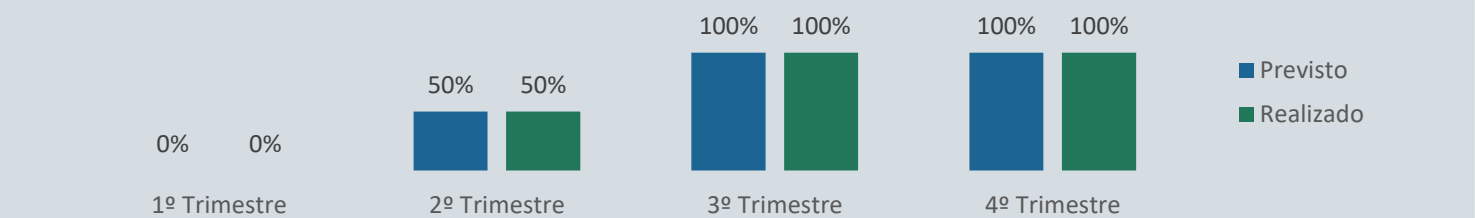
Avaliação do Projeto

O projeto tem como objetivo aprimorar a gestão orçamentária por meio da elaboração e publicação de relatórios anuais de execução orçamentária e físico-financeira das Agendas Transversais e Multissetoriais do PPA 2024-2027, além da divulgação de ações orçamentárias relacionadas a essas agendas no PLOA e da produção de resumo, demonstrativo orçamentário e relatório específico para o exercício correspondente. Busca-se, com isso, ampliar a transparência orçamentária, fortalecer o controle social e promover uma maior integração entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual. Ao longo do ciclo, a transparência orçamentária foi fortalecida com a publicação dos Relatórios das Agendas Transversais de 2025, com dados de 2024, que consolidam de forma inédita o monitoramento do PPA 2024-2027 e a execução orçamentária da LOA 2024. Esses documentos integram informações sobre cinco agendas prioritárias: Mulheres, Crianças e Adolescentes, Igualdade Racial, Povos Indígenas e Ambiental. Os relatórios apresentam a distribuição dos recursos por agenda, o andamento dos indicadores, o volume de recursos aplicados e análises que evidenciam sinergias e lacunas das políticas federais, reforçando o papel das leis orçamentárias como instrumentos de transformação social e desenvolvimento sustentável. A iniciativa marcou o cumprimento do resultado-chave “Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de cinco novos relatórios de execução orçamentária (ano-base 2024)”. Outro avanço relevante foi a etiquetagem das ações orçamentárias no PLOA 2026, alcançando 31% das ações identificadas como relacionadas às agendas transversais e multissetoriais, superando o parâmetro previsto, 28%, no resultado-chave voltado ao incremento da integração entre o PPA e a LOA. Também foram publicados o resumo e o demonstrativo das Agendas Transversais no PLOA 2026, além da nota metodológica com os procedimentos adotados. Com esses resultados, o projeto foi concluído com êxito no período, cumprindo os resultados-chave pactuados e reafirmando o compromisso do governo federal com a transversalidade das políticas públicas e o fortalecimento dos direitos constitucionais dos públicos prioritários e do meio ambiente.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE07	Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P14 **Elaboração do Projeto do Observatório do Planejamento de Longo Prazo**

Objetivo: elaborar um projeto para a estruturação e o funcionamento do Observatório do Planejamento de Longo Prazo. O projeto envolve a realização de atividades de planejamento para delinear os objetivos, resultados e impactos almejados para o Observatório do planejamento de longo prazo, bem como definir sua estrutura, processos, atividades e entregas correspondentes.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R18 - Projeto de concepção do Observatório do Planejamento de Longo Prazo elaborado.

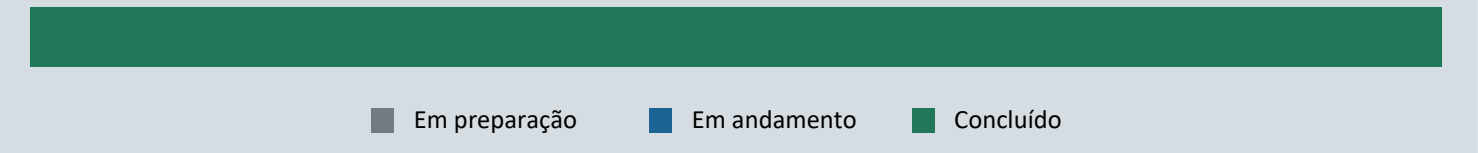
Notícias relacionadas ao Projeto

[>> "Planejar é garantir que o que faltou no passado não falte no futuro", diz Tebet em São Paulo](#)

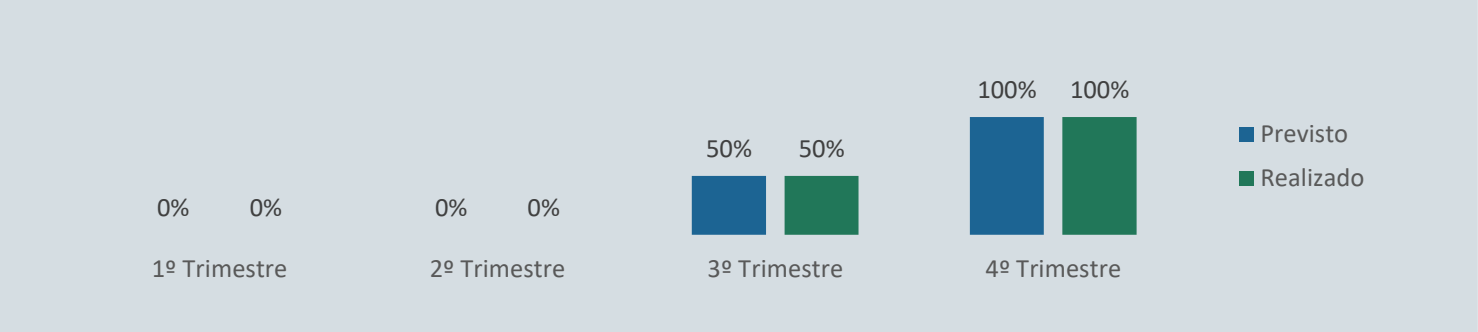
Avaliação do Projeto

O projeto do Observatório do Planejamento de Longo Prazo tem como objetivo estruturar o monitoramento da Estratégia Brasil 2050, apoiando a tomada de decisões ágeis e fundamentadas em evidências. Com a conclusão do documento da Estratégia, em outubro de 2025, o projeto avançou da fase de planejamento para a definição das bases de dados que subsidiarão os indicadores. Ao longo desse processo, foram definidos o escopo e os fluxos de trabalho, caracterizando a etapa de planejamento do Observatório do Planejamento. Realizou-se a curadoria do material produzido durante a elaboração da Estratégia Brasil, com vistas ao desenvolvimento de um Painel de Atributos (ONLP, Visão e atributos da Visão, Valores, Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas). As etapas de desenvolvimento do painel compreenderam a definição do layout, da estrutura de navegação, a prototipagem e a carga de dados no protótipo. Com a conclusão de todas as entregas, o projeto de concepção do Observatório do Planejamento de Longo Prazo alcançou seu resultado-chave, que, por sua vez, foi apresentado na forma de relatório, reunindo de maneira detalhada as etapas do processo de concepção do Observatório e Painel de Atributos da Estratégia Brasil 2050.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE07	Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P15 Plano Nacional de Longo Prazo

Objetivo: fortalecer a coordenação setorial e federativa das ações governamentais, enfrentando desafios atuais e orientando a construção de um futuro desejado, servindo como referencial estratégico para investimentos privados e para a cooperação internacional

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R19 - Estratégia Brasil 2050 elaborada.		

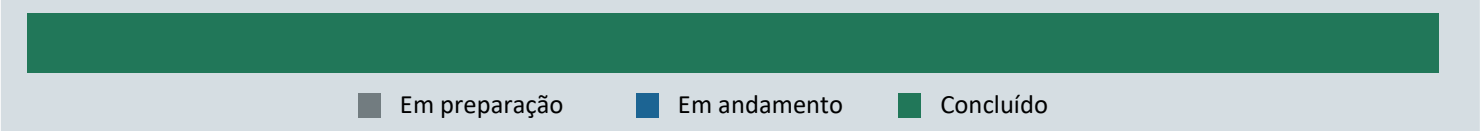
Notícias relacionadas ao Projeto

- [>> Brasil articula grupos de trabalho para acelerar integração e planejamento na América Latina](#)
- [>> Brasil assume a presidência do Conselho Regional de Planejamento do Instituto de Planejamento da América Latina e Caribe](#)
- [>> Jornada promovida pela Cepal em parceria com MPO aponta caminhos que podem tirar América Latina das armadilhas do subdesenvolvimento](#)
- [>> Secretaria Nacional de Planejamento entrega a Estratégia Brasil 2050](#)
- [>> Conseplan apresenta documento para a institucionalização do planejamento de longo prazo do país](#)
- [>> Ministro substituto, Gustavo Guimarães, defende visão de longo prazo, aproveitando potencial do país](#)
- [>> Brasil e União Europeia se unem em diálogo sobre construção de políticas públicas](#)

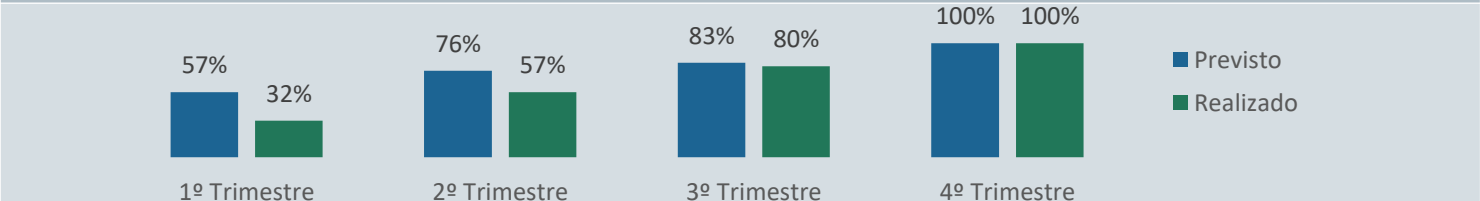
Avaliação do Projeto

O projeto de desenvolvimento da Estratégia Brasil 2050 avançou com a realização de oficinas e estudos estratégicos voltados à construção de um planejamento governamental de longo prazo. Durante as oficinas, especialistas e gestores públicos discutiram tendências, desafios e cenários futuros em áreas estratégicas, como infraestrutura, energia, transportes e telecomunicações, alinhando políticas públicas às transformações sociais, econômicas e ambientais e assegurando um planejamento sustentável e eficaz. Entre os destaques, os estudos sobre os impactos das mudanças climáticas na economia e na infraestrutura nacional projetaram cenários até 2100, analisando efeitos sobre produtividade, preços, acesso a recursos e crescimento econômico. Foram promovidas dinâmicas interativas para alinhar visões de futuro, definir metas e estabelecer indicadores que subsidiarão a formulação da Estratégia. A participação social e a transparência também foram reforçadas por meio de consultas públicas, permitindo a contribuição de cidadãos e gestores para a construção de um plano robusto e legitimado. No período, foram concluídos os Diálogos para a Construção da Estratégia Brasil 2050, com a realização de 16 eventos estaduais em todas as cinco macrorregiões do país, reunindo subsídios técnicos e políticos e promovendo a participação social na elaboração da estratégia. Os estudos, documentos técnicos e materiais de apoio foram finalizados e disponibilizados no site oficial da Estratégia Brasil 2050. Após esse amplo diálogo e esforço de aprofundamento técnico, a Estratégia Brasil 2050 foi entregue, contemplando a escuta de mais de cinco mil pessoas, incluindo cidadãos, especialistas, gestores públicos, lideranças empresariais, representantes da sociedade civil e da academia. No total, 130 entidades contribuíram por meio de consultas públicas, oficinas técnicas, entrevistas e reuniões. O resultado é o primeiro instrumento de planejamento de longo prazo participativo e colaborativo da história do país, que define diretrizes de Estado para um Brasil mais justo, sustentável e inovador. A Estratégia projeta a visão de uma nação desenvolvida e inovadora, que cresce com justiça social e ambiental, assegura oportunidades para todos e lidera a oferta de soluções globais para um mundo mais sustentável e inclusivo. Está estruturada em três eixos — desenvolvimento social e garantias de direitos; desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; e fortalecimento das instituições democráticas, das capacidades estatais e da soberania nacional — articulados de forma transversal. Com a entrega do relatório final à Ministra Simone Tebet, o documento encontra-se na Casa Civil para validação e institucionalização.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P16 Metas Físicas

Objetivo: aprimorar o enfoque na entrega de bens e serviços à sociedade e ao estado, no processo orçamentário e no orçamento, por meio da aplicação de novas diretrizes e critérios na revisão da estrutura programática dos órgãos e da implementação de meios para maior evidenciação e publicização das entregas e produtos no orçamento.

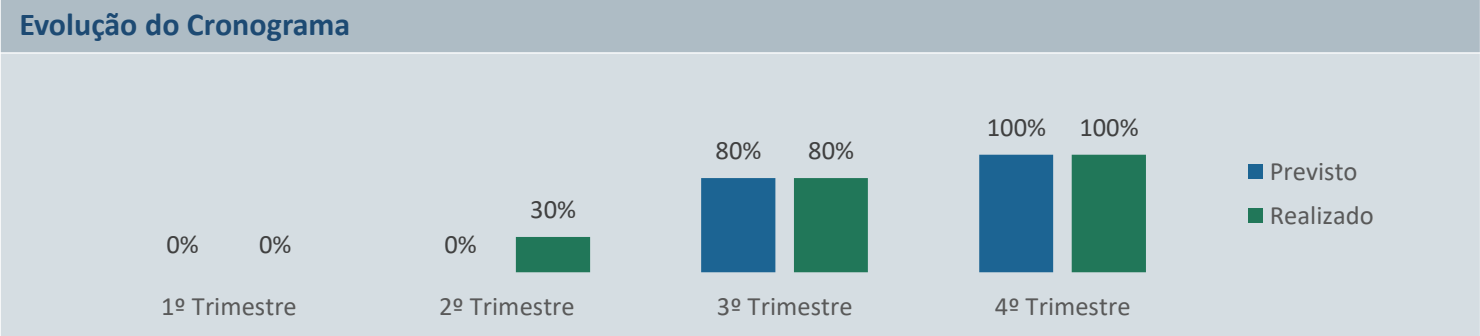
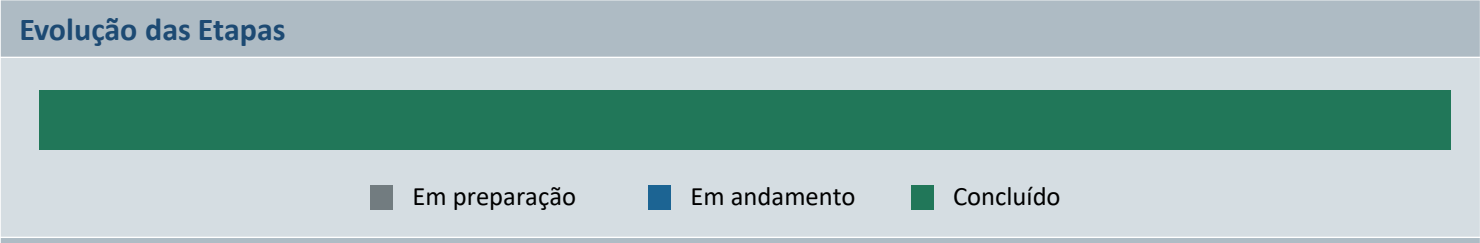
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
<p>R20 - Aprimorados os atributos de 100% das programações orçamentárias com problemas identificados quanto à evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado.</p>		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO

R21 - Exibidas as entregas de bens e serviços previstas nas programações orçamentárias, por meio de ao menos um dos instrumentos de acompanhamento e de publicização do orçamento.

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto Metas Físicas tem como objetivo aprimorar o processo orçamentário brasileiro com base no modelo de orçamentação por desempenho. As ações buscam revisar metodologicamente todas as programações que apresentem falhas na evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado. A iniciativa amplia a transparência, fortalece o foco na finalidade do gasto e qualifica a tomada de decisão sobre a alocação de recursos com base em evidências. Entre os principais benefícios esperados estão o alinhamento entre orçamento e prioridades governamentais, o apoio aos órgãos do sistema federal de planejamento e orçamento e o aumento da clareza sobre os resultados do gasto público. Ao longo do exercício, os esforços concentraram-se no aprimoramento metodológico da definição e registro das entregas previstas nas ações orçamentárias. Essas melhorias foram incorporadas ao Manual Técnico de Orçamento 2026 e orientaram a revisão do cadastro de ações do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026, já enviado ao Congresso Nacional. Também foi aprimorado o conjunto de ações com indícios de inconsistências nos produtos, unidades de medida e itens de mensuração, cumprindo um dos resultados-chave (R20) previstos para o período. A revisão completa do Manual Técnico de Orçamento foi concluída de forma antecipada, em junho de 2025, o que representou um avanço significativo para o processo de orçamentação orientada a resultados. A próxima etapa prevê o aperfeiçoamento dos mecanismos de divulgação das entregas previstas, com o objetivo de ampliar a transparência e a compreensão social sobre o que será efetivamente entregue com os recursos públicos. Essa entrega encontra-se em andamento, com previsão de conclusão em 2026.



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P17 Nova Lei de Finanças Públicas

Objetivo: apresentar anteprojeto de nova versão do Projeto de Lei Complementar de Finanças Públicas, aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em substituição à Lei nº 4.320, de 17/03/1964, para encaminhamento pelo Presidente da República ao Congresso Nacional.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R22 - Proposto anteprojeto de Nova Lei de Finanças Públicas.

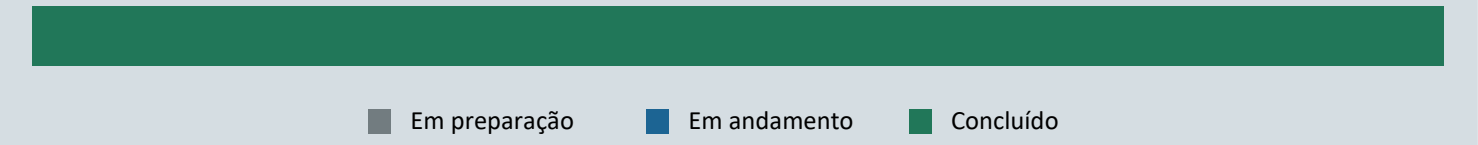
Notícias relacionadas ao Projeto

--

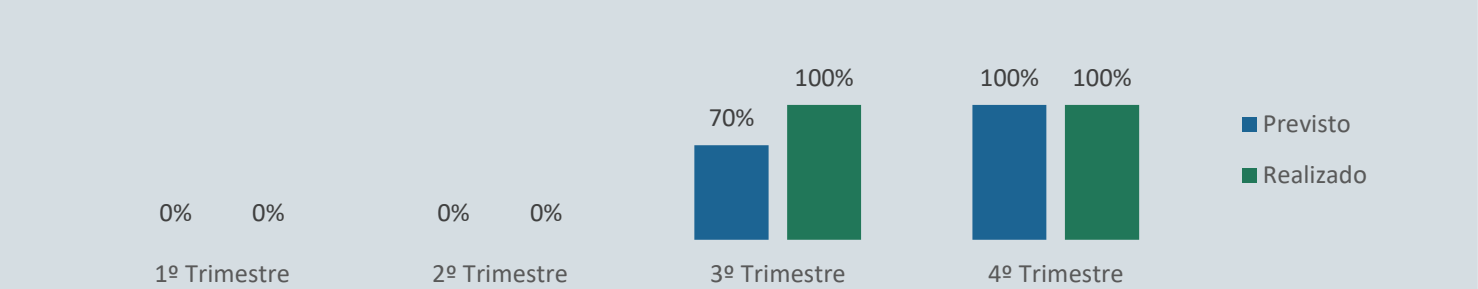
Avaliação do Projeto

O projeto estruturou esforços para elaborar um anteprojeto de nova Lei de Finanças Públicas, aplicável a todos os entes federativos e destinada a substituir a Lei nº 4.320, de 1964. A iniciativa busca modernizar o arcabouço legal das finanças públicas, incorporando boas práticas de planejamento, orçamento, finanças e controle, além de simplificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e aprimorar o ciclo de gestão do gasto público. Ao longo do ano, as equipes responsáveis analisaram contribuições técnicas de diferentes órgãos públicos, em um processo colaborativo voltado ao aperfeiçoamento do texto. O anteprojeto consolidado incorporou elementos da agenda de modernização orçamentária do Ministério do Planejamento e Orçamento, no âmbito do projeto [ROMANO](#). Com a conclusão da minuta, resultado previsto para o período, o documento seguiu para avaliação final pelas lideranças do MPO, etapa que antecede o envio ao Presidente da República para posterior tramitação no Congresso Nacional. O projeto registra avanços relevantes para suprir uma lacuna normativa histórica e fortalecer a governança das finanças públicas no Brasil.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF e SMA	Secretaria de Orçamento Federal / Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P18 Revisão de Gastos

Objetivo: avaliar despesas públicas existentes buscando identificar oportunidades de redução de gastos ou de realocação de recursos investidos em políticas públicas e/ou programas governamentais de baixa prioridade, ineficientes ou inefetivos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R23 - Proposta minuta de normativo para incorporação da revisão de gastos públicos federais ao processo do ciclo orçamentário anual.

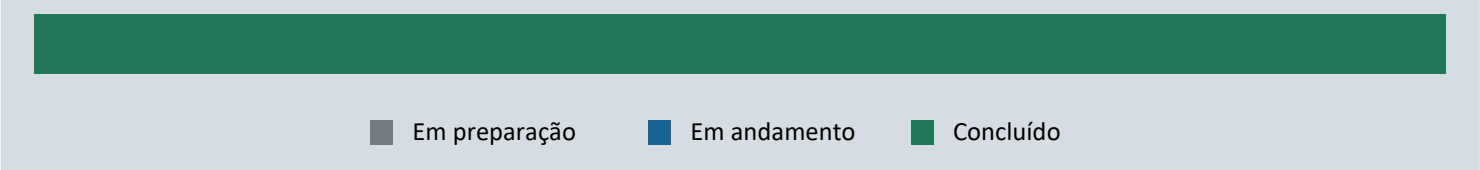
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Revistar gastos e subsídios exige “coragem devida”, diz Tebet no Senado Federal](#)

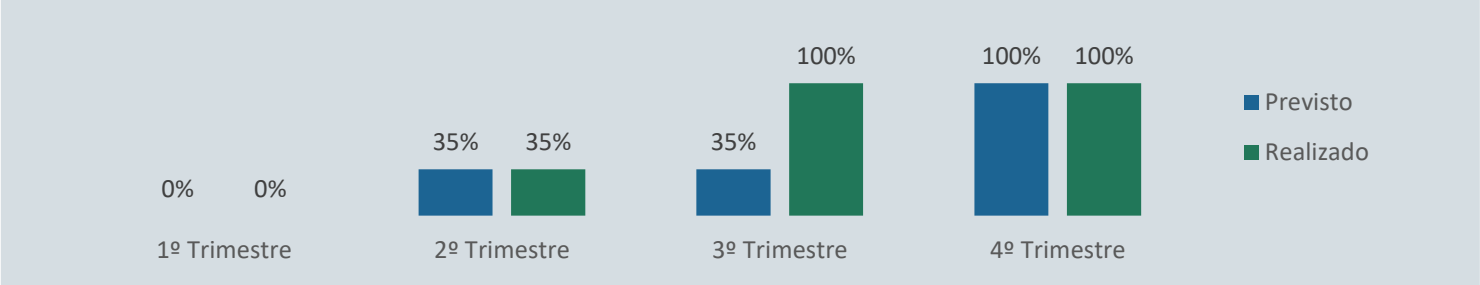
Avaliação do Projeto

O projeto avançou com a implementação da revisão de gastos públicos, com foco na identificação de oportunidades de redução de despesas e realocação de recursos aplicados em políticas e programas de baixa prioridade, ineficientes ou inefetivos. Esse esforço busca elevar a eficiência e a qualidade do gasto público, ampliar o espaço fiscal para novas prioridades do Governo Federal e contribuir, de forma indireta, para a melhoria da efetividade das políticas públicas. As estimativas de economia resultantes das análises foram incorporadas ao [Anexo IV – Metas Fiscais do PLDO 2026](#), reforçando o alinhamento entre planejamento, orçamento e avaliação de políticas. Durante o período, foram elaborados dois relatórios técnicos voltados à revisão de gastos. O primeiro apresentou os resultados do Grupo de Trabalho instituído pela [Portaria GM/MPO nº 253/2023](#), trazendo análises voltadas à racionalização e à melhor alocação de recursos. O segundo consolidou a memória do processo realizado para subsidiar a construção do PLDO 2026, fortalecendo a institucionalização dessa agenda. Também foi concluída, em conjunto com a Secretaria de Monitoramento e Avaliação (SMA), a minuta de normativo que propõe a incorporação permanente da revisão de gastos ao ciclo orçamentário anual, atualmente em apreciação ministerial. Com essa entrega, o projeto cumpriu o resultado-chave previsto para o período e representa um passo relevante para o aprimoramento da governança orçamentária, reafirmando o compromisso com a transparência e o uso eficiente dos recursos públicos.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P19 Marco Orçamentário de Médio Prazo

Objetivo: aprimorar o desenho/processo do MOMP implementado no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025, no exercício de 2024, com vistas à modernização do processo orçamentário brasileiro, notadamente, no que tange aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, a partir da adoção da boa prática internacional designada Medium-Term Expenditure Framework (MTEF), amplamente utilizada por democracias desenvolvidas.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R24 - Implementadas as previsões de médio prazo nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União em 100% dos órgãos orçamentários.		

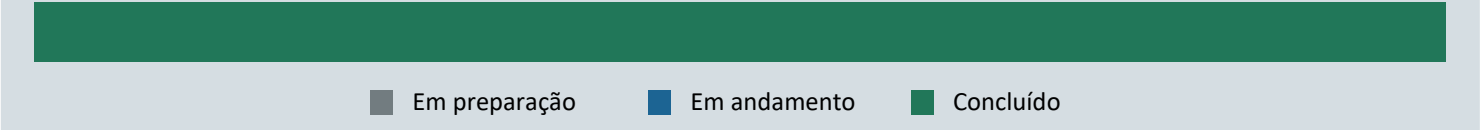
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Em seminário internacional, representantes do MPO apresentam avanços e inovações do Brasil na gestão orçamentária](#)

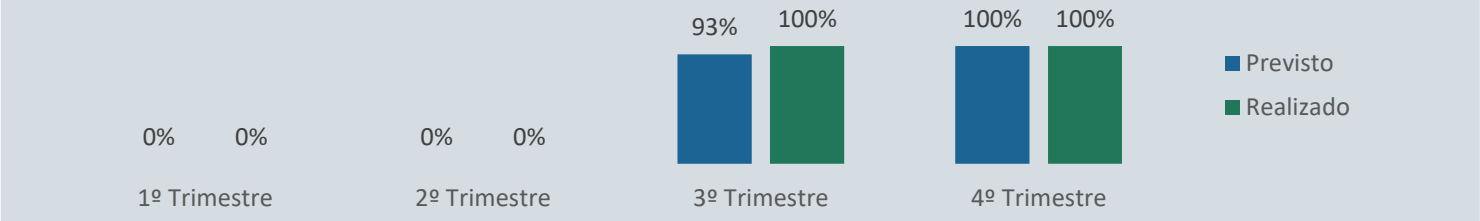
Avaliação do Projeto

O projeto de implementação do Marco Orçamentário de Médio Prazo concretizou avanços importantes ao longo do ano, com aprimoramentos no processo, no desenho metodológico e no módulo correspondente no SIOP. A iniciativa visa modernizar o processo orçamentário brasileiro, aproximando-o da boa prática internacional do Medium-Term Expenditure Framework, utilizada em diversas democracias desenvolvidas. Entre os principais benefícios esperados estão o fortalecimento das análises intertemporais, a melhoria da qualidade das projeções de médio prazo, o aumento da eficiência operacional e o apoio à tomada de decisão no planejamento e na gestão orçamentária. Os aperfeiçoamentos realizados contemplaram a formulação e a implementação de novas funcionalidades no SIOP, com foco na melhoria da consulta aos dados, na verificação de consistência das propostas e no aprimoramento do processo de captação do MOMP. Destaca-se a disponibilização de relatórios de acompanhamento das propostas diretamente no sistema, o que facilita o acesso a informações consolidadas e de fácil leitura, além de contribuir para o compartilhamento e arquivamento dos dados. Essas mudanças reforçam a governança do processo orçamentário e ampliam a transparência das informações. A captação das propostas orçamentárias de médio prazo para o PLOA 2026 foi concluída pelo SIOP, com análise e consolidação dos dados referentes aos três exercícios futuros. O MOMP foi formalizado no [Anexo VIII do PLOA 2026](#), enviado ao Congresso Nacional em agosto de 2025. Os dados detalhados do MOMP também foram disponibilizados em [subpainel específico do Painel do Orçamento Federal](#), ampliando o acesso às informações e fortalecendo o controle social. Com os esforços realizados, o resultado-chave do período foi alcançado, com a implementação das previsões de médio prazo nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em todos os órgãos orçamentários da União. A iniciativa segue em evolução, com o aperfeiçoamento contínuo do desenho metodológico do MOMP a partir das lições aprendidas no ciclo 2025.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P20 Coordenação da Elaboração e Apresentação de 8 Novos Projetos Brasileiros no FOCEM

Objetivo: coordenar a elaboração, apresentação e aprovação dos oito novos projetos brasileiros para financiamento com recursos do FOCEM, em diversos estados na faixa de fronteira, auxiliando no desenvolvimento da região e complementando os esforços do governo brasileiro para o avanço da integração com os demais países do Mercosul.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R25 - Concluído processo de suporte técnico aos entes subnacionais, visando adequada preparação para aprovação de 08 projetos brasileiros junto ao FOCEM.		

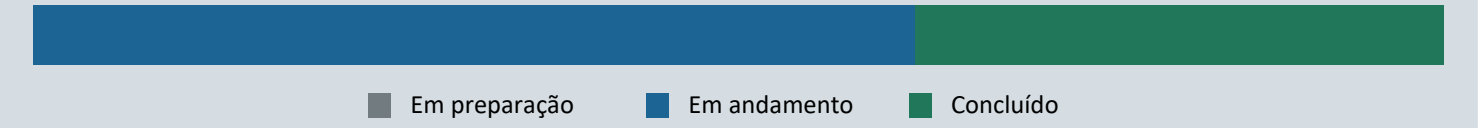
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [Tebet participa da assinatura de convênio entre Focem e Ponta Porã \(MS\) que irá aportar R\\$ 51 milhões para infraestrutura e integração com o Paraguai](#)
- >> [Ministra Simone Tebet e presidente do Fonplata, Luciana Botafogo, assinam Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica entre o MPO e o Banco](#)
- >> [Dois projetos estratégicos do Brasil receberão financiamento do FOCEM](#)
- >> [Ministra Simone Tebet assina convênio de financiamento com o Fundo do Mercosul para construção do Contorno Viário de Amambai, no Mato Grosso do Sul](#)

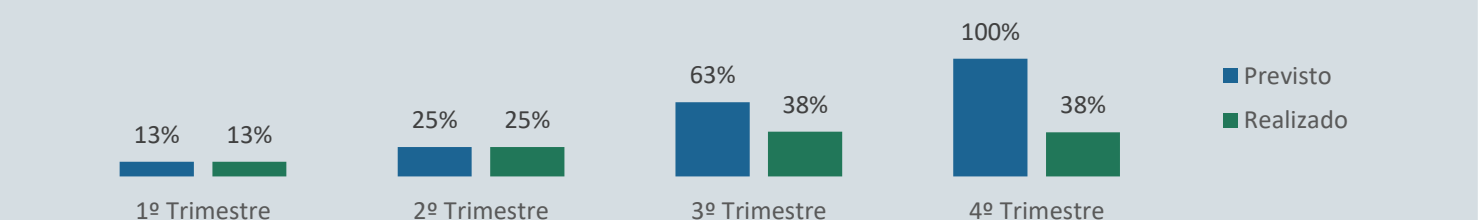
Avaliação do Projeto

Durante o período, diversos avanços foram registrados no suporte técnico oferecido pelo MPO e pelo Fonplata às propostas brasileiras junto ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul. A iniciativa tem como objetivo coordenar a formulação, a submissão e a aprovação de oito projetos voltados ao desenvolvimento dos estados da faixa de fronteira, em alinhamento com a agenda de integração regional. Entre os benefícios esperados, estão: maior eficiência na execução, aceleração dos processos de aprovação e expansão dos impactos positivos para as populações atendidas. O Brasil retomou sua participação efetiva no Fundo após mais de uma década, com três projetos já aprovados pelo Mercosul: Amambai, Ponta Porã e Corumbá, todos no Mato Grosso do Sul. Em junho, foi realizada a reunião de início do projeto do Contorno Viário de Amambai, com discussões sobre planejamento, orçamento e visita técnica ao local das obras. Em setembro, ocorreu o lançamento do projeto de redução de perdas de água em Corumbá, que busca ampliar o acesso à água potável e promover melhorias em saúde pública, especialmente em áreas mais vulneráveis. O projeto de desenvolvimento em Ponta Porã foi aprovado em julho e, em setembro, foi assinado o convênio que destinará R\$ 51 milhões de reais para realização de obras de infraestrutura e desenvolvimento urbano com o objetivo de aprimorar a conectividade e a integração da área de fronteira com o Paraguai. A assinatura do aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica entre o MPO e o Fonplata garantirá apoio do banco na fase de implementação dos projetos, antes focado apenas na sua elaboração. A iniciativa fortalece a fase de execução, propiciando entregas concretas e com impacto real. Outras propostas encontram-se em fase de elaboração ou ajustes finais, como o projeto do Acre, voltado ao desenvolvimento das cadeias produtivas de aves e suínos; a modernização e ampliação dos laboratórios de defesa agropecuária no Rio Grande do Sul; e o projeto de saneamento básico, abrigos e cadastramento na Área de Fronteira com o Mercosul – Indígena Cidadão, Fronteira Cidadã. O trabalho permanece orientado à qualificação de projetos mais consistentes, capazes de fortalecer a integração regional, impulsionar o desenvolvimento e ampliar os resultados nas regiões de fronteira. Com três projetos em andamento, somam-se outros dois que compõem a meta de aprovação a ser perseguida em 2026.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P21 Revisão da Estrutura de Governança Interna da Comissão de Financiamentos Externos

Objetivo: aprimorar a eficiência dos trâmites internos da Cofix, promovendo maior transparência, previsibilidade e agilidade na análise de programas e projetos financiados por fontes externas, em benefício dos órgãos públicos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
		R26 - Implementada nova estrutura de governança para elaboração e aprovação de programas ou projetos de interesse de órgãos públicos com financiamentos externos.

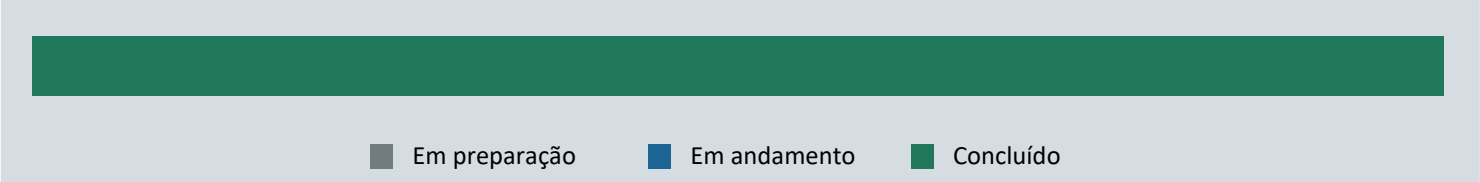
Notícias relacionadas ao Projeto

[>> MPO e Agência Francesa de Desenvolvimento realizam primeira revisão de carteira de projetos no Brasil](#)

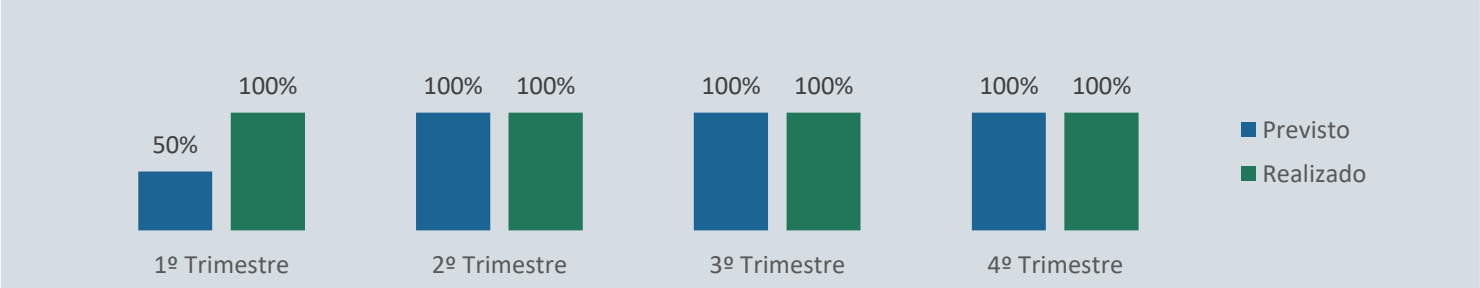
Avaliação do Projeto

O projeto de adequação da estrutura de funcionamento da Cofix avançou conforme o planejado, com foco na atualização das regras para submissão e análise de pleitos de órgãos públicos interessados em financiamentos externos. Os esforços concentraram-se no estudo, elaboração e discussão do novo Regimento Interno com os membros da Comissão, etapa essencial para consolidar uma governança mais estruturada, transparente e eficiente. Como resultado desse trabalho, foi publicada, em abril de 2025, a [Resolução Cofix/MPO nº 2](#), que estabelece o novo modelo de atuação da Comissão, garantindo maior previsibilidade e celeridade na autorização e no acompanhamento de programas e projetos apoiados por organismos internacionais. Com essa entrega, foi alcançado o resultado-chave previsto para o período, que estabelecia a implementação da nova estrutura de governança da Cofix. Com todas as ações concluídas, o projeto foi finalizado com êxito, fortalecendo a capacidade institucional e contribuindo para uma gestão mais qualificada dos financiamentos externos no setor público.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P22 Revisão do Processo de Negociação de Programas ou Projetos de Interesse de Órgãos Públicos com Amparo de Financiamentos Externos

Objetivo: revisar e regulamentar os procedimentos relacionados a negociação de contratos de financiamento externo envolvendo órgãos públicos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	---------------------	-----------

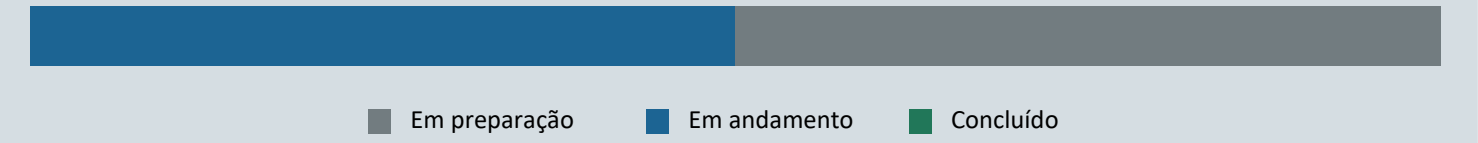
R27 - Publicada portaria que define o fluxo de negociações contratuais de financiamentos externos a programas ou projetos de interesse de órgãos públicos brasileiros.

Notícias relacionadas ao Projeto

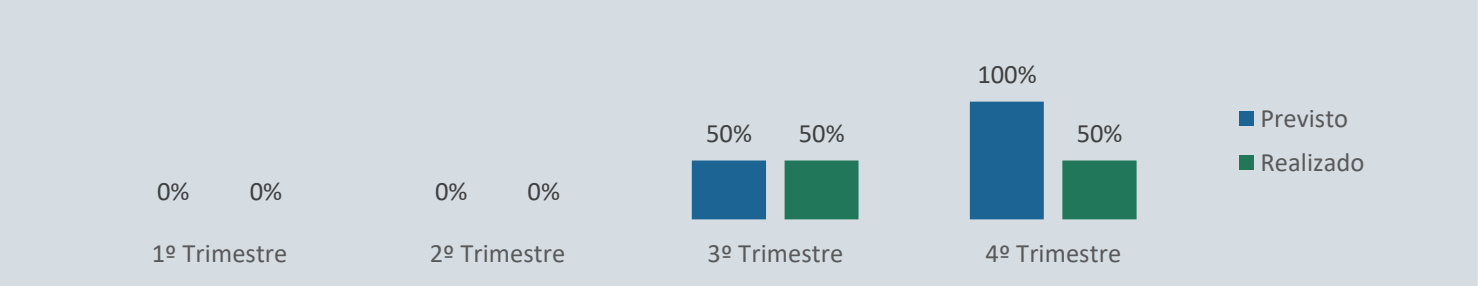
Avaliação do Projeto

O objetivo do projeto é revisar e regulamentar os procedimentos aplicáveis ao processo de negociação de programas ou projetos de interesse de órgãos públicos com apoio de financiamentos externos, assegurando maior celeridade, transparência e previsibilidade na implementação de projetos públicos relevantes. Concluída a etapa de elaboração e análise das propostas de aprimoramento, os trabalhos avançaram para a construção de um ato normativo destinado a disciplinar essas negociações e para o desenvolvimento de uma solução tecnológica voltada ao fortalecimento da execução do processo. A minuta de portaria que regulamenta a matéria já foi elaborada e debatida com os atores envolvidos. No momento, sua publicação depende apenas da atualização do regimento da Cofix e da conclusão do módulo do Portal de Financiamento Externo (PFE), ambos referenciados no texto normativo, com previsão de publicação no primeiro semestre de 2026.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P23 Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais (YBI)

Objetivo: proporcionar transparência, eficiência e facilidade de acesso às informações relativas aos pagamentos a organismos internacionais e simplificação dos processos de pagamentos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R28 - Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais elaborado.

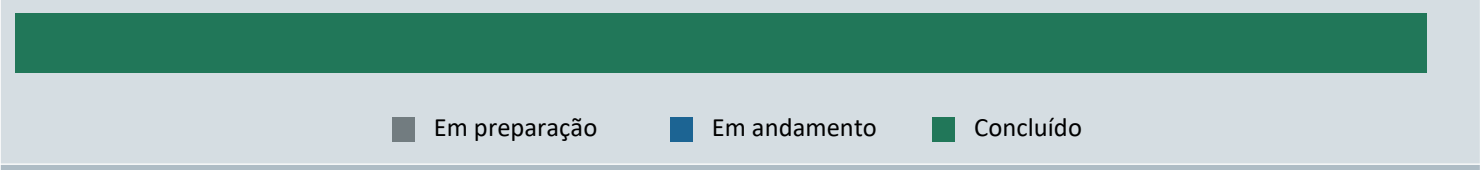
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [Ministério do Planejamento e Orçamento pagou R\\$ 245,3 milhões a Organismos Internacionais para o meio ambiente em 2025](#)
- >> [Pagamento de contribuições à Organização das Nações Unidas \(ONU\)](#)
- >> [MPO estabelece novo procedimento para análise da viabilidade orçamentária de associação a organismos internacionais](#)
- >> [Quitação de contribuições do Brasil a organismos internacionais](#)

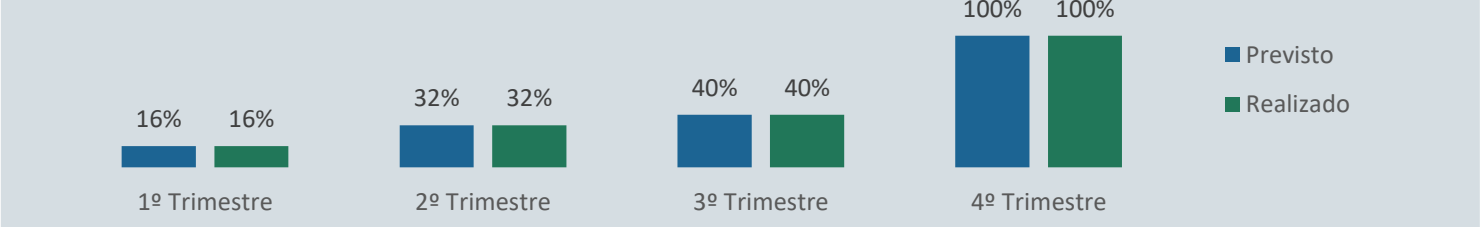
Avaliação do Projeto

O projeto YBI, voltado à modernização do fluxo de pagamentos a organismos internacionais, avançou de forma consistente ao longo do ano, especialmente na integração com sistemas estruturantes do governo, como o Sistema Integrado de Administração Financeira e o GOV.BR. Esse esforço fortalece a eficiência, a transparência e a centralização das informações relacionadas aos pagamentos internacionais. O módulo de pagamentos foi concluído com melhorias importantes, incluindo novos campos, ajustes de rótulos e aperfeiçoamento no tratamento de valores. Também foi automatizado o ofício bancário, com o preenchimento automático dos dados necessários ao processamento dos pagamentos. A API do SIAFI foi finalizada, permitindo a consulta de empenhos e saldos contábeis, além da emissão de notas de empenho, ordens de pagamento e documentos hábeis. O projeto avançou com ajustes de interface, finalização de componentes e adequações às exigências técnicas de infraestrutura. A página inicial recebeu aprimoramentos que tornaram a navegação mais intuitiva, como a inclusão de uma barra lateral. Para o ambiente interno, foram realizadas melhorias estruturais, incluindo a aplicação da sidebar nas páginas de solicitação e análise, a criação da funcionalidade de inserção de múltiplos débitos de exercícios anteriores e a conclusão dos relatórios de estimativas. O desenvolvimento dos painéis de Business Intelligence se tornou um dos principais marcos do projeto. O painel voltado ao cidadão, desenvolvido no Power BI pela equipe do MGI, foi concluído e integrado ao sistema, encontrando-se pronto para exibir dados reais assim que o YBI entrar em produção. Além disso, os painéis de BI, de uso interno e externo, e o módulo gerencial, já finalizados, ampliarão significativamente a capacidade do MPO de monitorar, gerir e subsidiar a tomada de decisões relacionadas aos pagamentos a organismos internacionais. A entrada em produção do YBI aguarda apenas a autorização do MGI, parceiro no projeto. Sua conclusão representa uma solução estratégica para o aprimoramento da gestão dos pagamentos a organismos internacionais, reforçando a cooperação institucional e o controle governamental sobre a execução financeira dos compromissos internacionais.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P24 Painel de Financiamentos Externos do Portal de Financiamento Externos

Objetivo: desenvolver um novo Painel de Financiamentos Externos para promover transparência, eficiência e facilidade de acesso às informações e estatísticas relacionadas a financiamentos externos de programas ou projetos de órgãos públicos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
	R29 - Painel de Financiamentos Externos, contendo dados e estatísticas sobre financiamentos externos, elaborado.	

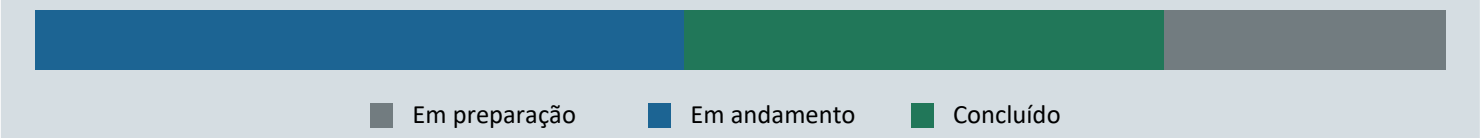
Notícias relacionadas ao Projeto

- [>> Cofix aprova mais de R\\$ 3,5 bilhões para 26 projetos de estados, municípios e órgãos federais](#)
- [>> MPO participa da reunião inicial da implementação de projeto financiado pelo FOCEM em Ponta Porã/MS](#)
- [>> MPO e Banco Mundial concluem Revisão da Carteira de Projetos no Brasil de 2025 com etapas em Brasília e Fortaleza](#)
- [>> Durante Reunião da Assembleia de Governadores, Fonplata aprova financiamento de US\\$ 100 milhões para projeto argentino](#)
- [>> Fonplata aprova financiamento de US\\$ 40 milhões para o Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Arapiraca](#)
- [>> Novo limite de R\\$ 2,4 bilhões para crédito externo da Cofix tem intensa procura, e valor é totalmente alocado para 4 operações](#)
- [>> Na segunda reunião do ano, Cofix aprova 22 projetos, somando US\\$ 3,7 bilhões em investimentos de estados e municípios e da União](#)

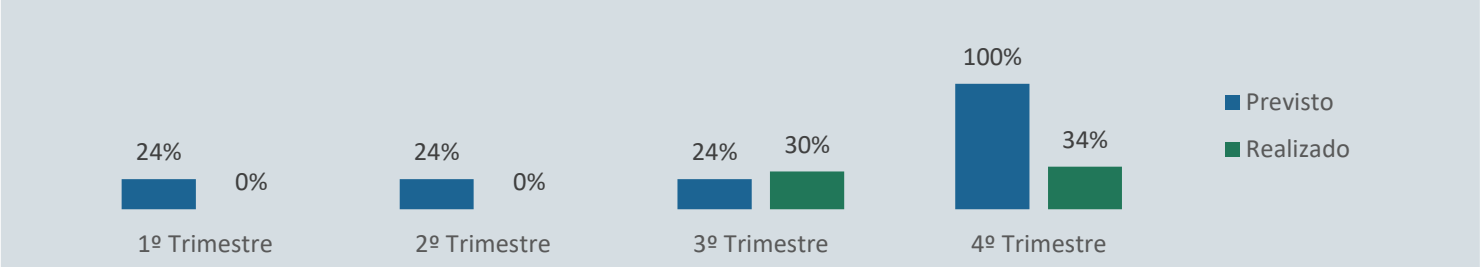
Avaliação do Projeto

O projeto tem como objetivo desenvolver um novo Painel de Financiamentos Externos para ampliar a transparência, a eficiência e a acessibilidade às informações sobre operações de crédito autorizadas pela Cofix. A iniciativa permitirá consolidar dados de forma estruturada, facilitando o monitoramento, a consulta e a disseminação de estatísticas sobre financiamentos concedidos por organismos internacionais a programas e projetos de órgãos públicos. Entre os benefícios esperados, destacam-se o fortalecimento da governança, maior previsibilidade e controle das operações e apoio estratégico à tomada de decisão. A etapa inicial do projeto concentrou-se no planejamento, com levantamentos de requisitos, definição de indicadores e identificação das ferramentas necessárias à captação e integração de diferentes bases de dados governamentais. Foram conduzidas reuniões com os parceiros institucionais para viabilizar o acesso aos sistemas SIGS e PFE, essenciais para o fluxo de informações que subsidiará o painel. Nesse período, também foram estabelecidos o cronograma, os marcos e os riscos do projeto. Com o avanço do planejamento, iniciou-se a estruturação da base de dados e o desenho da interface do painel, etapas que permanecem em andamento. Em dezembro, o projeto evoluiu com a disponibilização de uma versão preliminar do painel em ambiente de testes, submetida à validação por um grupo-piloto. Essa etapa foi fundamental para identificar inconsistências e promover ajustes nos processos de integração e carga de dados, bem como na validação das regras de transformação. O projeto terá continuidade em 2026, com a conclusão das etapas de modelagem e carga dos dados, aprimoramentos de visualização e navegação, validação final e entrega do painel.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P25 Construção da Proposta Brasileira para Mecanismo Financeiro do Acordo Internacional para Eliminar a Poluição por Plásticos

Objetivo: coordenar o posicionamento técnico do Brasil nas negociações para criação do mecanismo financeiro do acordo internacional para eliminar a poluição por plásticos e no seu processo de implementação. O projeto envolve a coordenação do grupo técnico interministerial para elaboração de proposta do Brasil e representação do Brasil em reuniões técnicas e rodadas negociadoras.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

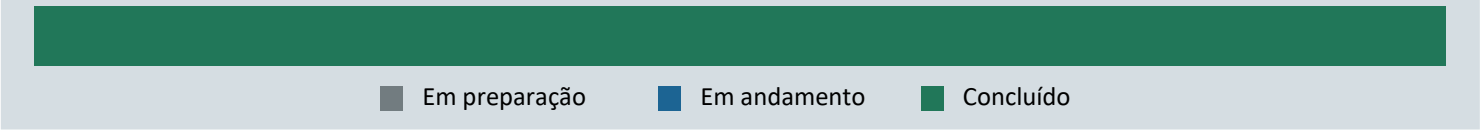
R30 - Elaborada uma proposta de artigos, para o mecanismo financeiro do acordo, bem como orientações para a negociação de aspectos técnicos e operacionais, visando assegurar aos países em desenvolvimento acesso adequado e efetivo aos recursos necessários para implementar o acordo.

Notícias relacionadas ao Projeto

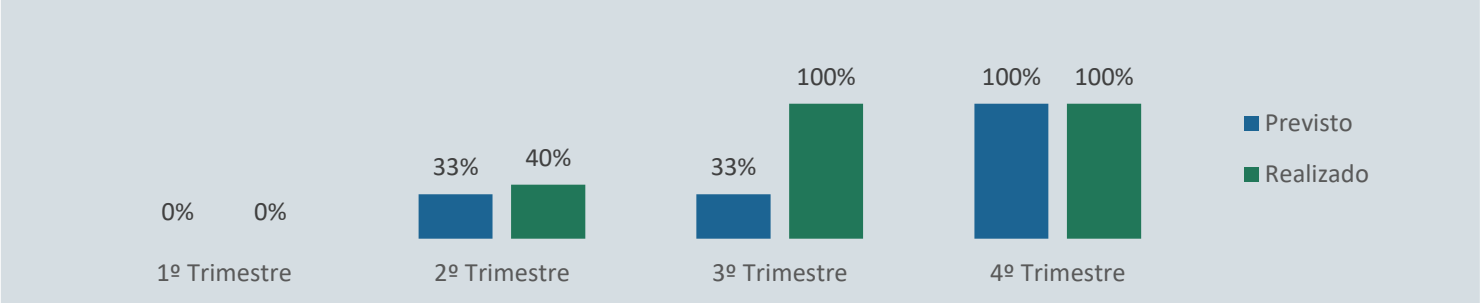
Avaliação do Projeto

O projeto buscou estruturar a coordenação do posicionamento técnico do Brasil nas negociações sobre o mecanismo financeiro do acordo internacional para eliminar a poluição por plásticos. Ao longo do período, o MPO liderou articulações interministeriais e participou de instâncias negociadoras internacionais, buscando assegurar que as regras de financiamento do acordo atendam às necessidades e capacidades do país. Foram realizadas pesquisas internas e diálogos com atores externos para subsidiar a construção da proposta brasileira. Entre as ações de destaque, o MPO coordenou a 7ª Reunião de Coordenação Interministerial, na qual os órgãos envolvidos avaliaram mudanças na conjuntura internacional desde a INC-5 e alinharam estratégias e próximos passos para as negociações. No âmbito internacional, o Ministério participou da Reunião de Consulta Regional do GRULAC, na Cidade do Panamá, realizada como preparação para a rodada negociadora INC-5.2, em Genebra. Nessas discussões, os países da América Latina e Caribe buscaram harmonizar posições para fortalecer sua atuação nas tratativas multilaterais. Durante a INC-5.2, em Genebra, o MPO prestou assessoria técnica à delegação brasileira em todas as sessões e reuniões bilaterais dedicadas ao mecanismo financeiro, realizando análise de propostas, revisão de textos e elaboração de argumentos para a negociação. Embora o processo não tenha sido concluído por divergências entre as partes e sem previsão de retomada no curto prazo, todas as entregas previstas no escopo do projeto foram cumpridas. Como resultado, foi alcançado o resultado-chave R30, com a elaboração da proposta brasileira para os artigos relativos ao mecanismo financeiro e a definição de orientações técnicas voltadas a garantir aos países em desenvolvimento acesso adequado e efetivo aos recursos necessários para a implementação do futuro acordo.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P26 Quadro Estratégico para a Relação do Brasil com Bancos Multilaterais de Desenvolvimento de Escopo Regional

Objetivo: fortalecer a coordenação da relação do Brasil com os BMD de escopo regional, por meio do desenvolvimento de um quadro estratégico para a atuação do Brasil junto aos BMD de escopo regional, incluindo o estabelecimento de princípios e diretrizes programáticos, o desenvolvimento de referenciais metodológicos para análise de desempenho e de impactos dos BMD e a construção de bases de informações.

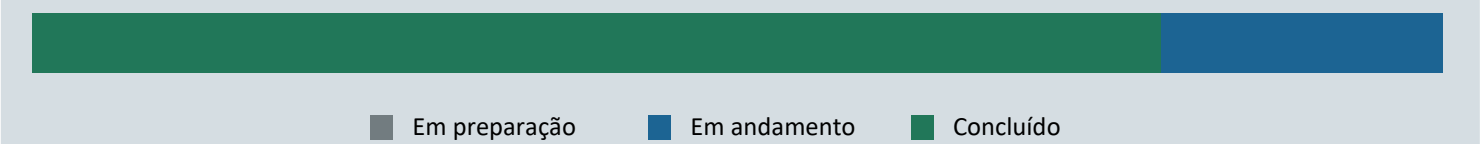
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R31 - Publicada portaria contendo os princípios e diretrizes que fundamentam a construção das posições brasileiras no âmbito dos BMD de escopo regional.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R32 - Desenvolvido um referencial metodológico para subsidiar as análises sobre o desempenho institucional e o impacto gerado pelos BMDs de escopo regional.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R33 - Criada uma base de dados com informações sobre o desempenho institucional dos BMDs de escopo regional.		

Notícias relacionadas ao Projeto

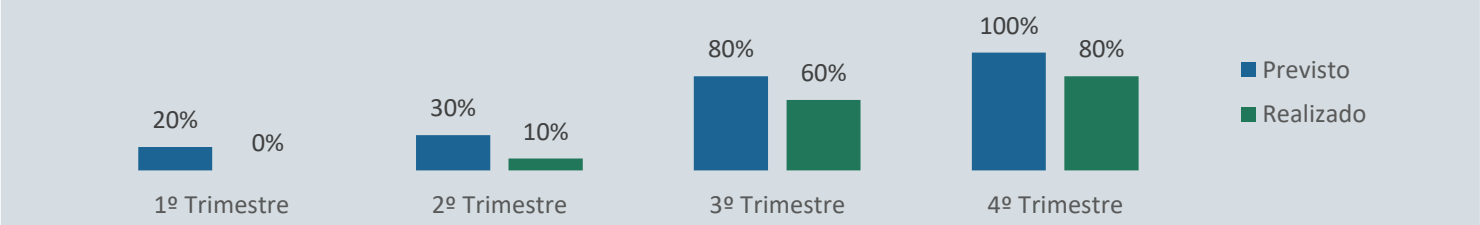
Avaliação do Projeto

A iniciativa prevê o desenvolvimento de um quadro estratégico com diretrizes programáticas, metodologias para análise de desempenho e impactos e a construção de bases de informação que ampliem a transparência e a consistência das orientações brasileiras nessas instituições. Entre os benefícios esperados estão o aprimoramento dos processos de formulação de posições institucionais e a criação de ferramentas voltadas a análises comparativas e à tomada de decisão estratégica, incluindo estudos, publicações e painéis de dados. Visando definir os Princípios e Diretrizes Estratégicas do Brasil que fundamentam a construção das posições brasileiras no âmbito dos BMD de escopo regional, foi publicada a [Portaria GM/MPO nº 443, de 6 de dezembro de 2024](#), que amplia a previsibilidade, a fundamentação e o alinhamento internacional dos posicionamentos do Brasil. Paralelamente, está em execução o versionamento, em inglês e espanhol, dos textos de fundamentação e da Portaria GM/MPO nº 443, de 6 de dezembro de 2024. No período, foi concluída a metodologia para análise de desempenho e impacto dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) regionais, bem como finalizada a etapa técnica de estruturação do protótipo da base de dados de desempenho institucional, que incorporou informações de governança estratégica extraídas de 12 relatórios financeiros anuais. O referencial metodológico foi concebido para orientar análises comparativas e padronizadas dos dados publicados e disponibilizados pelos BMDs regionais dos quais o Brasil é membro. Estruturado na forma de um dicionário de dados com hierarquia posicional, o referencial subsidia a construção de um modelo semântico de dados do projeto, a ser gradualmente evoluído, aperfeiçoado e alimentado ao longo de 2026. Os próximos passos incluem a revisão da taxonomia adotada e a criação da base de dados com informações disponibilizadas pelos BMDs regionais. O projeto terá continuidade em 2026 para a conclusão dessa etapa, resultado não alcançado no exercício de 2025.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P27 Presidência brasileira do Conselho de Governadores do Banco de Desenvolvimento do Caribe (2024-2025)

Objetivo: o projeto busca estruturar um conjunto de ações para subsidiar as decisões estratégicas do BDC durante o mandato brasileiro na presidência do Conselho de Governadores do banco entre junho de 2024 a junho de 2025. O projeto envolve o exercício da presidência da Assembleia de Governadores do Banco de Desenvolvimento do Caribe entre junho de 2024 a junho de 2025, culminando com a realização da Reunião Anual de Governadores, em Brasília, entre 09 e 12 de junho de 2025.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R34 - 55ª Reunião anual do BDC realizada

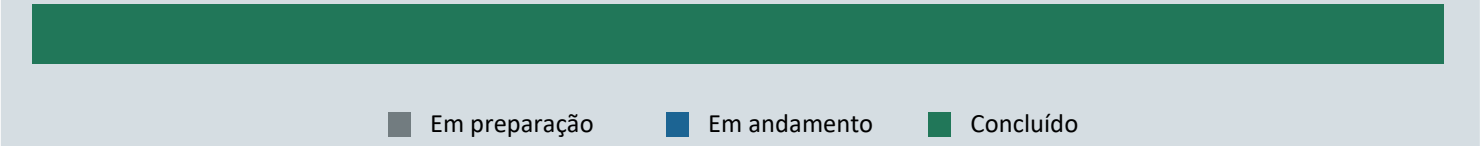
Notícias relacionadas ao Projeto

- [>> Brasil destaca a COP 30 como oportunidade para mobilizar ação climática em encontro com os países do Caribe](#)
- [>> 55ª Reunião Anual do Banco de Desenvolvimento do Caribe encerra debates sobre soluções conjuntas para questões estruturais dos países emergentes](#)
- [>> Presidente Lula anuncia aporte de US\\$ 5 milhões para o Banco de Desenvolvimento do Caribe para atender ações sociais](#)
- [>> Durante Reunião do Banco de Desenvolvimento do Caribe, Brasil promove debates sobre integração, resiliência climática e segurança alimentar](#)
- [>> Reunião do Banco de Desenvolvimento do Caribe começa em Brasília com debates sobre integração regional e desenvolvimento](#)

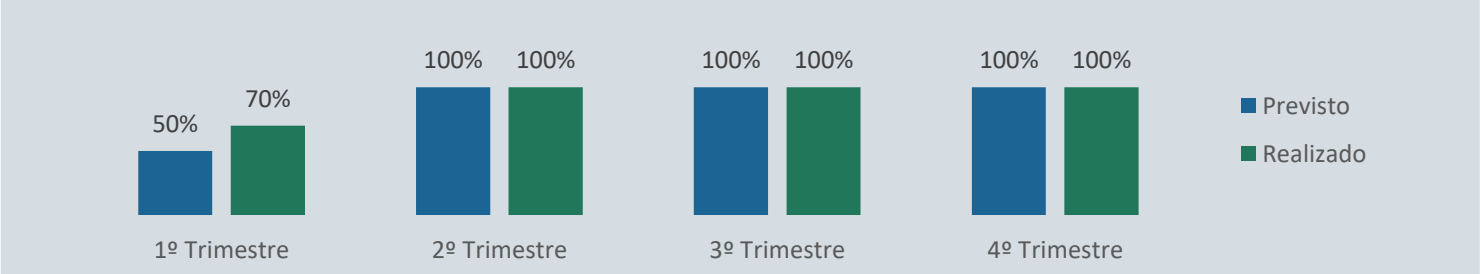
Avaliação do Projeto

O projeto desenvolvido no âmbito da presidência brasileira do Conselho de Governadores do Banco de Desenvolvimento do Caribe buscou orientar as decisões estratégicas da instituição entre junho de 2024 e junho de 2025, com foco no fortalecimento da integração regional e da cooperação entre países do sul global. Os preparativos avançaram dentro dos prazos, incluindo providências administrativas e ações previstas na revisão de governança do banco, como o chamamento internacional para consultorias. O objetivo central foi ampliar a atuação conjunta em temas como resiliência climática, administração de desastres naturais e dinamização de oportunidades econômicas e comerciais entre Brasil e Caribe. O foco do trabalho esteve na realização da 55ª Reunião Anual do Banco de Desenvolvimento do Caribe, que ocorreu no mês de junho em Brasília, sob o tema “Construindo o Futuro: Instituições Resilientes para um Caribe mais Verde, Forte e Inclusivo”. O encontro reuniu autoridades brasileiras e caribenhas em debates sobre desenvolvimento sustentável, inclusão social e fortalecimento institucional, além de painéis temáticos e reuniões técnicas. O Brasil anunciou aporte de US\$ 5 milhões ao Fundo de Desenvolvimento Especial do banco, reforçando o compromisso com a cooperação Sul-Sul e a resiliência climática. Com a conclusão de todas as entregas previstas e o êxito da reunião, o projeto alcançou integralmente o resultado-chave estabelecido.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P28 Presidência brasileira da Assembleia de Governadores do FONPLATA – Banco de Desenvolvimento (2024-2025)

Objetivo: conduzir as decisões estratégicas do FONPLATA durante o mandato brasileiro na presidência do Conselho de Governadores do Banco entre julho de 2024 a julho de 2025.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R35 - Elaborado um relatório preliminar com sugestões de mudança da estrutura administrativa do FONPLATA.

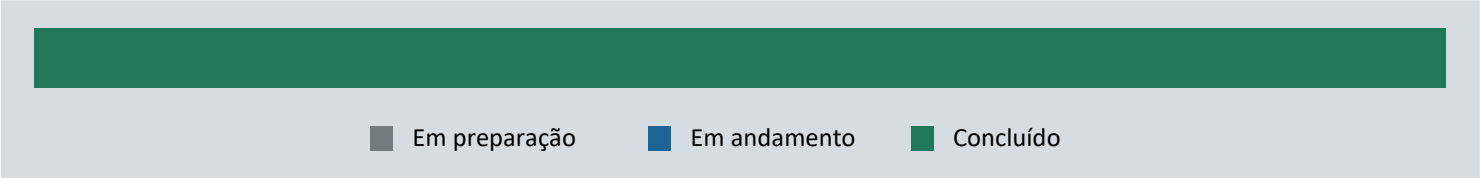
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [Directorio de FONPLATA aprueba nuevos proyectos en Bolivia y Brasil y avanza en su fortalecimiento institucional](#)
- >> [FONPLATA realiza 200ª reunião da Diretoria](#)
- >> [FONPLATA realiza primeira reunião do ano da Diretoria-Executiva na Argentina](#)

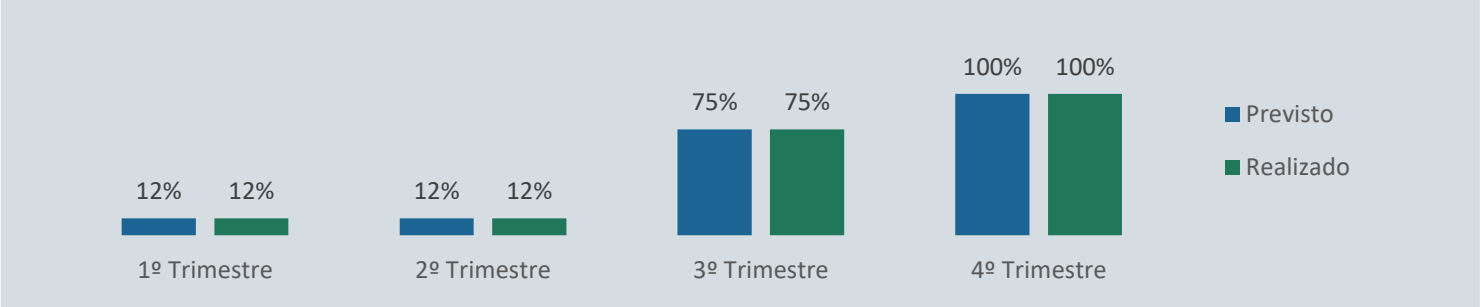
Avaliação do Projeto

O projeto desenvolvido durante a presidência brasileira no Conselho de Governadores do FONPLATA, entre julho de 2024 e julho de 2025, avançou de forma consistente na agenda de fortalecimento institucional e expansão da atuação do banco. No campo da modernização administrativa, foi concluído o processo de elaboração das recomendações para a reformulação da estrutura interna, incluindo mudanças organizacionais e aperfeiçoamento dos processos de gestão. Nesse contexto, a nova política de pessoal foi debatida e aprovada na 199ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, representando um marco relevante para a atualização das práticas de gestão de pessoas do banco. Outro eixo central do projeto tratou do aprimoramento da governança e da capacidade operacional do FONPLATA. A Comissão Executiva aprovou a proposta de integralização de capital em dez parcelas anuais entre 2027 e 2036 e autorizou a oferta de até 18,18% das ações a novos membros extrarregionais. As discussões também avançaram na elaboração das propostas de mudança da estrutura de governança, no regimento para a entrada de novos sócios e no processo de seleção dos Vice-Presidentes do Banco. No campo programático, o projeto deu continuidade à agenda de fortalecimento do desenvolvimento urbano sustentável em pequenos e médios municípios, com ênfase na expansão da atuação do FONPLATA para as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. O objetivo é fomentar investimentos de impacto local, promover a difusão de boas práticas junto a governos subnacionais e ampliar o alcance territorial do banco, garantindo que seus instrumentos de financiamento contribuam para reduzir desigualdades regionais e apoiar iniciativas de desenvolvimento urbano integrado. Com esses avanços, o projeto concluiu todas as entregas previstas para o período, contribuindo para a modernização institucional do banco e ampliando sua capacidade de apoiar o desenvolvimento em áreas prioritárias para o Brasil e para a região.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P40 Fundo Amazônia Sempre para Cidades e Infraestrutura Resiliente

Objetivo: desenvolver um mecanismo financeiro no âmbito do Programa Amazônia Sempre, concebido pelo BID em parceria com os países amazônicos, para complementar o financiamento externo de projetos na região, a partir de proposta do Brasil como atual presidente da Rede de Ministros Amazônicos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R51 - Fundo Amazônia Sempre criado.

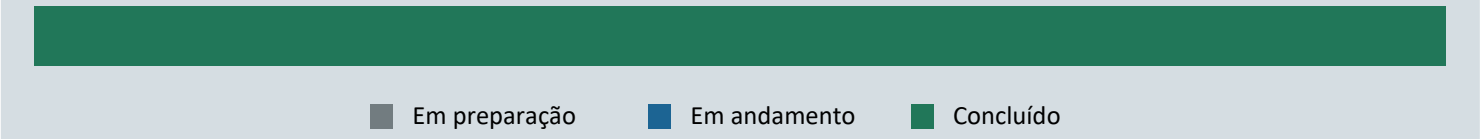
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [Países da Amazônia lançam fundo de US\\$ 1 bilhão para impulsionar infraestrutura resiliente e cidades sustentáveis](#)
- >> [Países amazônicos lançam instrumento para mobilizar US\\$ 1 bilhão para cidades e infraestrutura resilientes](#)
- >> [Países da Amazônia lançam instrumento de US\\$ 1 bilhão para Infraestrutura Resiliente e Cidades no âmbito do Programa Amazônia Sempre, do BID](#)

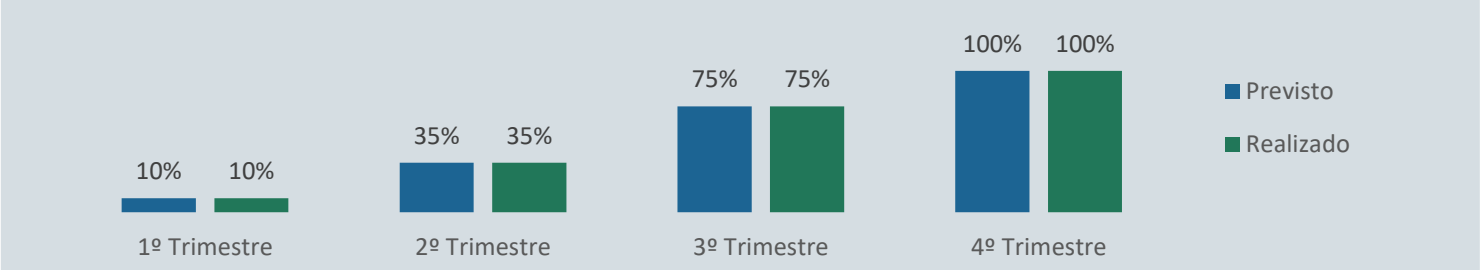
Avaliação do Projeto

O projeto do mecanismo financeiro no âmbito do Programa Amazônia Sempre surgiu com o objetivo de ampliar e diversificar as fontes de financiamento externo para projetos de desenvolvimento sustentável na região amazônica. Concebido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em parceria com os países amazônicos, o mecanismo buscou estruturar recursos de forma coordenada, eficiente e estratégica, alinhando prioridades regionais e internacionais. Ao longo de sua evolução, o projeto consolidou-se como uma ferramenta inovadora de integração financeira, permitindo que iniciativas socioambientais na Amazônia tivessem acesso a fundos adicionais e complementares. A Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil realizou o lançamento do instrumento na COP30, na qualidade de presidente da Rede de Ministros Amazônicos. A formalização ocorreu por meio de uma [declaração conjunta assinada pelos países-membros](#). A iniciativa reflete o fortalecimento da cooperação regional e o papel ativo do Brasil na articulação de políticas e instrumentos que promovam desenvolvimento sustentável, resiliência ambiental e integração dos países amazônicos no contexto global.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M06	Macroprocesso finalístico - Articulação e gestão da agenda de integração e desenvolvimento sul-americano
OE10	Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano
SEAI e SEAID	Secretaria de Articulação Institucional e Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P29 Rotas de Integração Sul-Americana

Objetivo: articular e gerir a agenda de integração e desenvolvimento sul-americano no que tange à infraestrutura física e digital. O projeto visa monitorar os projetos de integração sul-americana no Brasil e articular medidas para a sua implementação e gestão; receber demandas correlacionadas de Estados e Municípios fronteiriços; estabelecer interlocução com arranjos subnacionais e internacionais já constituídos; propor a interiorização das rotas de integração.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R36 - Incluídos os estados não fronteiriços e DF no projeto Rotas de Integração Sul-Americana.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R37 - Resolvidos 30% dos gargalos identificados junto aos Estados, Órgãos Federais, Representantes Internacionais, Bancos de Fomento e Desenvolvimento e Recintos Alfandegados, por meio da formalização de parcerias estratégicas.		

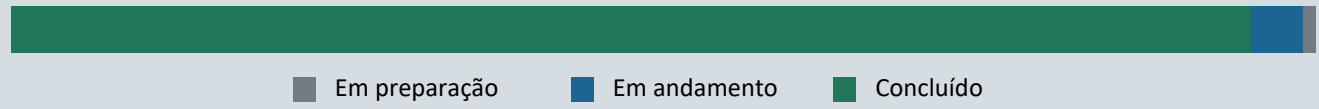
Notícias relacionadas ao Projeto

- [>> Projeto das Rotas de Integração Sul-Americana é apresentado em Universidade de Londres, na Inglaterra](#)
- [>> Tebet cumpre agenda na China para tratar de investimentos externos e integração América do Sul – Ásia através do Pacífico](#)
- [>> Tebet destaca benefícios da Rota Bioceânica de Capricórnio ao participar da Rodada de Negócios Brasil-Chile no MS](#)
- [>> Projeto da ferrovia Atlântico–Pacífico será legado desta gestão para a próxima, diz Tebet](#)
- [>> Negociações para projeto de ferrovia que conectará Ilhéus \(BA\) ao Porto de Chancay \(Peru\) avançam na missão do Brasil à China](#)

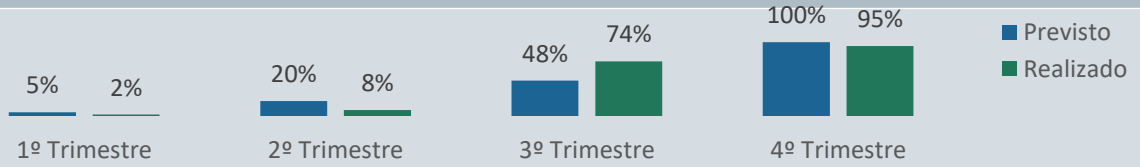
Avaliação do Projeto

O Projeto Rotas fortaleceu a articulação com estados, parceiros estratégicos, organismos internacionais e o setor privado. Desde o início, foram promovidas reuniões com autoridades estaduais para aprofundamento do planejamento, esforço que resultou na inclusão dos estados não fronteiriços e do Distrito Federal no Projeto, conforme previsto para o período, um dos resultados previstos para o período. As agendas internacionais incluíram tratativas com as embaixadas da Argentina, Peru e Chile para impulsionar iniciativas prioritárias de integração, bem como participação em debates da Rede de Infraestrutura e Transporte do Consenso de Brasília e do Corredor Rodoviário Bioceânico. Em fóruns internacionais, o MPO reforçou o alinhamento das ações às agendas globais, a exemplo da 18ª Reunião de Autoridades de Aviação Civil e da COP-30. Paralelamente, o projeto avançou nas tratativas para a consolidação da Rota Bioceânica de Capricórnio, corredor logístico que conectará os oceanos Atlântico e Pacífico por meio do Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. As obras brasileiras previstas no Novo PAC, entre elas a construção da ponte binacional entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, estão asseguradas com entregas realizadas em 2025 e previstas para 2026. A rota permitirá a ligação dos portos brasileiros de Santos, Paranaguá e Itajaí aos portos chilenos de Iquique, Mejillones e Antofagasta, com potencial de reduzir em até doze dias o tempo de trânsito de mercadorias destinadas à Ásia em comparação a rotas tradicionais, como o Canal do Panamá. Ainda no âmbito das rotas, foi concluída a entrega da Rota 2 (Amazônica) para a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30): em 6 de novembro, a Ministra Simone Tebet oficializou a conclusão da Rota 2 (Amazônica), em preparação para a COP, cuja abertura ocorreu em 10 de novembro. O Programa também avançou para uma fase de ampliação de parcerias estratégicas e diversificação da infraestrutura de transporte. Nesse contexto, foi firmado um Memorando de Entendimentos entre o Brasil e a China, envolvendo a Infra S.A. e o China Railway Economic and Planning Research Institute, para a realização de estudos sobre o sistema de transporte integrado nacional. A cooperação com a China complementa a parceria estabelecida entre o MPO e a Infra S.A., que prevê o mapeamento da infraestrutura existente, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias e terminais intermodais, e a análise das intervenções necessárias para viabilizar rotas estratégicas de integração entre o Brasil e os demais países da América do Sul. Para a conclusão do projeto, restam a realização da reunião inicial da Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul, a implementação da sala de situação e do observatório de acompanhamento das iniciativas de integração sul-americana, bem como o mapeamento de financiamentos para iniciativas de integração fora do Brasil.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



2. Desempenho da Gestão

PEI

Plano Estratégico Institucional

Perspectiva de Capacidades Institucionais



Capacidades Institucionais

As capacidades institucionais relacionam-se à necessidade de investir em recursos humanos, tecnologia, infraestrutura e cultura organizacional, para criar uma base sólida que apoie a execução dos processos finalísticos. São fundamentos básicos da governança, concebidos como seu sustentáculo no cumprimento da missão institucional.

OE 11	OE 12	OE 13	OE 14
Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas	Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
<ul style="list-style-type: none"> R38 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento das relações institucionais 	<ul style="list-style-type: none"> R39 - Alcançada a adesão de 45% dos servidores em ações de desenvolvimento e capacitação; e R40 - Realizado 01 levantamento de Saúde e Clima no MPO 	<ul style="list-style-type: none"> R41 - Publicado 1 normativo que estabelece a governança para contratações públicas no MPO, contemplando fluxos, responsabilidades e diretrizes para comunicação de boas práticas; R42 – Aumentada a eficiência do ciclo orçamentário com a automação da captação de 100% das estimativas de despesas para elaboração do PLDO, do PLOA e das avaliações bimestrais ou extemporâneas; R43 – Realizado 1 piloto de captação das estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais da União, referente aos Poderes Legislativo e Judiciário, para compor o Anexo V do PLOA 2026; R44 – Automatizada a geração de conteúdo a partir das informações captadas no piloto, para compor o Anexo V do PLOA 2026 R45 – Instituída a Estratégia de Dados e de Uso de IA, no âmbito da SOF; e R46 – Instituído o Núcleo de Inteligência de Dados e IA da SOF 	<ul style="list-style-type: none"> R47 – Elaborados, ao menos, 2 indicadores de impacto para medir o resultado relacionado ao macroprocesso de Gestão do Processo Orçamentário Federal; R48 - Elaborado o Plano de Gestão de Riscos do MPO, composto pelos 5 Planos de Tratamento encaminhados pelas unidades; R49 - Iniciado tratamento de 50% dos riscos priorizados nos Planos de Tratamento; e R50 – Executadas 70% das ações previstas no Plano de Integridade

Capacidades Institucionais

A perspectiva de Capacidades Institucionais compreende os recursos, estruturas e sistemas que sustentam a organização e que devem estimular, com ferramentas de apoio, uma cultura organizacional de inovação, aprendizagem contínua, excelência em governança e adaptação às transformações advindas do ambiente externo. Trata-se de uma dimensão especializada que alicerça a execução dos processos finalísticos e, conseqüentemente, constitui a base para consecução dos objetivos institucionais.

Essa perspectiva está representada no [Mapa Estratégico do MPO](#) por meio dos objetivos estratégicos 11, 12, 13 e 14, que almejam o fortalecimento das relações institucionais com as entidades vinculadas (Ipea e IBGE), o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas, a transformação digital de processos de trabalho e o aperfeiçoamento da governança institucional.

Dos resultados-chave previstos para 2025, associados às Capacidades Institucionais, oito foram alcançados, o que corresponde a 62% do total. Além disso, 83% das atividades previstas nos cronogramas dos projetos foram concluídas dentro do prazo. Alguns dos resultados que não haviam sido atingidos em 2025 foram incorporados ao planejamento de 2026, reforçando o compromisso do MPO com a entrega das metas assumidas.

A metodologia de gestão de projetos estratégicos do Ministério estabelece resultados-chave em ciclos anuais e prevê a revisão anual da carteira de projetos, o que garante metas atualizadas e alinhadas aos desafios e prioridades institucionais.

Este Capítulo 2 apresenta a evolução dos projetos estratégicos ao longo de 2025, os resultados-chave alcançados e outros acontecimentos relevantes que contribuíram para o fortalecimento dos objetivos estratégicos do MPO.

Dessa forma, o capítulo evidencia o esforço contínuo do Ministério para consolidar um modelo integrado de planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas, mais transparente, robusto e orientado a resultados, contribuindo para um desenvolvimento nacional cada vez mais sustentável e inclusivo.

“A perspectiva de “Capacidades Institucionais” compreende os ativos intangíveis da organização, o capital humano (habilidades, talento e conhecimento dos funcionários da organização), o capital informacional (banco de dados, sistemas de informação, redes e infraestrutura tecnológica) e o capital organizacional (cultura, liderança, grau de alinhamento dos funcionários com a estratégia e capacidade dos funcionários de compartilhar conhecimentos)”.

Destaques

OE 11

Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas.

26 lideranças do IBGE, IPEA e MPO são entrevistadas para subsidiar o diagnóstico

A escuta qualificada, no âmbito do projeto Pilar, permitiu captar percepções, identificar desafios e mapear oportunidades de sinergia, contribuindo para uma compreensão aprofundada das necessidades e expectativas das três instituições.

MPO promove workshop para alinhar expectativas

Projeto Pilar promoveu workshop com a participação de representantes do MPO, do IBGE e do IPEA, com o objetivo de alinhar expectativas e validar os achados do diagnóstico preliminar.

Projeto Pilar é apresentado na Semana de Inovação 2025

O Projeto Pilar foi apresentado na Semana de Inovação 2025, em painel dedicado à governança em redes colaborativas. A iniciativa destacou a importância da cooperação entre o MPO, o IBGE e o IPEA como estratégia para integrar capacidades e ampliar a efetividade das políticas públicas.

MPO e vinculadas terão plano de atuação conjunta em 2026

Em 2026, o MPO e suas vinculadas contarão com um plano de atuação conjunta, contemplando objetivos, projetos e resultados comuns. A iniciativa conta ainda com mecanismos de governança compartilhada e visa fortalecer a entrega de resultados de maior impacto para a sociedade.

Capacidades Institucionais

OE 11

Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas

Em 2025, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) deu um passo decisivo no fortalecimento de suas relações institucionais com as entidades vinculadas, Ipea e IBGE, por meio do Projeto Pilar (P30), esforço ancorado em uma estratégia de cooperação técnica, política e operacional que busca alinhar prioridades, integrar capacidades e institucionalizar canais de interlocução entre os órgãos. A iniciativa se dedicou a promover maior integração entre os três órgãos, estabelecendo diretrizes comuns e ampliando a eficiência institucional para entregar melhores resultados à sociedade. O ano foi marcado por avanços significativos em termos de articulação e aproximação entre os órgãos, o que coroa os esforços do Projeto Pilar como um marco para a cooperação interinstitucional no MPO.

O projeto teve início com a apresentação do planejamento do projeto à Secretaria-Executiva do MPO, que aprovou a proposta e autorizou o início da escuta dos principais stakeholders. As entrevistas estruturadas foram iniciadas com as lideranças do MPO e, em seguida, conduzidas com representantes do IPEA e IBGE. Após a conclusão da etapa de escuta estruturada, houve a aplicação de questionários. Nessa fase, os esforços se concentraram na sistematização das informações coletadas e na elaboração de um diagnóstico preliminar integrado. As etapas iniciais possibilitaram uma compreensão aprofundada das necessidades, expectativas e potenciais sinergias entre as instituições, um passo essencial para superar a fragmentação e a falta de integração estratégica entre os órgãos.

O terceiro trimestre foi marcado pela realização de um workshop com a participação do MPO, IPEA e IBGE, para apresentação dos achados e validação das recomendações propostas para atuação integrada. Na ocasião, foram debatidas as propostas de governança identificadas como possíveis eixos de sinergia, com a construção de uma agenda de trabalho comum às três instituições, a partir das informações coletadas no ciclo de entrevistas e questionários. O encontro promoveu alinhamento entre as lideranças, ao permitir a confrontação dos diagnósticos preliminares, a pactuação de entendimentos comuns e a definição de prioridades. Dado o grau de complexidade do projeto, envolvendo políticas de integração em pontos específicos de confluência e elevada escala de articulação, os resultados alcançados demonstram, de fato, importante engajamento institucional e evolução da maturidade relacional entre MPO, IBGE e Ipea.

Em outubro, durante a Semana de Inovação 2025, promovida pela Enap, a Secretaria-Executiva do MPO participou da mesa-redonda “Governança em Redes Colaborativas para Políticas Públicas Sustentáveis”, destacando a cooperação entre MPO, IBGE, Ipea e a Seplan. O painel abordou os desafios e oportunidades da atuação interinstitucional na gestão de políticas públicas ambientais, com ênfase no Projeto Pilar. Durante o debate, a Subsecretária de Administração e Gestão Estratégica, Lorena Férrer, destacou que a capacidade de atuação conjunta entre o Ministério e os órgãos vinculados representa uma atuação estratégica que converge esforços para entregas mais efetivas quanto ao impacto social. O debate reforçou a relevância das redes colaborativas como instrumento de governança pública moderna, capaz de integrar dados, evidências e capacidades institucionais para orientar decisões estratégicas.

A conclusão do Projeto Pilar, que atingiu 100% do seu cronograma, foi materializada pela elaboração do relatório final de diagnóstico integrado e recomendações conjuntas, intitulado “Implementação de uma Governança para Resultados para o Ministério do Planejamento e Orçamento”, aprovado pela Secretaria-Executiva.

Capacidades Institucionais

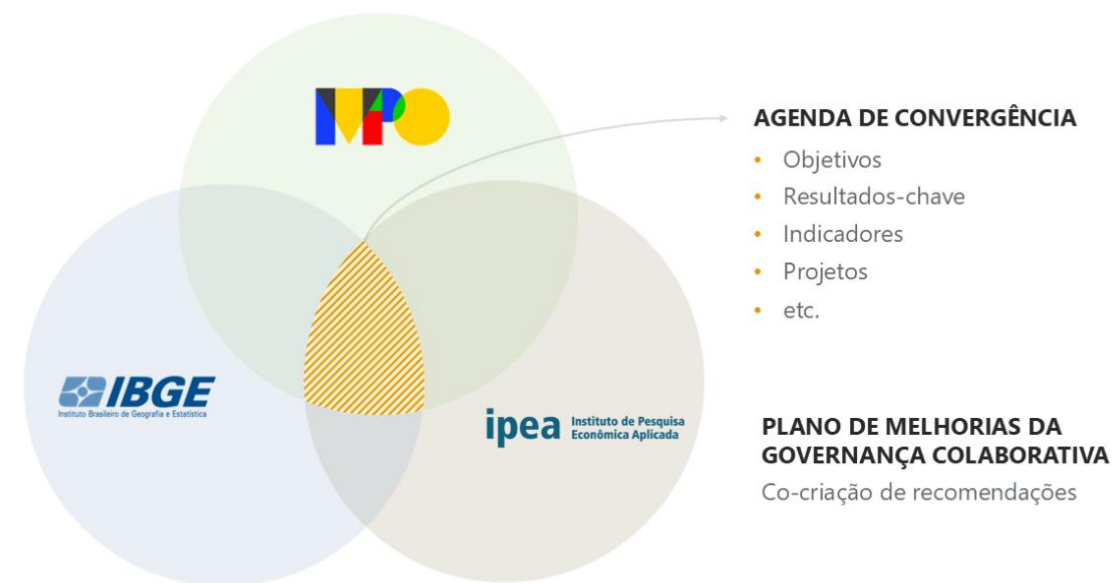
O documento formalizou a metodologia aplicada, uma análise integrada das propostas estratégicas e os próximos passos para a construção de uma agenda colaborativa entre as instituições, para o fortalecimento das relações institucionais, de forma contínua. A metodologia de monitoramento das iniciativas, baseada no Plano de Integração Interinstitucional (PIN), foi estabelecida para garantir que o plano compartilhado entre MPO, IBGE e Ipea fosse sustentado ao longo dos próximos ciclos. O PIN, integrado à Plataforma Veredas e alinhado ao modelo de Governança para Resultados, permitirá o acompanhamento contínuo das iniciativas de colaboração, garantindo que as recomendações sejam implementadas de forma estável e eficaz.

Ao final do exercício, o Projeto Pilar consolidou os projetos integrantes do PIN, com foco no alinhamento interinstitucional, na formalização de fluxos de trabalho e na definição de bases normativas e conceituais para o uso estratégico de dados e evidências. O P3 (Projeto Elo) concentrou-se no fortalecimento da coordenação entre MPO e Ipea, com a definição de protocolos para captação, priorização e previsibilidade das demandas de assessoramento técnico, alinhadas ao PPA e à Estratégia Brasil 2050. No P4 (Protocolo Unificado de Acesso e Uso de Microdados de Registro Administrativo), avançou-se na concepção de diretrizes para a governança e o uso compartilhado de microdados administrativos entre MPO, IBGE e Ipea, com ênfase na conformidade com a LGPD, na segurança jurídica e na previsibilidade institucional.

Em acréscimo, o P6 (Elaboração de Arcabouço Normativo para a Modernização da Produção de Estatísticas Oficiais) propõe atualizar os normativos que regem a produção de dados, abordando aspectos de governança, financiamento, integração de dados e segurança jurídica. O P7 (Uso de IA para Ampliar o Acesso Estratégico aos Dados Públicos do IBGE) visa aprimorar a definição conceitual para o uso de inteligência artificial no acesso estratégico aos dados públicos do IBGE, priorizando

Alinhamento de estratégias institucionais

As três instituições compartilham finalidades convergentes no ciclo de políticas públicas e podem implementar ações coordenadas, de forma duradoura.



Fonte: Projeto Pilar / MPO.

Capacidades Institucionais

a avaliação de viabilidade de soluções que ampliem a autonomia analítica do MPO e do Ipea. De forma integrada, os avanços do trimestre reforçam o caráter estruturante do Projeto Pilar no âmbito do Plano de Integração Interinstitucional, ao estabelecer bases sólidas para coordenação, normatização e inovação no uso qualificado de dados e evidências na gestão pública.

O Projeto Pilar lançou as bases para um novo ciclo de colaboração estratégica entre o MPO e suas vinculadas. Ao estabelecer diretrizes comuns e mecanismos de governança compartilhada, o projeto promoveu um ambiente perene de convergência institucional e atuação coordenada para a implementação de políticas públicas. Além disso, a iniciativa desenhou os pilares para ganhos de médio e longo prazos, como a otimização do uso de recursos técnicos e humanos, a integração de tecnologias e a construção de redes de relacionamento.

O Objetivo Estratégico 11, ao longo de 2025, consolidou as bases de sólidas relações interinstitucionais e criou as condições para um futuro mais colaborativo, em que o MPO, IPEA e IBGE possam atuar de forma integrada, com foco em resultados de maior vulto e benefícios para a sociedade. O Projeto Pilar tem em vista a modernização da gestão pública e o fortalecimento das capacidades institucionais necessárias para a produção de valor público.

R38 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento das relações institucionais. ✓

Destaques

OE 12

Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas

Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) para 2025 é publicado pelo MPO

O PDP 2025 foi publicado pelo MPO como instrumento central de governança para orientar a política de capacitação do Ministério, alinhando o desenvolvimento técnico, gerencial e socioemocional dos servidores às prioridades estratégicas institucionais.

MPO recebe novos Analistas Técnicos Administrativos e Economistas

Em 2025, o MPO recebeu novos Analistas Técnico-Administrativos e Economistas aprovados na primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 1), reforçando seus quadros com servidores oriundos de diferentes regiões do país.

A carreira de APO foi fortalecida com a entrada de novos servidores

A carreira de Analista de Planejamento e Orçamento (APO) foi fortalecida em 2025 com a posse de novos servidores aprovados no concurso público de 2024, ampliando um quadro estratégico para a formulação e o acompanhamento das políticas públicas federais.

Mais de 50% do quadro do MPO foi capacitado em 2025

Em 2025, o MPO avançou de forma significativa na qualificação de sua força de trabalho, com a capacitação de 306 servidores, o que correspondeu a 50,24% do quadro funcional do Ministério, superando as metas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional.

Capacidades Institucionais

OE 12

Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas

O Objetivo Estratégico 12 integra o planejamento do MPO ao reconhecer que ambientes de trabalho saudáveis fortalecem as capacidades institucionais e qualificam as entregas à sociedade. Por meio dos Projetos Pérola e MPO de Corpo e Alma, o Ministério promove o bem-estar, o desenvolvimento das pessoas e a construção de ambientes organizacionais mais éticos, inclusivos e sustentáveis, com impactos diretos sobre o cumprimento da missão institucional.

No eixo do desenvolvimento de pessoas, o Projeto Pérola teve papel central na consolidação de uma política institucional de capacitação alinhada às prioridades estratégicas do MPO. No primeiro trimestre, destacou-se a publicação do [Plano de Desenvolvimento de Pessoas \(PDP\) para 2025](#), amplamente divulgado às unidades do Ministério, a partir do levantamento sistemático das necessidades de capacitação encaminhadas pelas secretarias. O PDP consolidou-se como importante instrumento de governança, em consonância com a [Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas \(PNDP\)](#), o [Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019](#), e a [Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021](#), orientando a formação técnica, comportamental e socioemocional dos servidores e fortalecendo o alinhamento entre competências individuais e objetivos organizacionais.

Como desdobramento do PDP, o Projeto Pérola promoveu ações relevantes de capacitação, com destaque para a participação de servidores do MPO no Congresso Nacional de Gestão de Pessoas (CONARH 2025), realizado em agosto, em São Paulo, evento de referência na América Latina em gestão de pessoas e desenvolvimento humano. Também se destacaram cursos voltados ao fortalecimento das habilidades de liderança, como Liderança Transformadora e Negociação de Conflitos: Aprenda a Negociar como os Executivos de Harvard, voltados ao desenvolvimento de competências essenciais ao ambiente institucional.

Ao todo, foram capacitados 306 servidores, correspondendo a 50,24% da força de trabalho do MPO, desempenho que superou as metas estabelecidas e reafirmou o compromisso institucional com a formação contínua e o fortalecimento das capacidades técnicas das equipes.

O segundo trimestre foi marcado pela chegada de novos servidores aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) para os cargos de [Economista e Analista Técnico-Administrativo](#). Após a posse, realizada conforme a [Portaria GM/MPO nº 168, de 12 de maio de 2025](#), os novos servidores participaram da Semana de Acolhimento, que contribuiu para a integração institucional e o fortalecimento do sentimento de pertencimento.

O MPO também realizou concurso específico para a carreira de Analista de Planejamento e Orçamento (APO), típica do Ministério e integrante do ciclo de gestão governamental. A carreira, gerida pelo MPO como órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal (SIPOF), instituído pela Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, teve seus novos servidores nomeados pela [Portaria GM/MPO nº 172, de 12 de maio de 2025](#), após a conclusão do curso de formação. A cerimônia de posse, conduzida pela Ministra Simone Tebet, reforçou o compromisso institucional com a integração entre planejamento, orçamento e responsabilidade social da função pública.

O Projeto MPO de Corpo e Alma, voltado ao fortalecimento da saúde física, emocional e relacional dos servidores, consolidou, ao longo de 2025, uma agenda abrangente de ações de qualidade de vida no trabalho, estruturada em três eixos: promoção da saúde e prevenção de agravos; integração sociocultural; e valorização e reconhecimento. As iniciativas contribuíram para a melhoria do clima organizacional, o fortalecimento dos vínculos coletivos e a construção de um ambiente mais participativo e engajado.

No âmbito do programa Vida 360, foram promovidos encontros contínuos entre servidores e especialistas das áreas de cultura, educação, saúde e bem-estar. No primeiro semestre, destacaram-se as atividades *Mulheres que Transformam*, *Cultura Antitóxica: o Caminho para o Bem-Estar* e *A Sabedoria da Transformação: o Futuro Começa Agora*.

Capacidades Institucionais

No segundo semestre, os encontros Plenitude, Ansiedade, Educação e Propósito e Inteligência Emocional e Resolução de Conflitos reforçaram a centralidade da saúde mental, do equilíbrio emocional e do bem-estar no ambiente de trabalho.

Outras frentes incluíram ações comemorativas do Dia Internacional da Mulher, do Dia das Mães e do Dia dos Pais, Encontros de Meditação e Práticas Corporais, a II Corrida ColaboraGov e a circulação da Estante do Saber, além das ações do Setembro Amarelo, realizadas em parceria com o ColaboraGov, que envolveram 96 servidores e colaboradores.

As ações de promoção à saúde contemplaram ainda campanhas de vacinação contra H1N1 e H3N2, que imunizaram 419 servidores e colaboradores, superando a meta prevista, bem como a realização de exames periódicos de saúde ocupacional, com coleta realizada até julho. As iniciativas foram orientadas por levantamento de Saúde, Clima e Qualidade de Vida no Trabalho, cujos resultados evidenciaram elevado interesse dos servidores e subsidiaram a formulação das estratégias adotadas.

Dessa forma, o Objetivo Estratégico 12 consolidou-se como eixo relevante da estratégia institucional do MPO, ao afirmar o desenvolvimento humano e o bem-estar dos servidores como elementos centrais para o fortalecimento do Estado e para a construção de uma gestão pública moderna, sustentável e centrada em pessoas.

R39 - Alcançada a adesão de 45% dos servidores em ações de desenvolvimento e capacitação ✓

R40 - Realizado 01 levantamento de Saúde e Clima no MPO ✓



Posse dos novos Analistas de Planejamento e Orçamento (MPO, 2025)

Destaques

OE 13

Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital

Ministério lança o portal MPO Transparente, que centraliza informações sobre sua atuação

O portal amplia de forma significativa a transparência ativa e o acesso cidadão a dados orçamentários, de planejamento e de avaliação de políticas públicas, com institucionalização da política de transparência por meio de normativo específico.

MPO moderniza o processo de avaliação do cumprimento de regras fiscais

A automação, integração ao SIOP e uso de BI resultou em maior eficiência, rastreabilidade e qualidade das análises fiscais e na elaboração do PLOA com marco orçamentário de médio prazo.

Solução digital para captação das Autorizações Específicas para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais é implementada

A solução permite expressiva redução da carga operacional e maior padronização e automação do processo de elaboração do Anexo V do PLOA, alcançando resultados concretos já no piloto do PLOA 2026.

SOF avança na implementação da sua estratégia de dados e IA

O desenho da estratégia contemplou o diagnóstico de maturidade, formulação estratégica, incorporação de referências internacionais e fortalecimento da capacidade institucional, incluindo a criação e atuação do Núcleo de Inteligência de Dados e IA.

Capacidades Institucionais

OE 13

Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital

O Objetivo Estratégico 13 do PEI 2024–2027 visa a modernização administrativa por meio da simplificação de fluxos e da incorporação de soluções digitais, com foco na eficiência, na segurança da informação e na melhoria contínua dos processos de trabalho. A estruturação desse eixo de atuação compõe-se de quatro projetos estratégicos, vinculados à governança das contratações, à modernização dos instrumentos orçamentários e à institucionalização da gestão de dados e inteligência artificial. Ao longo do exercício, houve avanços concretos e integrados que fortaleceram a capacidade institucional do MPO.

No eixo de contratações públicas, o P33 – Contratações +Simples consolidou orientações e diretrizes para a atuação dos gestores e fiscais de contrato, com ênfase no princípio da segregação de funções. A veiculação do Ofício Circular SEI nº 106/2025/MPO, no âmbito do Ministério, representou um passo importante para a padronização de procedimentos e para a disseminação de boas práticas, oferecendo suporte técnico às unidades. No segundo semestre, a governança dos processos de contratação evoluiu para uma estrutura sólida, com o desenvolvimento e a validação dos fluxos de dispensa, inexigibilidade e adesão a atas de registro de preços, além de fiscalização contratual, em conformidade com a nova legislação de licitações e contratos.

Uma minuta de normativo sobre competências e responsabilidades nas contratações foi proposta pelas equipes e está em estudo na Secretaria-Executiva. A revisão e publicação do normativo, resultado-chave desse processo, consolidará, oportunamente, a estrutura da governança de contratações no MPO.

Os fluxos elaborados para contratações no âmbito do Ministério observam as diretrizes da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), as disposições constantes do [Referencial Básico de Governança Organizacional](#), as recomendações do TCU e as [orientações gerais da OCDE para contratações públicas](#).

Quanto à metodologia, observam-se os preceitos constantes [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021](#), da [Instrução Normativa nº 58, de 8 de agosto de 2022](#) e da [Instrução Normativa nº 81, de 25 de novembro de 2022](#), que tratam, respectivamente, da pesquisa de preços, do Estudo Técnico Preliminar (ETP Digital) e do Termo de Referência Digital (TR Digital). O P33 materializou as diretrizes para o aumento da segurança jurídica, a previsibilidade dos fluxos, o melhor compartilhamento de esforços e o fortalecimento da governança institucional das contratações. O público beneficiário – as unidades requisitantes do MPO – passa a contar com orientações mais claras, fluxos definidos e ferramentas de suporte à conformidade.

No campo da transformação digital, o MPO alcançou destaque com o lançamento do [Portal "MPO Transparente"](#), lançado em 1º de abril de 2025 para consolidar e disponibilizar, de forma acessível, dados e informações sobre as principais áreas de atuação do Ministério. O portal reúne painéis e conteúdos sobre execução orçamentária, planejamento governamental (incluindo o Plano Plurianual e a Estratégia Brasil 2050), financiamentos externos, avaliação de políticas públicas, subsídios da União, precatórios, além de ferramentas como o Orçamento em Números, a publicação Orçamento Cidadão e o Painel do Orçamento Federal. Concebido como um portal dinâmico, a plataforma permite que mais informações e dados sejam acrescentados ao longo do tempo, ampliando o acesso cidadão ao acompanhamento das ações, decisões e números públicos relativos ao MPO.

No segundo semestre, foi ampliada a transparência de dados orçamentários, com destaque para a [disponibilização dos dados de despesas em linguagem Python](#), permitindo maior transparência, reprodutibilidade e automação nas análises de execução orçamentária. A [Portaria GM/MPO nº 61, de 26 de março de 2025](#), que institui a Política de Transparência Ativa e Acesso à Informação e cria o Subcomitê MPO Transparente, consolida a atuação do Ministério na promoção da transparência ativa, em linguagem acessível e de fácil compreensão.

Capacidades Institucionais

O P34 – Modernização do processo de avaliação do cumprimento de regras fiscais foi integralmente concluído no exercício, alcançando 100% de execução em novembro. A [Portaria SOF/MPO nº 4, de 17 de janeiro de 2025](#), instituiu procedimentos para a inserção de estimativas e reestimativas de despesas obrigatórias da União, referentes ao exercício de 2026, no âmbito da elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 e do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026. O Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP foi adaptado para recepcionar as informações dos órgãos coordenadores das entregas indicados na Matriz de Responsabilidades aprovada pela Junta de Execução Orçamentária (JEO).

Com a disponibilização do módulo de captação da Necessidade de Financiamento do Governo Central (NFGC) no SIOP, o processo de avaliação do cumprimento das regras fiscais foi aperfeiçoado. O novo modelo, ao permitir a automação da coleta e a integração com o BI-SIOP, viabiliza análises mais qualificadas e apoia a tomada de decisão. O projeto representa um marco na transformação digital e na eficiência do processo de elaboração e acompanhamento das regras fiscais no âmbito da SOF, conferindo maior segurança, rastreabilidade e agilidade às análises necessárias à condução do ciclo orçamentário federal.

Em 2025, [o PLOA enviado ao Congresso Nacional foi o primeiro a apresentar o marco orçamentário de médio prazo em sua forma completa](#), com projeção também para os exercícios de 2027 a 2029. Esse novo modelo amplia a discussão sobre os desafios fiscais e de políticas públicas, ao antecipar os cenários para os gestores e a sociedade. A transformação digital no processo de avaliação de conformidade no cumprimento das regras fiscais, de que trata o P34, contribui diretamente para o refinamento da peça orçamentária, com um salto de qualidade que permite maior aproximação dos cenários macrofiscais. “A responsabilidade fiscal é exatamente para garantir justiça social. É para isso que nós estamos aqui”, disse a Ministra Simone Tebet na abertura do [Seminário de Revisão de Gastos: Aprimorando a Gestão Fiscal para Economias mais Resilientes](#), ocorrido em setembro.

O Projeto P35 – Modernização do processo de autorizações específicas para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais foi concluído integralmente em novembro de 2025, alcançando 100% das entregas previstas para o exercício. A iniciativa teve como foco a padronização e sistematização da coleta de dados acerca das estimativas de despesas que compõem o Anexo V do PLOA, conforme previsto no inciso II do § 1º do art. 169 da [Constituição Federal](#), por meio de um novo módulo específico do SIOP, destinado a automatizar o processo de elaboração. O processo anterior de captação de estimativas de despesas, caracterizado por elevada carga operacional, foi gradualmente substituído por uma plataforma consistente e segura.

De julho a agosto, [um piloto do processo de captação automatizada](#) das informações para o PLOA 2026 foi empreendido pela SOF, com as unidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União, e finalizado dentro do prazo estabelecido pela [Portaria SOF/MPO nº 134, de 22 de maio de 2025](#). Como resultados, destacam-se: 74% das unidades externas participantes da captação automatizada; redução de 78% no uso de planilhas eletrônicas; 85% das linhas de autorizações específicas geradas automaticamente; e 28% do montante total processado de forma informatizada. Além de mitigar erros operacionais e otimizar o tempo de trabalho e a produtividade dos resultados, o novo módulo manterá o registro histórico dos dados inseridos e dos processos dos anos anteriores. Para o PLOA 2027, a previsão é de que o projeto alcance toda a Esplanada.

O Projeto P36 – Estratégia de Dados e de Uso de Inteligência Artificial da SOF completou a carteira estratégica de projetos do MPO para modernização dos processos de trabalho da SOF envolvendo captação de dados orçamentários. A iniciativa buscou consolidar uma estrutura de governança e inovação com uso de inteligência artificial para maior precisão da atuação do Estado, aumento da produtividade e maior celeridade na fundamentação das decisões de governo, com alinhamento às diretrizes da [Estratégia Federal de Governo Digital \(EFGD 2024-2027\)](#) e da [Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial \(EBIA\)](#).

Capacidades Institucionais

O projeto se mantém em conformidade com a Lei de Acesso à Informação ([Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#)), o Marco Civil da Internet ([Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014](#)) e a Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#)).

Ao longo de 2025, o projeto avançou de forma consistente na construção dos elementos que fundamentam a Estratégia de Dados e IA da SOF, contemplando as etapas de diagnóstico, formulação estratégica e estruturação institucional. O diagnóstico de maturidade foi conduzido com foco nas equipes que atuam na gestão e uso de dados, complementado por estudos de casos de uso de IA no setor público, com destaque para experiências internacionais de países como Reino Unido, Canadá, Indonésia e Espanha. Foi também revisado o framework de diagnóstico de maturidade em gestão de dados, base para ações de capacitação, estruturação de núcleos especializados e proposição de melhorias nos processos orçamentários, com foco na automação, segurança e análise orientada por dados. No segundo semestre, foi realizada a avaliação do framework NIST AI Risk Management Framework (AI RMF), referência internacional para gestão de riscos de IA, com o objetivo de incorporar seus critérios à pesquisa de levantamento de dados que subsidiará a estratégia de adoção de IA pela SOF.

A etapa de formulação estratégica contou com reuniões com a alta direção, que permitiram consolidar as ambições da Secretaria e estabelecer prioridades para 2026, incluindo diretrizes para novos produtos analíticos, aprimoramento da governança de dados e incorporação de soluções de IA generativa em atividades de maior potencial de ganho de eficiência. Informações críticas, por envolverem processos sensíveis e riscos de segurança, não foram publicizadas, mas subsidiaram projetos estruturantes como o SIOP Analytics e a Plataforma SOF.ia. A minuta da Estratégia de Dados e IA encontra-se em fase final de avaliação, com previsão de publicação no primeiro trimestre de 2026, consolidando as diretrizes que orientarão a atuação da SOF no tema.

A estruturação do Núcleo de Inteligência de Dados e IA foi reforçada com a chegada de novos Analistas de Planejamento e Orçamento, especializados em ciência de dados, aprovados no concurso mais recente. Com a equipe formada, o Núcleo iniciou seus primeiros projetos, voltados à implantação da estrutura de governança de dados e IA, à modernização do catálogo de dados da Secretaria, à ampliação da capacidade de produção de visualizações analíticas e à modernização de processos de trabalho com uso de agentes de IA generativa, com impactos diretos na eficiência operacional, na segurança das informações, na transparência dos dados orçamentários e no fortalecimento da cultura de inovação.

Os esforços empreendidos resultaram no alcance dos seguintes resultados-chave previstos no Plano Estratégico Institucional do Ministério do Planejamento e Orçamento:

R42 - Aumentada a eficiência do ciclo orçamentário com a automação da captação de 100% das estimativas de despesas para elaboração do PLDO, do PLOA e das avaliações bimestrais ou extemporâneas ✓

R43 - Realizado 1 piloto de captação das estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais da União, referente aos Poderes Legislativo e Judiciário, para compor o Anexo V do PLOA 2026. ✓

R44 - Automatizada a geração de conteúdo a partir das informações captadas no piloto, para compor o Anexo V do PLOA 2026 ✓

R46 - Instituído o Núcleo de Inteligência de Dados e IA da SOF ✓

Destaques

OE 14

Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional

CGU seleciona Relatório de Gestão da Ouvidoria do MPO como modelo

A CGU selecionou o Relatório de Gestão 2023 da Ouvidoria do MPO como modelo de referência para outras ouvidorias federais, reconhecendo a qualidade técnica e a clareza do documento.

Ministério é reconhecido no Prêmio Agilidade Brasil 2025

O MPO foi reconhecido no Prêmio Agilidade Brasil 2025, na categoria Órgãos Federais, pelo case “PDCA Ágil e Transparente: Ciclos Curtos para uma Gestão Responsiva”. A premiação reforça o compromisso do MPO com uma governança moderna e responsiva.

Plano de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação é lançado

A iniciativa estabelece diretrizes para a prevenção de práticas abusivas, o acolhimento e a proteção das vítimas, o tratamento adequado das denúncias e o fortalecimento de uma cultura organizacional baseada na ética, no respeito e na valorização das pessoas.

MPO é agraciado com o Prêmio ColaboraGov 2025 com a Plataforma Nexa

A iniciativa foi reconhecida por aprimorar a gestão das estruturas organizacionais, ao integrar visualização de organogramas, acompanhamento da alocação de cargos e geração automatizada de informações, fortalecendo a transparência e a tomada de decisão no âmbito do governo federal.

Capacidades Institucionais

OE 14

Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional

Uma governança institucional madura e consistente resulta de processos de trabalho bem estruturados e da experiência acumulada ao longo do tempo. O Objetivo Estratégico 14 evidencia esse percurso no MPO, ao demonstrar a evolução desde a construção das bases metodológicas até uma governança mais sólida, traduzida em entregas e avanços antes previstos apenas no planejamento.

Inspirado no conceito de *Value Management Office* (VMO), o Projeto P37 – Laboratório de Entrega de Valor (LEV) propôs-se a desenvolver indicadores de impacto capazes de mensurar o alcance do valor público diretamente associado à atuação da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), unidade piloto da iniciativa.

A mensuração da entrega de valor público tem como finalidade avaliar o alinhamento das iniciativas aos resultados esperados pela sociedade e pelo governo, bem como verificar se promovem, de fato, mudanças positivas na realidade social, com a geração de benefícios considerados relevantes pela população.

Após a fase inicial de sensibilização e alinhamento conceitual, realizada por meio de reuniões entre representantes da SOF e da Secretaria-Executiva, foram promovidas oficinas técnicas que aprofundaram o debate sobre um orçamento federal fiscalmente equilibrado, inclusivo e transparente — valor público idealizado na Cadeia de Valor do MPO — com vistas à definição de indicadores capazes de mensurar resultados e impactos decorrentes da atuação da SOF.

Nessas discussões, abordaram-se temas como transparência orçamentária, inclusão nas políticas públicas e equilíbrio fiscal, com o objetivo de revisitar a atuação do MPO e situar produtos, resultados e impactos sob uma lógica de efetividade. A questão central que orientou os debates foi: o que a SOF entrega à sociedade e como essas entregas podem ser mensuradas?

O estudo das três dimensões estruturantes — transparência, inclusão e equilíbrio — possibilitou a formulação de indicadores e recomendações voltados ao aprimoramento do desenho do portfólio de produtos e serviços, fortalecendo a capacidade de entrega e potencializando impactos positivos na realidade social e econômica do país.

Como etapa futura, o projeto prevê a elaboração da primeira versão do Observatório do MPO, com o objetivo de ampliar a transparência e disponibilizar, de forma clara e contínua, painéis de dados que evidenciem os impactos da atuação da SOF na realidade econômica e social do País.

No âmbito do controle interno, o P38 – Gestão de Riscos do MPO e o P39 - Plano de Integridade MPO trilharam, em conjunto, a importante missão de prevenir a ocorrência de eventos que pudessem infligir impactos negativos aos processos organizacionais e, ao mesmo tempo, buscaram afastar do ambiente institucional condutas indesejáveis por parte de seus agentes.

A gestão de riscos, com foco na análise preditiva, apresentou seu planejamento no início no ano ao Subcomitê de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (SRTCI), consolidando diretrizes e ações para aprimorar o processo de gerenciamento. Em maio, foram encaminhados ofícios às subsecretarias do Ministério com vistas ao monitoramento das informações sobre o tratamento dos riscos identificados nos planos elaborados em 2024 e 2025.

Os planos de tratamento de riscos contemplam as medidas de mitigação dos riscos previamente identificados, ou seja, as ações a serem implementadas para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos indesejados. Esse tratamento antecipado fortalece a execução de processos e projetos, contribuindo para entregas mais consistentes e efetivas.

Como iniciativa para fortalecer a integridade organizacional, o MPO lançou o [Plano de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação](#), em conformidade com o

Capacidades Institucionais

Programa Federal instituído pelo [Decreto nº 12.122, de 30 de julho de 2024](#). O plano busca prevenir práticas abusivas, promover uma cultura organizacional mais humanizada, assegurar acolhimento e escuta às vítimas, garantir sigilo e proteção a denunciante, evitar a revitimização e fortalecer a integração entre o Ministério e suas entidades vinculadas.

O [Relatório de Monitoramento do Plano de Integridade 2024](#), publicado em abril, revelou que 86% das ações previstas foram concluídas, demonstrando a eficácia das iniciativas implementadas. No mesmo período, o [Plano de Integridade do Ministério do Planejamento e Orçamento 2024 – 2025](#) foi atualizado para 2025, prevendo 22 ações com os temas prevenção e detecção; transparência e acesso à informação; promoção da democracia e diversidade; parcerias externas; e monitoramento e avaliação.

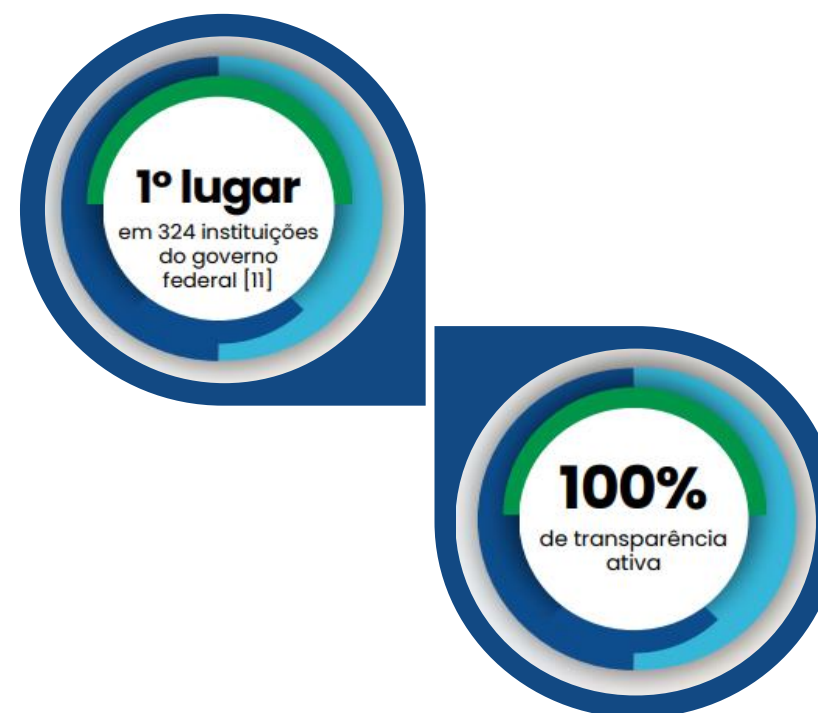
Em reforço a esse compromisso com a integridade pública, o programa Liderança Íntegra promoveu o encontro “[Liderança e Saúde Mental no Trabalho: construindo ambientes positivos e produtivos com segurança psicológica](#)”. O foco das discussões destacou a ideia de que ambientes psicologicamente seguros são propícios à livre participação dos servidores, à expressão de seu potencial criativo e ao fortalecimento da confiança e da colaboração entre os membros da equipe.

No âmbito da transparência pública, cabe destaque ao [Relatório de Gestão Anual da Ouvidoria do MPO, ano-base 2024](#). Conforme o documento, o Ministério disponibilizou em seu sítio oficial todas as informações previstas na legislação como de divulgação obrigatória, alcançando 100% da transparência ativa exigida. Com este resultado, o MPO assumiu o 1º lugar no *ranking* de cumprimento da transparência ativa, juntamente com outras 84 instituições, dentre as 324 do governo federal monitoradas pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Além disso, todos os pedidos de acesso à informação subsidiados pela Lei de Acesso à Informação - LAI ([Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#)) foram atendidos dentro do prazo legal, com tempo médio de resposta de 10 - 15 dias, além das respostas às

manifestações recebidas pela Ouvidoria.

Adicionalmente, a Controladoria-Geral da União (CGU) selecionou o Relatório de Gestão 2023 da Ouvidoria do MPO como modelo de referência para orientar a elaboração de relatórios de gestão por outras ouvidorias federais, reconhecendo a qualidade técnica, a clareza das informações e a aderência às boas práticas de transparência e controle social. Como desdobramento desse reconhecimento, a CGU promoveu, em 11 de março, um treinamento no qual a Ouvidoria do MPO compartilhou sua experiência, metodologias e aprendizados com representantes de todas as ouvidorias federais.



Fonte: Relatório Anual de Gestão da Ouvidoria (MPO, 2025)

Capacidades Institucionais

Outro destaque foi a publicação do [Relatório de Gestão Anual AECI, ano-base 2024](#). Dentre os feitos elencados, cabe referência aos planos de tratamento de riscos desenvolvidos nas unidades do Ministério e ao monitoramento contínuo, como desdobramento da estratégia adotada no ano anterior.

Além disso, houve o tratamento das 134 demandas apresentadas pelo TCU, em que a maior parte esteve relacionada a relatórios de acompanhamento e auditoria, na atividade fiscalizatória do Tribunal. Outras realizações apoiadas pelo controle interno contemplam a criação do Fórum das Instâncias com Funções de Integridade (FoInt) e as melhorias em processos de implementação do Sistema de Controle de Demandas (SISCOD), que subsidia a elaboração de relatórios gerenciais para a alta administração.

Além das ações voltadas à integridade e à prevenção de práticas abusivas, o MPO prestou contas de sua atuação em 2024 ao publicar, em março, seu [Relatório de Gestão Integrado \(RGI\)](#), nos termos do disposto pela [Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020](#). O RGI reúne os esforços empreendidos ao longo de 2024, em compilação dos [Relatórios de Gestão Trimestrais](#) publicados periodicamente pelo MPO.

Como quarto lançamento da série, em edição anual consolidada, o RGI completa o conjunto das publicações voltadas à prestação de contas, transparência na gestão dos recursos públicos e implementação estruturada do PEI. Ao permitir que a sociedade acompanhe, ao longo de todo o ano, os resultados da gestão ministerial, o MPO se coloca na vanguarda da administração pública com a inovação e reforça seu compromisso com a gestão por resultados, com foco no cidadão.

Um dos destaques de 2025 no campo da governança organizacional foi a participação do MPO no Prêmio de Reconhecimento Profissional ColaboraGov 2025. Na categoria Ideias Inovadoras, o MPO foi premiado pelo projeto “Plataforma Nexo”, desenvolvido internamente pela Coordenação-Geral de Gestão Estratégica da Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica (CGEST/SAGE/SE), para superar lacunas do SIORG na gestão de estruturas organizacionais.

O Nexo integra, em uma plataforma única, recursos voltados à visualização clara e atualizada dos organogramas, ao acompanhamento em tempo real da alocação de cargos e funções e à geração automatizada de relatórios e anexos normativos.

A maior novidade do Nexo está no módulo de simulação de cenários, que permite aos gestores testar alternativas, estimar impactos e apoiar decisões estratégicas com base em informações consistentes e acessíveis. A plataforma tem potencial para ser expandida para todos os órgãos da administração pública, oferecendo aos gestores públicos perspectivas de elaboração de estruturas inteligentes, com otimização de recursos públicos, economia de horas de trabalho nos níveis mais altos de governo e uma montagem administrativa mais eficiente e focada em resultados para a sociedade.

O objetivo é modernizar a forma como o Estado organiza e administra suas estruturas, promovendo maior agilidade, precisão e transparência no uso de recursos que representam parcela significativa da folha salarial federal.

A cerimônia de premiação, realizada em 22 de outubro, também homenageou servidores e equipes que se destacaram pela entrega de ideias inovadoras, pelo desempenho funcional e pelas celebrações de Jubileu de Prata e Ouro, como parte das comemorações oficiais do Dia do Servidor Público.

O MPO também foi agraciado com o Prêmio Agilidade Brasil 2025, na categoria Órgãos Federais, com o case “PDCA Ágil e Transparente: Ciclos Curtos para uma Gestão Responsiva”. A premiação, concedida em agosto durante o evento Agile Trends GOV 2025, em Brasília, destacou o esforço do Ministério em buscar eficiência, transparência e resultados por meio da gestão responsiva.



Selo Digital de Destaque em Agilidade Pública (MPO, 2025)

Capacidades Institucionais

O *case* premiado ilustra a metodologia de gestão estratégica do MPO, baseada em uma inovadora combinação entre *Balanced Scorecard* (BSC) e *Objectives and Key Results* (OKR), associadas ao uso da Plataforma Veredas e ao Relatório de Gestão Trimestral, que consolidam uma abordagem ágil e orientada a entregas na execução do Plano Estratégico Institucional (PEI).

Com esse reconhecimento nacional, o MPO passa a integrar o ranking dos Cases mais Ágeis do Brasil e recebe o Selo Digital de Destaque em Agilidade Pública, reafirmando seu protagonismo na promoção de uma governança moderna, colaborativa e voltada à entrega efetiva de valor à sociedade.

As ações desenvolvidas ao longo do ano revelam o amadurecimento da governança do MPO, refletido no fortalecimento progressivo de sua capacidade de assegurar uma atuação ética, eficiente, transparente e orientada a resultados, em alinhamento com os objetivos estratégicos e o interesse público.

R47 - Elaborados, ao menos, 02 indicadores de impacto para medir o resultado relacionado ao macroprocesso de Gestão do Processo Orçamentário Federal ✓

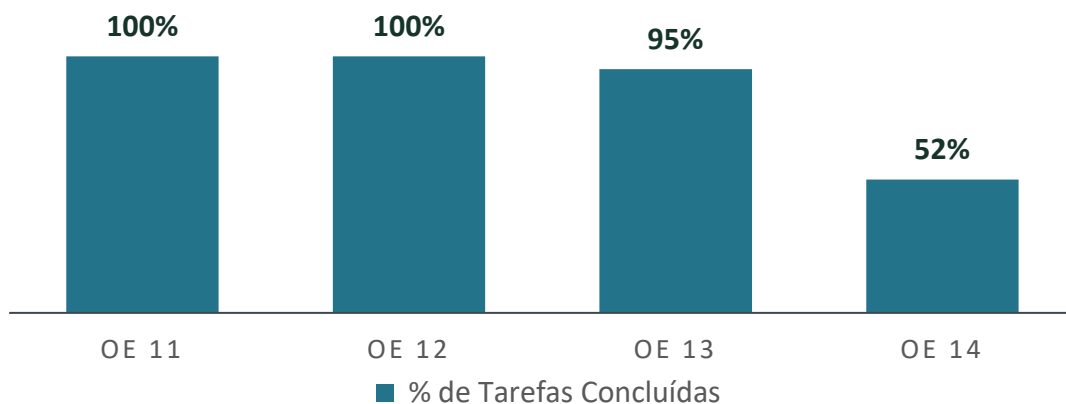


Cerimônia de Premiação do ColaboraGov (MGI, 2025)

Capacidades Institucionais

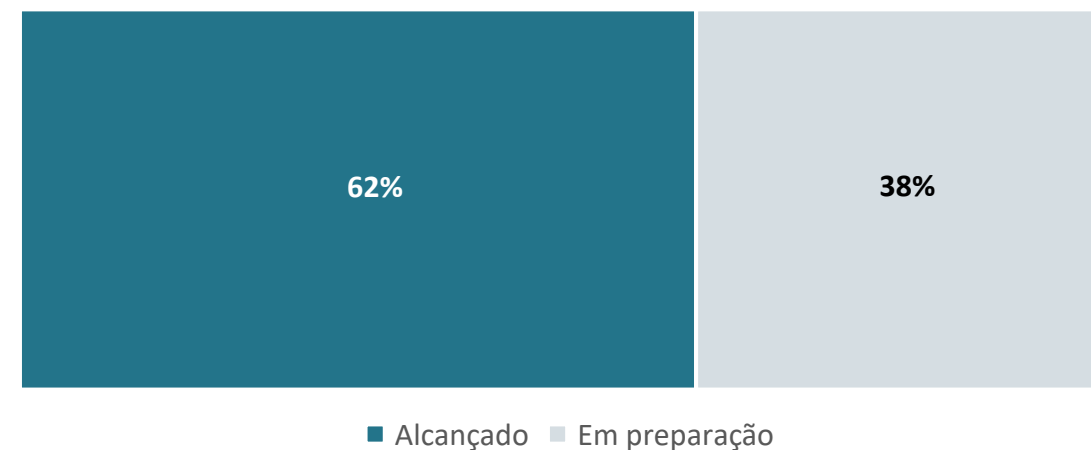
Desempenho por Objetivo Estratégico

% de tarefas concluídas

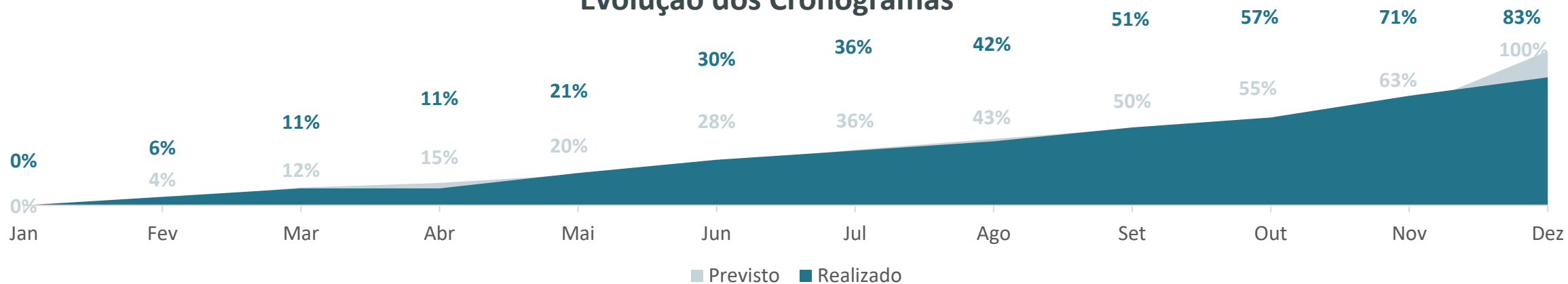


Resultados-chave

% alcançado


















Evolução dos Cronogramas



Capacidades Institucionais

Evolução dos Projetos Estratégicos – Ano Base 2025

Projeto	Evolução	Detalhes
 P30	 100%	Pág. 121
 P31	 100%	Pág. 122
 P32	 100%	Pág. 123
P33	 80%	Pág. 124
P34	 100%	Pág. 125
P35	 100%	Pág. 126
P36	 100%	Pág. 127
P37	 80%	Pág. 128
 P38	 5%	Pág. 129
 P39	 70%	Pág. 130

 Projeto com início em 2024

M07	Macroprocesso de governança – Gestão estratégica
OE11	Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P30 **Pilar**

Objetivo: fortalecer a relação institucional entre o MPO e as entidades vinculadas (Ipea e IBGE), por meio da definição de diretrizes e bases comuns. Com isso, busca-se promover maior eficiência e qualidade nas entregas dos órgãos envolvidos, por meio da integração de recursos e de instrumentos de governança.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
<p>R38 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento de relações institucionais.</p>		

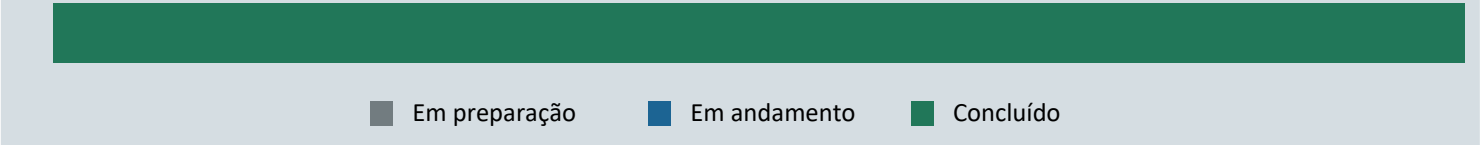
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [Decreto regulamenta contrato de gestão para empresas estatais dependentes](#)
- >> [Nota Conjunta Informativa - Ministério do Planejamento e Orçamento e IBGE](#)

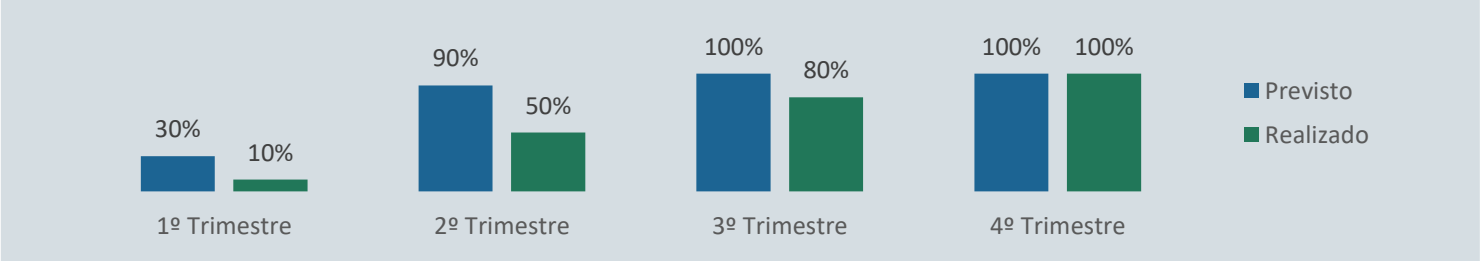
Avaliação do Projeto

O projeto Pilar teve início com a apresentação e aprovação do planejamento do projeto pelas instituições envolvidas, seguida da realização de entrevistas com lideranças e da aplicação de questionários, os quais permitiram a construção de um diagnóstico preliminar integrado. Esse processo de escuta estruturada buscou identificar convergências, lacunas e complementaridades nas interações institucionais, bem como alinhar agendas, prioridades e instrumentos de atuação cooperativa. No decorrer do segundo e terceiro trimestres, o projeto avançou na validação coletiva do diagnóstico, culminando na realização de *workshop* conjunto de alinhamento institucional. O encontro possibilitou o debate qualificado sobre propostas de cooperação, oportunidades de sinergia e aprimoramento da governança interinstitucional, resultando na elaboração de relatório consolidado com recomendações estratégicas. Esse documento, submetido à apreciação da Secretaria-Executiva do MPO e das Presidências do IBGE e do Ipea, passou a constituir referência técnica para a etapa seguinte, voltada ao detalhamento e à operacionalização das iniciativas conjuntas. No quarto trimestre, o Projeto Pilar concentrou-se na consolidação dos projetos integrantes do Plano de Integração Interinstitucional (PIN), com destaque para a formalização de fluxos de trabalho, a definição de bases normativas e conceituais e o fortalecimento do uso estratégico de dados e evidências. Avançaram, nesse contexto, o P3 (Projeto Elo), voltado à organização e previsibilidade das demandas de assessoramento técnico ao Ipea; o P4, direcionado à governança e ao uso compartilhado de microdados administrativos; o P6, focado na modernização do arcabouço normativo das estatísticas oficiais; e o P7, orientado à avaliação do uso de inteligência artificial para ampliar o acesso estratégico aos dados públicos do IBGE.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P31 Pérola

Objetivo: implementar ações destinadas ao aperfeiçoamento de competências técnicas, comportamentais e socioemocionais de servidores, objetivando a otimização de processos para o melhor cumprimento da missão institucional.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R39 - Alcançada a adesão de 45% dos servidores em ações de desenvolvimento e capacitação.

Notícias relacionadas ao Projeto

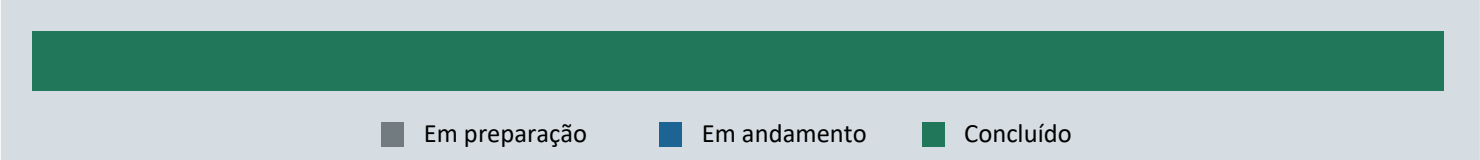
[>> Concurso Nacional Unificado: 26 novos servidores tomaram posse no Ministério do Planejamento e Orçamento](#)

[>> MPO nomeia candidatos habilitados e classificados no concurso de Analista de Planejamento e Orçamento](#)

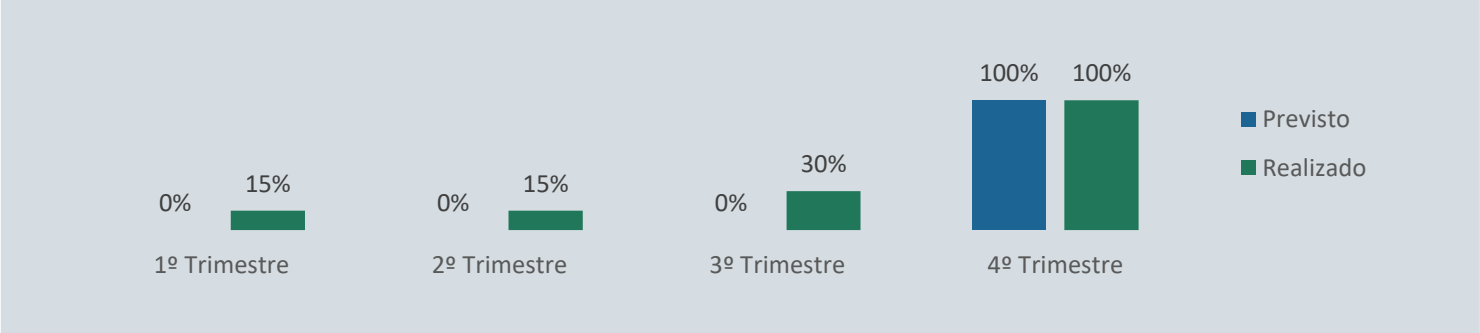
Avaliação do Projeto

O projeto Pérola teve início com a consolidação das necessidades de capacitação encaminhadas pelas secretarias, culminando na elaboração, publicação e disseminação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP/MPO 2025), instrumento central da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP). No segundo e terceiro trimestres, o projeto avançou na execução e no monitoramento das ações formativas, com destaque para cursos e oficinas voltados ao aprimoramento da gestão e à integração institucional. Foram realizadas iniciativas como ações de acolhimento e ambientação de novos servidores ingressantes pelo Concurso Público Nacional Unificado, oficinas metodológicas voltadas ao trabalho em equipe e à inovação, além da oferta contínua de cursos por meio das escolas de governo. Paralelamente, foram analisadas licenças para capacitação, promovida a participação de servidores em eventos estratégicos, como o CONARH, e conduzido o levantamento de necessidades para a elaboração do PDP 2026, concluído e encaminhado à apreciação do órgão central. Nesse período, também se destacou a realização do curso “Liderança Transformadora”, direcionado ao fortalecimento das competências gerenciais e à consolidação de uma cultura organizacional colaborativa e orientada a resultados. Ao final do exercício, foi mantida a oferta de cursos pela Escola de Gestão e o incentivo à participação em capacitações promovidas pelas escolas de governo, especialmente em temas relacionados à integridade, ética e prevenção ao assédio. O projeto superou o objetivo anual, capacitando 50,24% do quadro de servidores, com registro de 930 participações em ações de desenvolvimento e 306 servidores capacitados.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P32 MPO de Corpo e Alma

Objetivo: desenvolver ações sistematizadas e contínuas de cuidado com a saúde, bem-estar e qualidade de vida no trabalho no Ministério do Planejamento e Orçamento, buscando redução do absenteísmo, melhoria do clima organizacional, atração e retenção de talentos, bem como cultivo da autoestima e do bem-estar dos servidores e colaboradores, visando ao aumento da satisfação, engajamento, produtividade e desenvolvimento no âmbito do MPO.

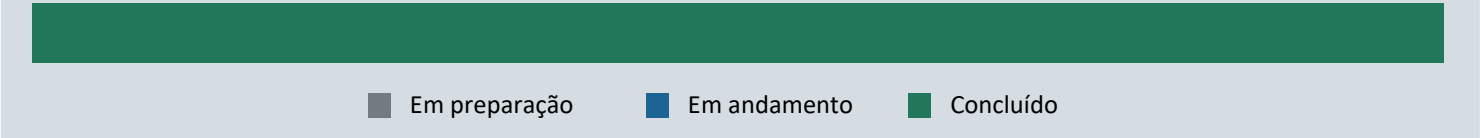
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R40 - Realizado 01 diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar no MPO.		

Notícias relacionadas ao Projeto

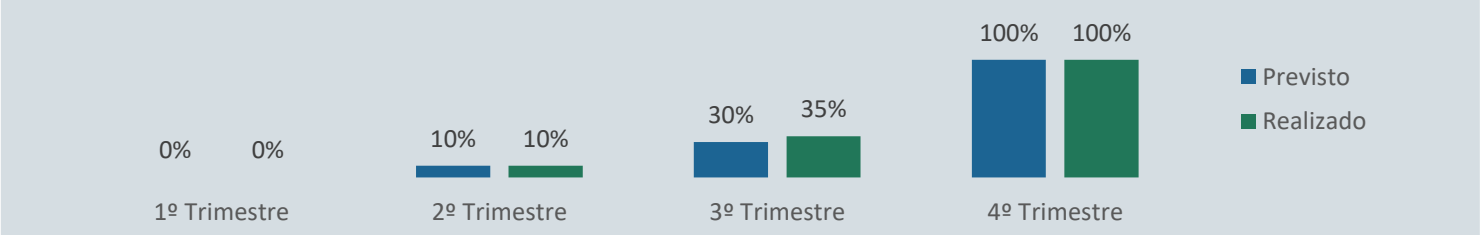
Avaliação do Projeto

A iniciativa foi inaugurada com ações voltadas à prevenção e ao cuidado integral, com destaque para os encontros do programa Vida 360, que abordaram temas como liderança feminina, equilíbrio financeiro, saúde emocional e propósito no trabalho. Paralelamente, avançaram iniciativas estruturantes, como o início dos exames médicos periódicos, a contratação e execução da campanha de vacinação contra Influenza, o planejamento de eventos comemorativos e a aplicação da pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). No segundo e terceiro trimestres, foram realizados novos encontros do Vida 360, com temáticas voltadas à saúde mental, segurança psicológica, longevidade, ansiedade e educação emocional, além da implementação do Projeto de Suporte Biopsicossocial, em parceria com o ColaboraGov, que assegurou atendimento especializado aos servidores. Destacaram-se, ainda, a conclusão da Campanha de Vacinação 2025, com adesão superior à meta estabelecida, a realização de ações comemorativas alusivas ao Dia das Mães e ao Dia dos Pais, a conclusão dos exames periódicos de saúde ocupacional e o avanço na consolidação dos dados da pesquisa de QVT. No âmbito da promoção da saúde emocional, a campanha Setembro Amarelo mobilizou expressiva participação dos servidores, por meio de oficinas presenciais e palestras on-line. No último trimestre, foram realizadas campanhas de conscientização em saúde, como o Outubro Rosa, ações comemorativas pelo Dia do Servidor Público e a cerimônia do Prêmio Reconhecimento ColaboraGov 2025. Também se destacaram a II Corrida ColaboraGov, como estímulo à prática esportiva e à integração, a continuidade do projeto de leitura compartilhada e a realização do Circuito de Saúde, em alusão ao Dia Mundial do Combate ao Diabetes, com mais de 900 atendimentos.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão Administrativa
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P33 Contratações +Simples

Objetivo: garantir eficiência e transparência, bem como estruturar a área de contratações e implementar a conformidade nos processos de contratações no âmbito do MPO, com a implantação de governança de contratações, definição de fluxos e papéis e divulgação das boas práticas de planejamento.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	---------------------	-----------

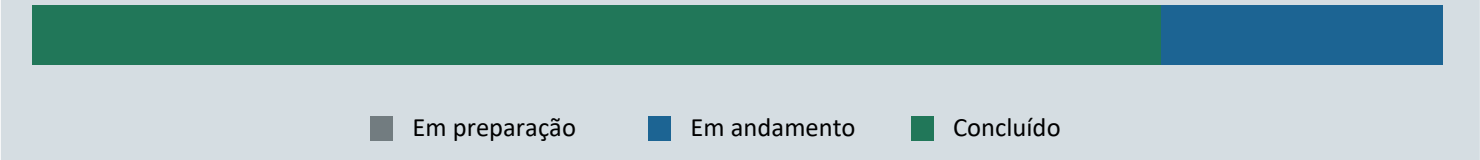
R41 - Publicado 01 normativo que estabelece a governança para contratações públicas no MPO, contemplando fluxos, responsabilidades e diretrizes para comunicação de boas práticas.

Notícias relacionadas ao Projeto

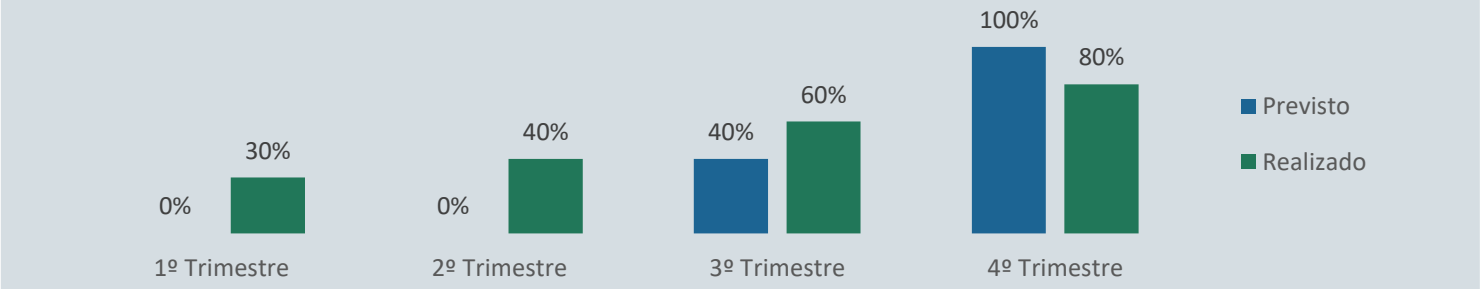
Avaliação do Projeto

Com foco na estruturação e no fortalecimento da governança das contratações no âmbito do MPO, a iniciativa Contratações +Simples foi concebida em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e seus regulamentos. No primeiro trimestre, foram divulgadas orientações iniciais voltadas ao planejamento das contratações, com foco na definição de fluxos, papéis e boas práticas, estabelecendo bases para maior eficiência, previsibilidade e segurança jurídica nos processos. No segundo trimestre, o projeto avançou na consolidação da gestão e fiscalização contratual, com a divulgação do Ofício Circular SEI nº 106/2025/MPO, que sistematizou orientações sobre as atribuições de gestores e fiscais de contratos, reforçando a segregação de funções e a atuação das Equipes de Fiscalização de Contratos. A iniciativa contribuiu para a padronização de condutas, mitigação de riscos e disseminação de modelos de controle. No terceiro e quarto trimestres, o P33 concentrou-se na consolidação dos fluxos operacionais de contratações diretas — dispensas e inexigibilidades de licitação — e de adesão a atas de registro de preços, alinhados aos Decretos nº 11.246/2022 e nº 11.462/2023. Os fluxos detalham as etapas de formalização da demanda, planejamento da contratação, justificativas técnicas e econômicas, autorizações e publicações, promovendo maior padronização, transparência e segurança jurídica. Para a conclusão integral do projeto, resta a publicação do normativo de governança das contratações, que estabelecerá papéis, responsabilidades e fluxos para a adequada condução dos processos de contratação pública.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M12	Macroprocesso de Suporte – Gestão de TIC e Segurança da Informação
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P34 Modernização do Processo de Avaliação do Cumprimento de Regras Fiscais

Objetivo: modernização do processo de avaliação/conformidade do cumprimento das regras fiscais (meta de resultado primário e limites de despesas primárias) para a elaboração do PLDO, do PLOA e das avaliações bimestrais ou extemporâneas, por meio de automação de etapas do processo.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
<p>R42 - Aumentada a eficiência do ciclo orçamentário com a automação da captação de 100% das estimativas de despesas para elaboração do PLDO, do PLOA e das avaliações bimestrais ou extemporâneas.</p>		

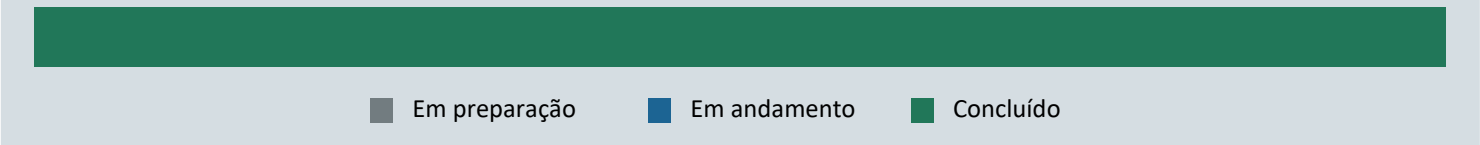
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [Tebet defende transparência sobre impacto da judicialização nas contas públicas e alerta para crescimento de despesas com precatórios](#)
- >> [Tebet defende a responsabilidade fiscal como fundamento da democracia e da cidadania em seminário](#)
- >> [Com previsão de superávit nas contas públicas, Governo Federal envia Projeto de Orçamento de 2026 ao Congresso](#)

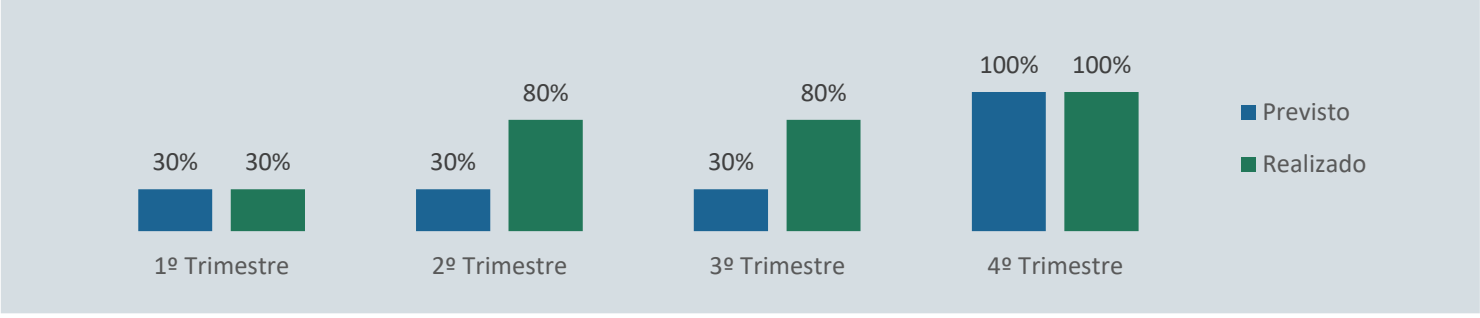
Avaliação do Projeto

A modernização dos processos de avaliação e de verificação do cumprimento das regras fiscais constituiu o foco central da iniciativa, notadamente a meta de resultado primário e os limites de despesas primárias aplicáveis à elaboração do PLDO, do PLOA e às avaliações bimestrais ou extemporâneas. A iniciativa buscou automatizar etapas críticas do processo, com vistas a aumentar a eficiência do ciclo orçamentário, reduzir riscos operacionais e ampliar a segurança tecnológica, a rastreabilidade das informações e a qualidade das análises fiscais. No primeiro semestre, avançou-se na implementação e na disponibilização do módulo de Necessidade de Financiamento do Governo Central (NFGC) no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), permitindo a captação direta e automatizada das estimativas de despesas obrigatórias pelos órgãos coordenadores. Esse avanço foi acompanhado da publicação da Portaria SOF/MPO nº 4/2025, que instituiu procedimentos formais para a inserção e reestimativa dessas despesas na elaboração do PLDO e do PLOA, além da antecipação da funcionalidade de verificação dos limites de despesas primárias e da disponibilização de manual de utilização do módulo. No segundo semestre, o projeto atingiu elevado nível de maturidade, com a plena operacionalização do módulo de NFGC e o cumprimento integral do resultado-chave de automação da captação de 100% das estimativas de despesas. A solução passou a apoiar de forma estruturada a elaboração das peças orçamentárias e as avaliações fiscais periódicas, com integração ao BI-SIOP, assegurando maior transparência, consistência e agilidade na gestão das informações. Os indicadores de desempenho associados ao projeto registraram sucesso pleno, incluindo a captação automatizada das estimativas previstas na Matriz de Responsabilidades da CTGOF e a geração de cenários fiscais baseados em dados automatizados.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M12	Macroprocesso de Suporte – Gestão de TIC e Segurança da Informação
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P35 Modernização do Processo de Autorizações Específicas para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Objetivo: modernizar o processo de autorizações específicas para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, automatizando a captação das estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais da União, junto às Unidades responsáveis, discriminadas na LDO, bem como a geração de conteúdo, a partir das informações captadas, para compor o Anexo V do PLOA.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
<p>R43 - Realizado 01 piloto de captação das estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais da União, referente aos Poderes Legislativo e Judiciário, para compor o Anexo V do PLOA 2026.</p>		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
<p>R44 - Automatizada a geração de conteúdo a partir das informações captadas no piloto, para compor o Anexo V do PLOA 2026.</p>		

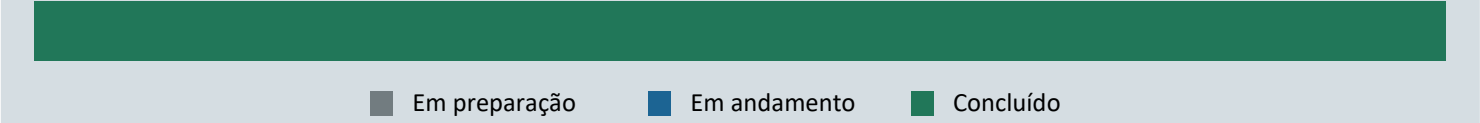
Notícias relacionadas ao Projeto

[>> SOF/MPO começa a sistematizar a captação de informações do Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária](#)

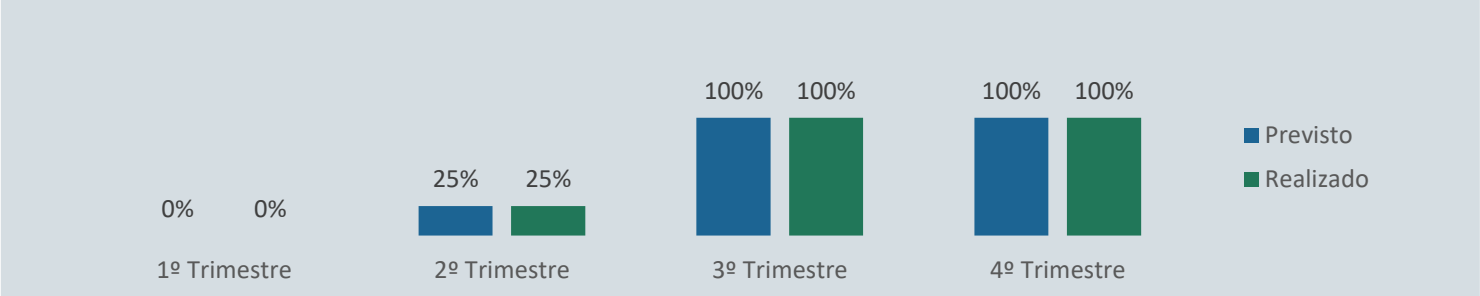
Avaliação do Projeto

A iniciativa teve como objetivo modernizar o processo de autorizações específicas para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, com foco na padronização e na sistematização da captação das estimativas junto às unidades responsáveis, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e na automação das informações que compõem o Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual. A iniciativa buscou reduzir a dependência de procedimentos manuais, mitigar riscos operacionais e ampliar a precisão, a transparência e a eficiência do ciclo orçamentário. No primeiro semestre, avançou-se no desenvolvimento do módulo automatizado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), com a entrega da versão mínima viável (MVP), incluindo telas de captação de dados e funcionalidades administrativas essenciais. As atividades contemplaram testes intensivos com a equipe de negócios, ajustes técnicos, elaboração do Manual do Usuário, preparação de materiais de capacitação, comunicação formal às unidades participantes e configuração de acessos, assegurando as condições necessárias para a realização do projeto-piloto. No segundo e terceiro trimestres, foi realizado o piloto de captação das estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais, abrangendo os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União, nos termos da Portaria SOF/MPO nº 134/2025. Ao final do exercício, após os ajustes decorrentes do piloto, o módulo foi disponibilizado em ambiente de produção do SIOP, permitindo a captação oficial das informações destinadas à elaboração do Anexo V do PLOA 2026, conforme prazos e orientações formalmente comunicados aos órgãos participantes. A automatização do fluxo de dados reduziu significativamente o uso de planilhas e o risco operacional, com expressiva adesão das unidades externas e geração automatizada de autorizações de despesas.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M12	Macroprocesso de Suporte – Gestão de TIC e segurança da informação
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P36 **Estratégia de Dados e de Uso de IA da SOF**

Objetivo: implementar uma Estratégia de Dados e de IA que modernize os processos de trabalho da SOF, assegurando maior eficiência, governança e qualidade na gestão dos dados orçamentários.

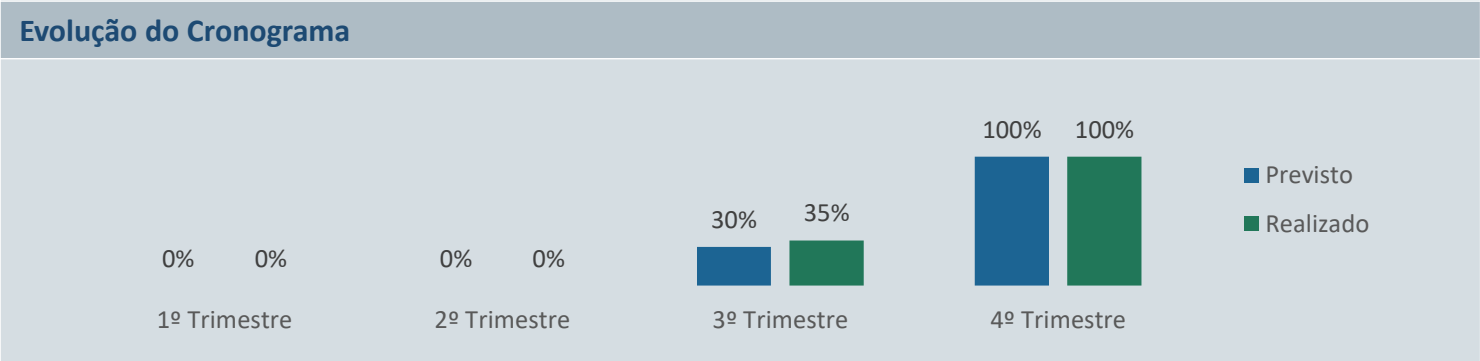
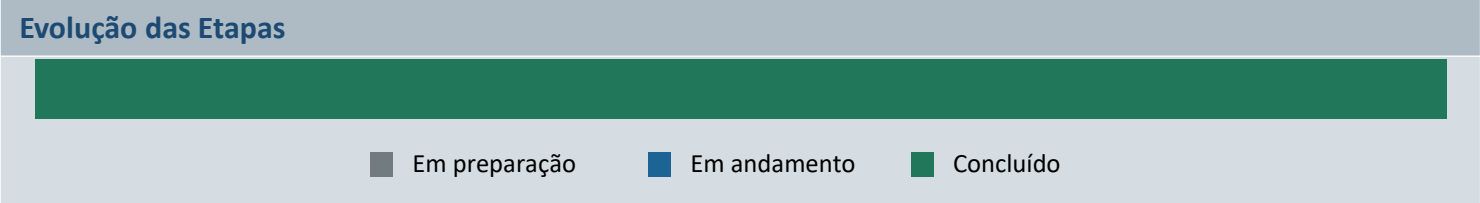
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R45 - Instituída a Estratégia de Dados e de Uso de IA, no âmbito da SOF		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R46 - Instituído o Núcleo de Inteligência de Dados e IA da SOF		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Painel do Orçamento Federal ganha nova visualização: Atos de Alterações Orçamentárias](#)

Avaliação do Projeto

O alinhamento à Estratégia Federal de Governo Digital 2024–2027, à Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial e aos marcos legais de transparência, proteção de dados e segurança da informação orientou a concepção e a implementação da iniciativa. No primeiro semestre, foram realizados estudos conceituais e comparativos sobre o uso de dados e IA no orçamento público, incluindo a análise de experiências internacionais e iniciativas nacionais, bem como a revisão do framework de diagnóstico de maturidade de dados da SOF, com a incorporação de critérios mais aderentes à sua realidade. Essas atividades subsidiaram a definição da abordagem metodológica para o diagnóstico e a identificação de casos de uso prioritários de IA aplicáveis ao ciclo orçamentário. No segundo semestre, avançou-se na preparação e aplicação dos instrumentos de diagnóstico, com a elaboração de questionários e a incorporação de referenciais de gestão de riscos de IA, como o NIST AI Risk Management Framework. Nesse período, foi estruturado o Núcleo de Inteligência de Dados e IA da SOF, viabilizado pela chegada de novos Analistas de Planejamento e Orçamento, com definição de sua organização e processos de trabalho, além do início de projetos estratégicos nas áreas de governança de dados e IA, modernização do catálogo de dados, ampliação da capacidade de visualização de informações e modernização de processos com uso de IA generativa. A estratégia se consolidou com a aplicação do diagnóstico às equipes de dados, apoio de pesquisas internas e definição das ambições estratégicas da Secretaria em articulação com a alta direção. Ajustes metodológicos foram realizados, substituindo oficinas presenciais por trilhas de capacitação e sensibilização, reforçando dados e IA como ativos estratégicos institucionais. A minuta da Estratégia de Dados e IA da SOF foi elaborada e submetida à avaliação da alta direção, com expectativa de publicação no primeiro trimestre de 2026.



M07	Macroprocesso de governança – Gestão estratégica
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P37 Laboratório de Entrega de Valor (LEV)

Objetivo: desenvolver indicadores de impacto para mensurar o alcance dos objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico do MPO.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R47 - Elaborados, ao menos, 2 indicadores de impacto para medir o resultado relacionado ao macroprocesso de Gestão do Processo Orçamentário Federal.

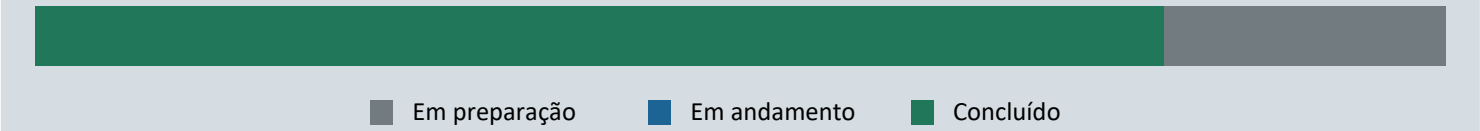
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [Ministério do Planejamento e Orçamento ganha Prêmio Agilidade Brasil na categoria "Órgãos Federais"](#)
- >> [Relatório de Gestão Integrado é publicado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento](#)
- >> [Comitê de Governança aprova a 1ª Revisão do Plano Estratégico Institucional do MPO para 2025](#)
- >> [Secretaria de Monitoramento e Avaliação realiza Encontro de Planejamento Estratégico para 2025](#)

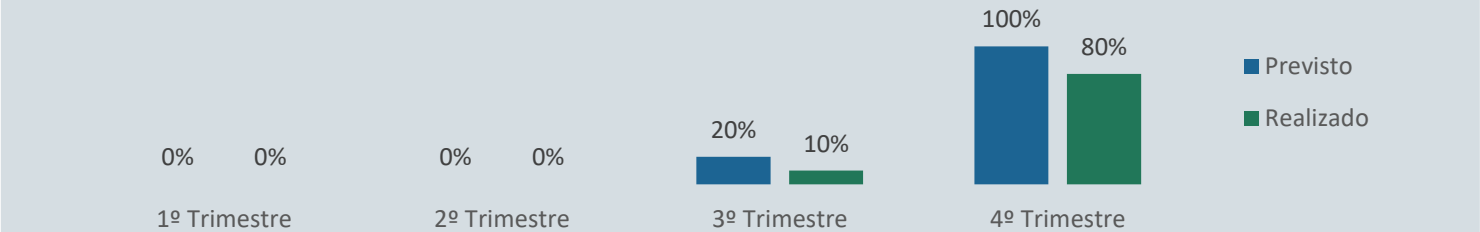
Avaliação do Projeto

O projeto dedicou-se à estruturação de indicadores de impacto voltados à avaliação da efetividade das iniciativas estratégicas do MPO, com foco na geração de valor público e na aderência aos resultados esperados pela sociedade e pelo governo. No primeiro semestre, foram realizadas atividades preparatórias e de planejamento, incluindo a definição do escopo metodológico, a organização da equipe envolvida e o delineamento das ações necessárias para a implementação do laboratório. No terceiro trimestre, o projeto ingressou na fase de sensibilização e alinhamento conceitual, com o início do ciclo de oficinas, envolvendo representantes da SOF e da Secretaria-Executiva. As atividades introduziram os fundamentos de valor público, indicadores de impacto e eficiência, com destaque para a Teoria da Mudança como ferramenta para estruturar a relação entre insumos, atividades, produtos, resultados e impactos, especialmente no contexto do valor público associado a um orçamento federal fiscalmente equilibrado, inclusivo e transparente. No quarto trimestre, foram realizadas três oficinas conduzidas por consultor especializado, aprofundando os debates sobre as entregas institucionais, seus impactos para a sociedade e os meios de mensuração do valor público gerado. O projeto avançou na consolidação das bases metodológicas do diagnóstico integrado, com a definição preliminar de cadeias causais, identificação de fatores institucionais e externos que afetam as relações interorganizacionais, e integração das dimensões de transparência, inclusão e equilíbrio como critérios de análise. Foram elaborados e validados indicadores de impacto junto aos participantes, bem como o instrumento de coleta de dados para o diagnóstico. Ao final do exercício, foi produzido o relatório final, sistematizando os trabalhos desenvolvidos e apresentando indicadores passíveis de implementação no curto prazo, além de recomendações para aprofundamento técnico em temas de maior complexidade. Para a conclusão integral do projeto, resta a preparação das bases de dados necessárias à composição dos indicadores propostos, que subsidiarão a construção do Observatório, permitindo o acompanhamento da evolução desses indicadores ao longo do tempo.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
AECI	Assessoria Especial de Controle Interno

P38 **Gestão de Riscos no MPO**

Objetivo: garantir, orientar e registrar as etapas do processo de gerenciamento de riscos do MPO.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R48 - Elaborado Plano de Gestão de Riscos do MPO composto pelos 5 Planos de Tratamento encaminhados pelas unidades.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R49 - Iniciado tratamento de 50% dos riscos priorizados nos Planos de Tratamento.		

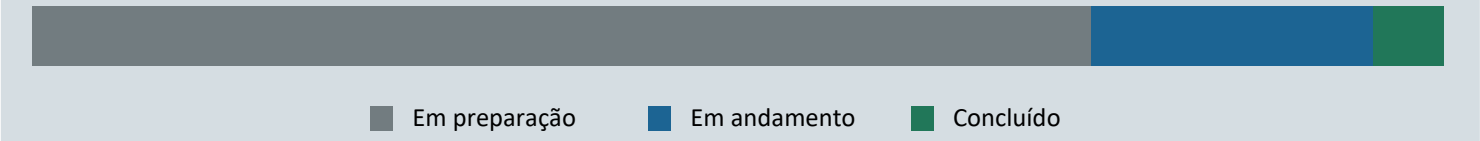
Notícias relacionadas ao Projeto

--

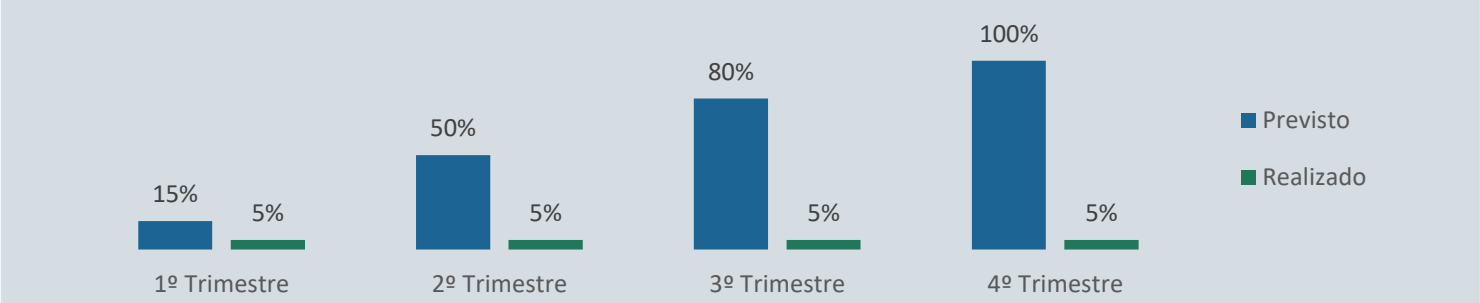
Avaliação do Projeto

No primeiro trimestre, o Subcomitê de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (SRTCI) aprovou o planejamento da gestão de riscos para 2025. O plano previa a definição dos objetivos prioritários junto às secretarias, a análise do contexto de cada objeto, a identificação e avaliação dos riscos, a elaboração dos planos de tratamento e dois ciclos de monitoramento de sua implementação. Apesar da aprovação, as entregas não foram concluídas em razão de baixas relevantes na equipe responsável, incluindo a ausência prolongada do Assessor-Chefe de Controle Interno, o que impactou a execução das ações previstas. Com a recomposição do quadro de servidores, as atividades serão retomadas, com perspectiva de implementação em 2026.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
AECI	Assessoria Especial de Controle Interno

P39 Plano de Integridade do MPO

Objetivo: aperfeiçoar continuamente a integridade institucional.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R50 - Executadas 70% das ações previstas no Plano de Integridade.		

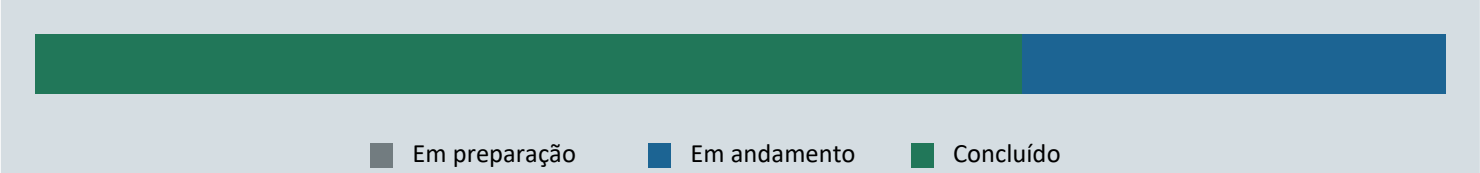
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [MPO abre quatro bases de dados previstas no Plano de Dados Abertos e publica uma base não prevista no cronograma original](#)
- >> [Evento "Liderança Íntegra" discute desafios da tomada de decisão na administração pública](#)
- >> [Portaria do MPO estabelece procedimentos para a análise de conflito de interesses](#)
- >> [Ministério do Planejamento e Orçamento lança plano setorial para combater assédio e discriminação no trabalho](#)
- >> [CGU seleciona Relatório de Gestão da Ouvidoria do MPO como modelo para ouvidorias federais](#)
- >> [Liderança e saúde mental: evento destaca papel das lideranças públicas na construção de ambientes psicologicamente seguros](#)
- >> [MPO completa 750 dias de atendimento dos prazos da LAI](#)
- >> [Relatório de Monitoramento do Plano de Integridade é publicado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento](#)
- >> [Relatório de Gestão 2024 da AECI-MPO é publicado com destaque para avanços em governança e integridade](#)
- >> [MPO aprova Plano de Integridade 2025 com foco em governança ética e institucional](#)

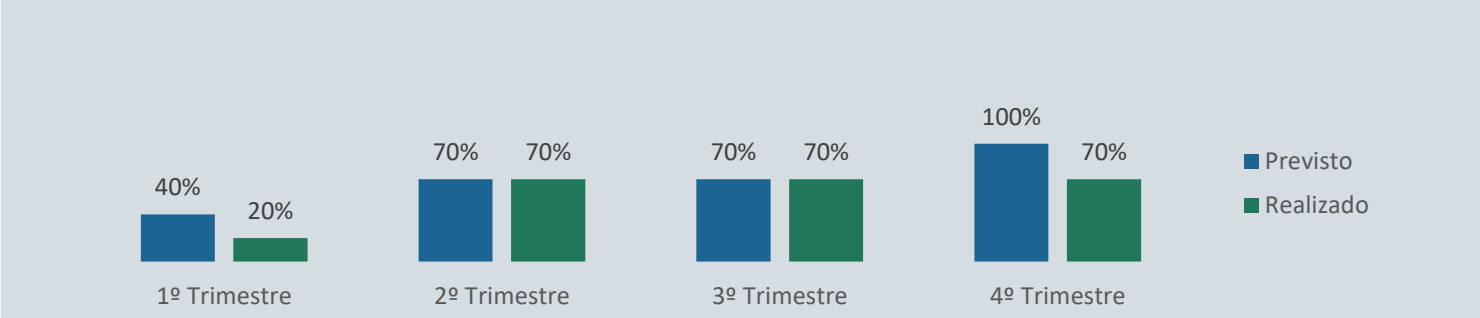
Avaliação do Projeto

A pauta de integridade no MPO avançou na consolidação da cultura de integridade, transparência e governança, com fortalecimento da corresponsabilização das unidades e do alinhamento ao Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação. No primeiro trimestre, destacaram-se ações de transparência ativa, a ampliação do Plano de Dados Abertos, a implementação do Plano de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação e os resultados positivos do monitoramento do Plano de Integridade 2024, além da apresentação da minuta do Plano de Integridade 2025 ao SRTCI. No segundo trimestre, o Plano de Integridade 2025 foi aprovado pelo Comitê Ministerial de Governança, com intensificação do monitoramento das entregas, criação do Fórum das Instâncias com Funções de Integridade (FOINT) e aprimoramento do Sistema de Controle de Demandas (SISCOD). No segundo semestre, foi publicado o Relatório de Monitoramento do Plano de Integridade 2025 (1º semestre) e revisada a metodologia de acompanhamento, com adoção de alertas trimestrais e relatórios consolidados anuais, subsidiando o novo ciclo de monitoramento. Para a conclusão integral do projeto, restou a execução do segundo ciclo de monitoramento do Plano de Integridade. Com a recomposição do quadro de servidores da equipe responsável, os ciclos de monitoramento serão retomados e executados de forma regular a partir de 2026.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



2. Desempenho da Gestão

PEI

Plano Estratégico Institucional

Plano Plurianual



PPA 2024-2027



O Plano Plurianual 2024–2027 foi elaborado em um contexto de reconstrução institucional. A concentração anterior de múltiplas funções ministeriais em uma única estrutura trouxe desafios ao planejamento governamental, como perda de eficiência, redução da participação social e fragilização da coordenação estratégica, com reflexos na transparência e no controle social.

A recriação do Ministério do Planejamento e Orçamento inaugura um novo ciclo, voltado ao fortalecimento dos instrumentos de planejamento e à modernização dos processos orçamentários. O novo arranjo busca maior equilíbrio entre coordenação e especialização, contribuindo para decisões mais qualificadas e alinhadas às prioridades da sociedade.

No âmbito das ações conduzidas pelo MPO no PPA 2024–2027, as entidades vinculadas ao MPO, Ipea e IBGE, desempenham papel estratégico ao assumirem metas e objetivos do plano. Sua atuação é essencial para a produção, organização e disseminação de dados e evidências que subsidiam o planejamento governamental, a avaliação de políticas públicas e a gestão orçamentária, promovendo uma atuação estatal mais inclusiva e sustentável.

As iniciativas de planejamento regional também foram ampliadas e fortalecidas. Neste contexto, foram pactuadas 1.588 entregas do PPA aos Planos Regionais de Desenvolvimento, o que corresponde a 142% da meta estabelecida, evidenciando o fortalecimento da articulação federativa e da dimensão territorial do planejamento.

No campo da gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais, 30,7% das programações orçamentárias do PLOA 2026 foram categorizadas a partir da implementação de marcadores disponibilizados pelo SIOP, contribuindo para maior integração entre políticas públicas e maior visibilidade das prioridades transversais do governo.

O Ipea, em seu papel de assessoramento técnico à administração pública e de produção de estudos para subsidiar a ação governamental, registrou 4,8 milhões de visualizações em seus portais em 2025, alcançando 92,3% da meta definida. O resultado reafirma a instituição como referência técnica na administração pública brasileira.

As ações desenvolvidas pelo MPO no âmbito do Plano Plurianual 2024–2027 estão disponíveis no portal PPA Aberto, iniciativa que amplia a transparência e o acesso da sociedade às informações do plano, fortalecendo a participação social e o controle cidadão.

Para conhecer em detalhes o programa “Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo”, que reúne as principais iniciativas do MPO, clique na imagem e explore o painel “PPA Aberto”.

2. Desempenho da Gestão

PEI

Plano Estratégico Institucional

Em foco: Palavras e Números



MPO em Foco: Palavras e Números

A produção e a disseminação de conhecimento são dimensões essenciais da atuação institucional do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Por meio de suas publicações, o órgão consolida análises, metodologias e resultados que refletem sua capacidade técnica e seu compromisso com a melhoria contínua da gestão pública. Esses produtos expressam o diálogo permanente entre planejamento, evidências e políticas públicas, fortalecendo a transparência e o aprendizado organizacional.

Complementarmente, o painel **MPO em Números** representa a materialização do esforço de tornar os dados institucionais acessíveis, claros e compreensíveis para diferentes públicos. O instrumento reúne indicadores estratégicos e operacionais que permitem acompanhar o desempenho do órgão, traduzindo, em números, os resultados obtidos ao longo do período e reforçando o compromisso com a prestação de contas à sociedade.

Reunidos neste tópico, os eixos **“Palavras”** e **“Números”** sintetizam duas formas complementares de comunicar resultados: a narrativa analítica das publicações e a objetividade dos indicadores. Juntos, refletem o propósito de um MPO transparente, orientado por evidências e comprometido com a criação de valor público, consolidando uma cultura institucional baseada em conhecimento, desempenho e governança.

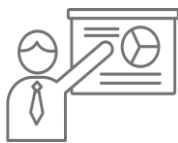


MPO em Números

Click e Explore



[Despesas financeira
e primária](#)



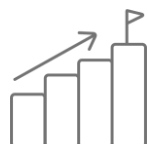
[Projeções do
Cenário Fiscal](#)



[Orçamento
Cidadão](#)



[Painel do
Orçamento Federal](#)



[PPA Aberto
2024-2027](#)



[Subsídios da União](#)



[Lei Orçamentária
Anual \(LOA\) - 2025](#)



[Painel de Gastos
Climáticos](#)



[Execução
Orçamentária antes da
Sanção da LOA](#)



[Dados Abertos
do SIOP](#)



[Painel de Gestão
CMAP](#)

MPO em Palavras



[TRANSVERSALIDADE
SOF e SEPLAN](#)



[TRANSVERSALIDADE
SOF e SEPLAN](#)



[TRANSVERSALIDADE
SOF e SEPLAN](#)



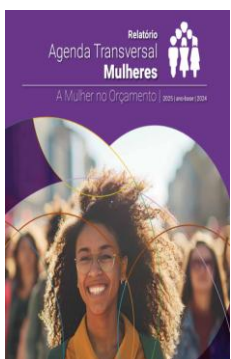
[TRANSVERSALIDADE
SOF e SEPLAN](#)



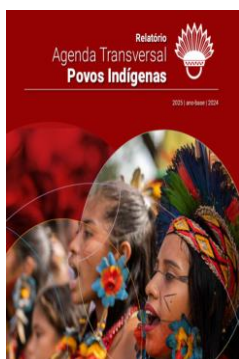
[TRANSVERSALIDADE
SOF e SEPLAN](#)



[TRANSVERSALIDADE
SOF e SEPLAN](#)



[AGENDA TRANSV
MULHERES](#)
SEPLAN e SOF



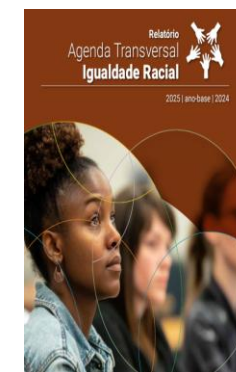
[AGENDA TRANSV
INDÍGENAS](#)
SEPLAN e SOF



[AGENDA TRANSV
MEIO AMBIENTE](#)
SEPLAN e SOF



[AGENDA TRANSV
MULHERES](#)
SEPLAN e SOF



[AGENDA
TRANSV RACIAL](#)
SEPLAN e SOF



[AGENDAS TRANSV
TERRITORIAIS](#)
SEPLAN

Publicações sobre Transversalidade no Orçamento e no Planejamento (MPO, 2025)

MPO em Palavras



[Perspectivas demográficas para o Brasil em 2050](#)

SEPLAN



[Estudo Estratégico de Infraestrutura](#)

SEPLAN



[Síntese executiva dos relatórios](#)

SEPLAN



[Estudo de Análise Macroeconômica](#)

SEPLAN



[Relatório de Participação Social](#)

SEPLAN



[Megatendências mundiais e incertezas em 2050](#)

SEPLAN



[Relatório das entrevistas](#)

SEPLAN



[Cenários: o Brasil que queremos em 2050](#)

SEPLAN



[Análise retrospectiva e situacional](#)

SEPLAN



[Estudo Estratégico dos Impactos Econômicos da mudança do clima no Brasil](#)

SEPLAN

Série de estudos sobre a Estratégia Brasil 2050 (MPO, 2025)

MPO em Palavras



PRECATÓRIOS 2026
SOF



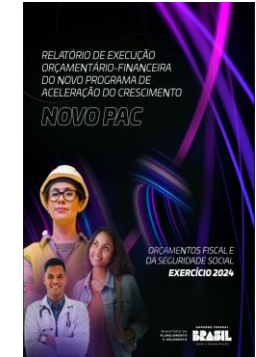
MTO 2025
SOF



MTO 2026
SOF



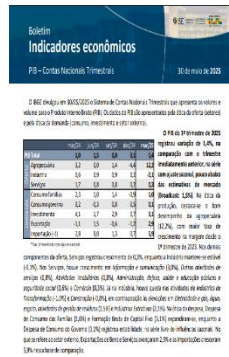
Relatórios de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias
SOF



Execução Orçamentário-Financeira do novo PAC
SOF



ORÇAMENTO 2025
SOF



BOLETIM PIB
SOF



BOLETIM IPCA
SOF



BOLETIM PNAD CONTÍNUA
SOF

MPO em Palavras



[Boletim IDSA nº 20](#)



[Boletim IDSA nº 21](#)



[Boletim IDSA nº 22](#)



[Boletim IDSA nº 23](#)



[Boletim IDSA nº 24](#)



[Boletim IDSA nº 25](#)



[Boletim IDSA nº 26](#)



[Boletim IDSA nº 27](#)



[Boletim IDSA nº 28](#)



[Relatório sobre o projeto Rotas](#)

Publicações sobre articulação Institucional (MPO, 2025)

MPO em Palavras



Política avaliada: Exportação da Produção Rural



Política avaliada: Índice de Gestão Descentralizada



Política avaliada: Pnater



Política avaliada: PERSE



Política avaliada: Qualivia



Política avaliada: CEBAS-AS



Política avaliada: Fundo de Garantia à Exportação (FGE)



Política avaliada: Serviço de Reabilitação Profissional



Relatório Anual 2024-2025



Orçamento de Subsídios da União 2024



Relatório Anual de Avaliação do CMAP

Publicações sobre Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas (SMA/MPO, 2025)

MPO em Palavras



CARTILHA MPO – SEI
SE



PLANO DE INTEGRIDADE
AECI



RELATÓRIO DE GESTÃO 2024
AECI



MONITORAMENTO PPA 2024
SEPLAN



GUIA DE MONITORAMENTO
PPA 2024-2027
SEPLAN



ANUÁRIO SEAID
SEAID



Revisão do Plano Estratégico
Institucional
SE

MPO em Palavras

Relatório de Gestão Trimestral¹

Conheça as edições de 2025



Relatório de Gestão Trimestral
1º Trimestre - SE

Relatório de Gestão Trimestral
2º Trimestre - SE



Relatório de Gestão Trimestral
3º Trimestre - SE

¹ O Relatório de Gestão Trimestral (RGT) é publicado pelo MPO em três edições anuais, como forma de antecipar e detalhar, em cada período, o Relatório de Gestão Integrado (RGI). Trata-se de uma inovação do MPO para realizar uma prestação de contas de forma contínua ao cidadão.

3

CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO



Declaração da Subsecretária de Administração e Gestão Estratégica

Planejar objetivos e cumprir metas são responsabilidades que envolvem todos os agentes públicos. Nesse contexto, as unidades de suporte à gestão exercem papel fundamental ao estabelecer as bases para a execução das atividades previstas no plano de governo. No âmbito do Ministério, a Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica (SAGE) atua na coordenação da gestão estratégica, administrativa e de pessoas, abrangendo temas como planejamento, inovação institucional, gestão de contratos, logística, tecnologia da informação, orçamento e finanças. Além disso, é responsável por articular-se com os órgãos centrais e monitorar a execução dos projetos estratégicos, contribuindo de forma decisiva para o fortalecimento institucional e o alcance dos resultados almejados.

A gestão administrativa e de pessoas é realizada em rede colaborativa. O MPO integra o Centro de Serviços Compartilhados – ColaboraGov, regulamentado pelo [Decreto nº 11.837, de 21 de dezembro de 2023](#), sob a coordenação da Secretaria de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SSC/MGI), como órgão prestador, atuando como um dos órgãos solicitantes.

No contexto do arranjo colaborativo previsto [pela Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023](#), foi concebido o modelo de compartilhamento de serviços de suporte administrativo. A prestação centralizada de determinados serviços de gestão visa organizar e padronizar procedimentos, com vistas à redução de custos e à promoção de maior eficiência na administração pública.

Neste relatório (capítulos 3 e 4), são apresentadas informações sobre a gestão administrativa, financeira, orçamentária e a governança do MPO. O objetivo é permitir que cada cidadão avalie como os recursos públicos estão sendo empregados e verifique os resultados das ações empreendidas pelos administradores para o cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos.

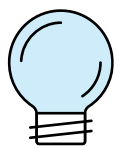
A prestação de contas do MPO cumpre não apenas uma obrigação legal, mas também reafirma o compromisso com a ética, a responsabilidade e a promoção de um ambiente de transparência e confiança na gestão pública.

Com a publicação deste instrumento de gestão, o MPO inova ao disponibilizar, de forma trimestral, informações que tradicionalmente compõem o Relatório de Gestão Integrado – de periodicidade anual – conforme estabelecido na Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020. Dessa forma, a sociedade ganha mais uma oportunidade de acompanhar, com regularidade, o valor público que o MPO entrega à população brasileira.

Ao longo da execução do trabalho, buscamos administrar os recursos públicos postos à disposição do Ministério com respeito aos princípios éticos, às diretrizes governamentais e às normas aplicáveis. Contudo, caso qualquer cidadão identifique eventual ato contrário ao interesse público, asseguramos que ele será devidamente apurado e tratado pelos canais institucionais competentes.

Conformidade e Eficiência da Gestão

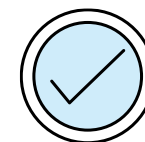
Em detalhes



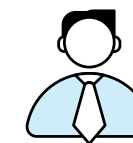
Plano Estratégico
Institucional



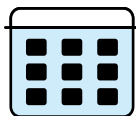
Gestão Orçamentária
e Financeira



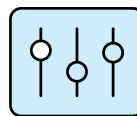
Instâncias
de Governança



Gestão de
Pessoas



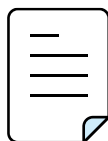
Gestão de Serviços,
Logística e Contratações



Relatórios de
Gestão Trimestral



Transparência e
Prestação de Contas



Relatório de Gestão
Integrado



Tecnologia da
Informação e Comunicação



Supervisão, Controle
e Correição

4

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



Informações orçamentárias, financeiras e contábeis



Base de Preparação

Os relatórios e informações contábeis foram produzidos em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB).

O conjunto completo das demonstrações contábeis é composto por:

- i. Balanço Patrimonial - BP;
- ii. Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP;
- iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC;
- iv. Balanço Orçamentário - BO;
- v. Balanço Financeiro - BF;
- vi. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;
- vii. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Destaque-se que a DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedade anônima e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação (MCASP, pág. 539).

E, para efeito do disposto no art. 7º, § 2º, da DN/TCU nº 198/2022, as demonstrações contábeis do Ministério não foram objeto de auditoria e certificação, não obstante à necessidade de manifestação da unidade de controle interno acerca da gestão nos termos previstos no supracitado normativo.



Situação Patrimonial

A situação patrimonial é evidenciada no Balanço Patrimonial, relatório contábil que demonstra quantitativa e qualitativamente, a posição patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público. Este relatório fornece informações relevantes sobre a liquidez, a solvência, o endividamento e a alavancagem financeira da entidade contábil, por exemplo.

São elementos componentes do Balanço Patrimonial:

- **O Ativo:** recurso controlado no presente pela entidade, como resultados de eventos passados, capaz de gerar benefícios econômicos ou unidades de serviços, tais como dinheiro, investimentos, imóveis, veículos e maquinários;
- **O Passivo:** obrigação presente, derivada de eventos passados, cuja extinção deva resultar na provável saída de recursos financeiros ou não-financeiros da entidade;
- **Patrimônio Líquido:** também chamado de situação líquida ou resíduo patrimonial, corresponde à diferença entre os ativos e os passivos da entidade, podendo ser positiva ou negativa.

Ao término do 4º trimestre de 2025, o MPO registrou resultado negativo de R\$ 56 milhões, representando um acréscimo de 4% em relação ao mesmo período do exercício anterior, impulsionado pelo aumento dos passivos de curto prazo (23,27%), conforme demonstrado no Balanço Patrimonial.

Destaque para o crescimento das obrigações com pessoal e encargos e das consignações e retenções de curto prazo, que tiveram um aumento de 44,17% e 195,44%, respectivamente. Esse resultado pode ser atribuído ao aumento do quadro de servidores lotados no órgão, seja em razão de nomeações decorrentes de concursos públicos vigentes ou da movimentação de pessoal por meio de cessão ou requisição de outros órgãos ou entidades.

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

É importante pontuar que MPO não possui fontes de receitas próprias de natureza arrecadatória ou de fruição do seu patrimônio. A principal fonte de recursos financeiros do órgão provém das transferências realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, destinadas a cobrir os custos das operações administrativas.

Valores em R\$

Descrição	2025	2024	Variação (%)
Ativo	45.259.543	28.350.376	59,64%
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.547.123	17.617.345	22,31%
Créditos de Valores de Curto Prazo	16.944.285	8.463.438	100,21%
Imobilizado	6.768.135	2.269.593	198,21%
Passivo	101.302.561	82.178.766	23,27%
Trabalho, Previdência e Assistência	25.705.163	17.830.049	44,17%
Fornecedores e Contas a Pagar	58.266.177	58.482.395	-0,37%
Demais Obrigações de Curto Prazo	17.331.221	5.866.323	195,44%
Patrimônio Líquido	-56.043.018	-53.828.390	4,11%
Resultados Acumulados	-56.043.018	-53.828.390	4,11%
Passivo e Patrimônio Líquido	45.259.543	28.350.376	59,64%

Quadro 1 - Resumo dos principais subgrupos do Balanço Patrimonial

Fonte: SIAFI,2025



Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial, apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), corresponde à diferença entre o somatório das Variações

Patrimoniais Aumentativas (VPA) e o valor total das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Nesse sentido, caso a diferença entre as VPA e as VPD seja positiva, diz-se que o resultado patrimonial é superavitário, se negativa, tem-se um déficit patrimonial.

Valores em R\$

Descrição	2025	2024	Variação (%)
(+) Variações Patrimoniais Aumentativas	2.537.606.176	2.167.374.571	17,08%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	-	1.042.400	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.533.418.145	2.156.626.125	17,47%
Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.613.435	92.663.184	-98,26%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	405.235	77.520	422,75%
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	2.535.436.814	2.250.409.229	12,67%
Pessoal e Encargos Sociais	323.520.176	275.848.586	17,28%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.287.702	1.094.579	17,64%
Uso de Bens/Serviços e Consumo de Ativos	35.958.831	13.074.872	175,02%
Perdas com Ativos e Incorporação de Passivos	762.569.871	584.938.276	30,37%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.114	2.180	-48,91%
Transferências e Delegações Concedidas	1.414.268.483	1.292.410.118	9,43%
(=) Resultado Patrimonial do Período	2.169.362	-83.034.658	-102,61%

Quadro 2 – Resumo das principais variações patrimoniais quantitativas

Fonte: SIAFI,2025

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Ao final de 2025, o MPO registrou déficit patrimonial de R\$ 2,169 milhões, revertendo o superávit de R\$ 83 milhões do período anterior. O desempenho foi impulsionado pelos seguintes fatores:

- Despesa com pessoal e encargos sociais de R\$ 323,5 milhões, o que representou um aumento de 17,28% em relação ao mesmo período do ano anterior, puxado pelo ingresso de novos servidores por concurso ou movimentação de pessoal;
- Uso de bens, serviços, consumo de ativos de capital de R\$ 35,9 milhões, representando um crescimento de 175% em relação ao desempenho observado ao final do 4º trimestre de 2024, decorrente da aquisição de serviços técnico profissionais, de apoio administrativo, comunicação, transporte e locomoção, entre outros;
- Perdas com desvalorização de ativos e incorporação de passivos de R\$ 762,5 milhões (aumento de 30,37%), resultante do incremento nas participações acionárias em organismos internacionais e da celebração de novos acordos comerciais com aporte de capital; e
- Transferências financeiras a outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal para custeio de despesas operacionais ou, ainda, para indenização e custeio de despesas relacionadas à execução de políticas estratégicas de interesse do MPO.

Ressalte-se que os passivos assumidos junto a organismos internacionais são cotados em moeda estrangeira e, portanto, estão sujeitos a variações monetárias e cambiais à taxa de câmbio vigente na data da transação.



Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de caixa compreendem os numerários em espécie, os depósitos bancários disponíveis e as aplicações financeiras de curto prazo. Esses ativos

caracterizam-se pela alta liquidez, uma vez que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

Fluxos de caixa, por sua vez, são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa, associadas às atividades operacionais, de investimento e de financiamento da organização.

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, apurada na demonstração de fluxos de caixa (DFC), reflete a capacidade de geração de recursos financeiros da entidade do setor público, para fazer frente às despesas operacionais e de investimento, além de permitir a avaliação de como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

Valores em R\$

Descrição	2025	2024	Varição (%)
Atividades Operacionais	776.537.515	580.054.775	34%
Atividades de Investimento	-772.607.737	-580.254.082	33%
Atividades de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa	3.929.778	-199.307	2072%

Quadro 3 - Resumo da geração líquida de fluxo de caixa.

Fonte: SIAFI, 2025

O MPO obteve, em 31 de dezembro de 2025, uma geração líquida de caixa de R\$ 3,929 milhões, frente ao caixa líquido negativo obtido em 2024. A reversão das disponibilidades de caixa se deveu a:

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

- Atividades Operacionais: crescimento de 33,87% nas transferências financeiras recebidas, o que representa um aumento de R\$ 1,244 bilhão em comparação ao resultado verificado ao final do 4º trimestre de 2024. Não obstante, o aumento médio de 24,74% verificado nos desembolsos operacionais e de investimento, com destaque para os gastos destinados a integralizações de capital e a contribuições a organismos internacionais, que registraram expansão de 32,71%;

O saldo final de caixa e equivalentes de caixa, em 31/12/2025, foi de R\$ 21,5 milhões, 22,31% maior que as disponibilidades em caixa ao final do exercício anterior.



Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário, apurado no balanço orçamentário (BO), representa a diferença entre as receitas orçamentárias realizadas (arrecadadas) e as despesas orçamentárias realizadas (legalmente empenhadas).

Quando as receitas arrecadadas superam as despesas executadas têm-se, assim, um superávit orçamentário. Quando os gastos realizados ultrapassam o valor das receitas obtidas durante o ano financeiro, ocorre o chamado déficit orçamentário.

Valores em R\$

Descrição	2025	2024	Variação (%)
Orçamento Corrente	-1.761.672.219	-1.748.209.839	0,77%
Orçamento de Capital	-771.931.639	-581.212.732	32,81%
Resultado Orçamentário	-2.533.603.858	-2.329.422.571	8,77%

Quadro 4 – Resumo do resultado apurado no Balanço Orçamentário.

Fonte: SIAFI, 2025

Conforme se observa no quadro 4, o MPO registrou um déficit orçamentário da ordem de R\$ 2,533 bilhões ao final do 4º trimestre de 2025, resultado 8,77% maior que o desempenho obtido no mesmo período do ano anterior, cujos principais fatores relevantes são:

- Ausência de arrecadação própria, tendo em vista que o órgão depende essencialmente de transferências financeiras do órgão central de gestão de caixa da União para fazer frente às suas despesas operacionais;
- Crescimento de 17% nas despesas com pessoal e encargos sociais empenhadas até 31/12/2025;
- Aumento nas despesas com investimentos e inversões financeiras, que apresentaram um crescimento de 32,81% e 32,71%, respectivamente.

É importante pontuar que as receitas orçamentárias atendem ao regime de caixa, ou seja, são registradas no momento em que são efetivamente arrecadadas, ao passo que as despesas orçamentárias, estas ocorrem com o empenho (vide art. 35, incisos I e II, da Lei nº 4.320/1964).



Execução dos Restos a Pagar

Restos a pagar são todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar.

Serão inscritas em restos a pagar não processados as despesas não liquidadas. Quanto às despesas liquidadas e não pagas no exercício financeiro, estas serão inscritas em restos a pagar processados. No último caso, verifica-se na execução o cumprimento dos estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o pagamento.

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Período	Grupo de Despesa	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldos a Pagar
2025	Investimentos	2.571.842	-	2.571.842	-
	Despesas Correntes	192.915.359	117.311.697	66.439.625	9.164.038
	Pessoal e Encargos Sociais	22.797.569	-	21.389.205	1.408.363
Total:	360.440.054	218.284.770	117.311.697	90.400.673	10.572.401
2024	Despesas Correntes	121.037.596	111.125.245	2.768.272	7.144.078
	Pessoal e Encargos Sociais	21.117.687	-	21.117.687	-
Total:		142.155.283	111.125.245	23.885.960	7.144.078

Quadro 5 – Execução dos restos a pagar processados e não processados por grupo de despesa.

Fonte: SIAFI, 2025

O Quadro 5 demonstra a execução dos restos a pagar processados e não processados do MPO. Observa-se que, em 2025, o órgão executou financeiramente 41% do total inscrito, com destaque para as despesas de aquisição de bens e serviços, que representam 73% das despesas correntes liquidadas. Em comparação com 2024, o volume de restos a pagar inscritos e reinscritos aumentou 54%, mantendo-se a predominância nas despesas correntes.



Gestão de Custos

Em 2025, o MPO deu início à elaboração do Projeto de Informações de Custos do ministério. A finalidade é desenvolver um modelo de apuração e gestão de custos voltado para geração de valor da organização, que considere as características específicas do órgão e que converse com os seus objetivos estratégicos.

Seguindo as orientações do Órgão Central de Gestão de Custos a União, o modelo de custos considerará, inicialmente, o custeio de departamental, que busca mensurar o custo das unidades administrativas finalísticas e de suporte.

No que tange ao método de custeio, a abordagem terá início com a alocação dos custos diretamente atribuíveis aos objetos de custo, tais como mão de obra direta, materiais, insumos e serviços. Na etapa seguinte, será estudada e implementada a alocação dos custos indiretos por meio de direcionadores previamente estabelecidos.

A terceira etapa, de maior complexidade, compreenderá a implementação do custeio por processo ou atividade, o que exigirá investimentos adicionais em recursos humanos e ferramentas de apoio para viabilizar a sistematização da apuração e gestão de custos, especialmente diante dos desafios e da complexidade característicos das organizações públicas.

O quadro nº 06, a seguir, apresenta o cronograma detalhado das fases de desenvolvimento e implementação do Projeto de Gestão de Custos, com a definição de metas e prazos de conclusão, assegurando governança, transparência e acompanhamento sistemático da execução.

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Nº	Etapa	Alcance (%)	Previsão de Entrega
1	Mensuração e alocação dos custos diretos de mão-de-obra por unidade administrativa ou departamento	80%	2º Trimestre de 2026
2	Mensuração e alocação dos custos diretos com aquisição de bens, materiais, insumos e serviços em geral	0%	3º Trimestre de 2026
3	Apuração e alocação dos custos indiretos departamentais, a partir de direcionadores de custos entre outros critérios de rateio	0%	2º Trimestre de 2027
4	Implementação do custeio por processos ou atividades geradoras de valor	0%	4º Trimestre de 2027

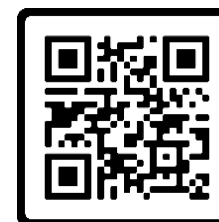
Quadro 6 – Cronograma de desenvolvimento e implementação da gestão de custos.

Fonte: MPO,2025

As previsões de entregas poderão ser influenciadas por fatores endógenos e exógenos à organização, tais como a disponibilidade de pessoal no mercado, além de recursos financeiros e tecnológicos que propiciem a integral adoção da sistemática de apuração e gestão de custos.

As [demonstrações contábeis do MPO e o certificado de auditoria](#), bem como as demais informações exigidas pelo art. 8º da Instrução Normativa TCU 84, de 22 de abril de 2020, estão disponíveis em nosso Portal, na [seção Transparência e Prestação de Contas](#), conforme requerido pelo § 1º do art. 9º da referida Instrução Normativa.

A seguir, os canais institucionais para manifestações e envio de denúncias:



ouvidoria.mpo@economia.gov.br



(61) 2020-5113



[Plataforma Fala.br](https://plataforma.fala.br)



5

MPO E SOCIEDADE CONTATO E SUPORTE



O MPO está aberto a receber você!

Entre em contato para conhecer melhor o trabalho de planejamento e orçamento federal, tirar dúvidas e solicitar maiores informações.

Ministério do Planejamento e Orçamento
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 8º andar – Gabinete
Telefone: (61) 2020-4100
E-mails:
agenda.gabinete@planejamento.gov.br
gabin.se.mpo@planejamento.gov.br

Sítio oficial do MPO: <https://www.gov.br/planejamento>



SUBSECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO E
GESTÃO ESTRATÉGICA

SECRETARIA
EXECUTIVA

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

